

Mnemosine Revista

Volume 3, n.2, jul/dez 2012

MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCG
Vol. 3 – nº 2 Jul/Dez 2012.
Campina Grande: PPGH, 2012.
Semestral.
ISSN: 2237-3217.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-graduação em História.

Programa de Pós-graduação em História
Endereço: Rua Aprígio Veloso, nº 882, Sala 107 – Bodocongó –
Campina Grande – Paraíba
BRASIL – CEP:58.429-140
Telefone: 2101-1495
E-mail: mnemosinerevista@gmail.com
Site: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/>

Equipe de Realização:

Edição de Texto: Alisson Pereira Silva / Rodrigo Ribeiro de Andrade
Arte: Lays Anorina Barbosa de Carvalho

MNEMOSINE REVISTA

Número 2 - Volume 3 – Jul/Dez 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor: Prof. Thompson Fernandes Mariz

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Coordenadora Administrativa: Prof^a. Dr^a. Marinalva Vilar de Lima

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Juciene Ricarte Apolinário

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos - Editor

Prof^a. Michelly Pereira de Sousa Cordão

CONSELHO EDITORIAL

Alarcon Agra do Ó (UFCG)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Gervácio Batista Aranha (UFCG)

Iranilson Buritide Oliveria (UFCG)

João Marcos Leitão Santos - Editor Chefe (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Keila Queirós (UFCG)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)

Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

Regina Coelli (UFCG)

Roberval da Silva Santiago (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Severino Cabral Filho (UFCG)

Sumário

Apresentação

João Marcos Leitão Santos 04

DOSSIÊ TEORIA E MÉTODO

O sequestro de bens como fonte de pesquisa para o estudo da Inconfidência Mineira

André Figueiredo Rodrigues 06

História & fotografia: alguns apontamentos teóricos e metodológicos

Severino Cabral Filho 20

História e novas linguagens: a problemática da literatura como fonte

Gervácio Batista Aranha 34

Maquiavel: a política como história

João Marcos Leitão Santos 42

Charles Dickens para historiadores: um capítulo da história do Método Indiciário

José Benjamin Montenegro / Joachin Melo Azevedo Neto 56

ARTIGOS DE FLUXO

De representação e entrelaçamentos políticos: religiosidade e jogos de poder do Vigário António Soares Barbosa na Capitania Real da Parahyba (1766-1785)

Muriel Oliveira Diniz 64

Os padres parlamentares do Império: um fenômeno entre dois mundos

Françoise Jean de Oliveira Souza 79

Apresentação

*Dr. João Marcos Leitão Santos
(Editor)*

É lugar comum a constatação de virada epistemológica a que foi submetida as ciências históricas no século passado tipificado na apropriação de novas abordagens, novos objetos, e novos problemas (LeGoff & Nora, 1988), exigindo novos exercícios teóricos e metodológicos para o saber e o fazer históricos.

Em 1985 a professora Sandra Pesavento dava conta de que oitenta por cento do que se fazia em história no Brasil era em diálogo com a história cultural. Isto pode significar uma demarcação identitária para a historiografia brasileira, mas não deixa de acender um sinal de alerta, no sentido de submeter todo e qualquer objeto a um paradigma comum de análise, como, por exemplo, na crítica que Gomes (2002) faz sobre as relações desta com a historiografia religiosa.

Este número de nossa revista dedicou-se a teoria e o método, notadamente na sua aplicação a objetos potencializados dentro da história como a literatura e a imagem. No texto do Dr. Cabral Filho são discutidas possibilidades teóricas e metodológicas do uso da imagem fotográfica no trabalho historiográfico, a partir de uma

revisão na literatura selecionada, com vistas a indicar a importância de tratar as imagens fotográficas como indícios históricos que, pelo apelo visual que lhes é inerente, são potencialmente capazes de redimensionar a interpretação dos eventos sob análise do historiador, onde os homens, as cidades, os objetos e as paisagens dão a ver de modo que o passado quase que pode ser tocado no presente.

Dois trabalhos, do Dr. Gervácio Batista e de Benjamim Montenegro nos quais a problemática é a relação com a literatura. O primeiro pondera sobre a presença de uma determinada técnica de composição que se apresenta nas crônicas de jornalismo literário do escritor inglês Charles Dickens. Voltado a supressão das fronteiras entre texto e imagem, aquele autor elaborou um meticuloso e preciso estilo de interpretação da vida urbana na Londres vitoriana, pautado em uma postura indiciária, não explorada satisfatoriamente nas investigações dos historiadores.

Na segunda interpelação sobre literatura e história, Montenegro busca identificar relações entre história e literatura ficcional "do ponto de vista da recorrência a

imagens literárias recortadas pelo historiador” quando se elege uma fonte sensível às vivências cotidianas de outro tempo, e por ela o historiador se dedica a exploração, da condição humana, dentre outras sensibilidades. Do ponto de vista operativo a abordagem é propositiva no sentido de indicar como os textos ficcionais são documentos como quaisquer outros, e a universalidade dos gêneros literários para tal fim e a possibilidade de recorrência aos Romances históricos tomados como documentos de epocais no âmbito do diálogo história e literatura.

O Dr. João Marcos Leitão se volta ao esforço de resgatar a perspectiva história dos primórdios dos tempos modernos, trazendo a baila uma perspectiva da concepção de história de Nicolau Maquiavel, pouco referido como historiador, dada a “paternidade da política moderna” que lhe foi atribuída, enfatizando sua contribuição a politologia em detrimento da questão histórica.

O Dr. André Figueiredo apresenta um exercício de metodologia no tratamento da Inconfidência Mineira a partir da apresentação da documentação selecionada, se dedica a indicar a recorrência do sequestro de bens, apontado como relevante recurso analítico por se constituir uma fonte privilegiada para a compreensão dos

mecanismo em operação na Inconfidência Mineira.

Fecha este número dois artigos na seção de fluxo contínuo. Um do Dr. Aldenor Alves Soares voltado a um estudo do presente na análise que faz de um conflito havido da Igreja Anglicana do Brasil, na diocese do Recife, em torno da questão da sexualidade, e o de Muriel Diniz, tratando da história política da Paraíba no século XVIII, da perspectiva das relações entre a igreja e do Estado a partir da biografia do padre Antônio Soares Barbosa envolto nas relações políticas que margearam o governo e interesses privados nas Capitanias de Pernambuco e Paraíba

Este número tem uma peculiaridade: reflete parte das discussões que têm aparecido no âmbito da Pós-Graduação em História da UFCG, pela contribuição dos seus docentes, na história política, na literatura, na imagem, etc. A aparência de um dossiê *doméstico*, a aparência apenas, vai revelar ao leitor num espaço menos disperso, as possibilidades de interlocução com paradigmas diversos e proposições de investigações criativas.

Boa leitura a todos!

O SEQUESTRO DE BENS COMO FONTE DE PESQUISA PARA O ESTUDO DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

André Figueiredo Rodrigues ¹

Resumo

No artigo se discute o uso do sequestro de bens como fonte de pesquisa para o estudo da Inconfidência Mineira.

Palavras chave

Sequestro; Dívida; Inconfidência Mineira.

Abstract

In the article discusses the use of the distress a source of research for the study of Inconfidência Mineira.

Keywords

Distress; Debt; Inconfidência Mineira.

Foi de uma denúncia feita ao governador visconde de Barbacena, em 1789, que veio à tona a Inconfidência Mineira, um movimento que pretendia eliminar a dominação de Portugal sobre Minas Gerais e criar ali um país livre. A acusação, feita pelo coronel Joaquim Silvério dos Reis, em março daquele ano, dizia que alguns indivíduos pretendiam organizar um motim contra a derrama – cobrança sobre cada cidadão da região para completar a quantia mínima de cem arrobas anuais de ouro.

Após a delação de Silvério dos Reis foi aberto na cidade do Rio de Janeiro, por ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, um processo de devassa para apurar e julgar a traição cometida por pessoas abastadas da capitania de Minas contra o Estado e a ordem política e social (crime de inconfidência). Os revoltosos foram presos e, ao fim da investigação, julgados e sentenciados no ano de 1792. Coube ao

alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado de Tiradentes, a maior pena: a morte e o sequestro de seus bens; aos demais, degredo para várias partes do Império português e sequestro (alguns parciais) de seus pertences pela coroa.

Quando se estuda esse movimento, percebe-se que muitos pesquisadores ativeram-se às instâncias discursivas (a análise dos depoimentos prestados pelos réus na devassa) compiladas nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Esta obra, que reúne inúmeros documentos, permite, além do estudo das delações, confissões e da avaliação da amplitude da repressão metropolitana imposta aos sediciosos, que se analise – ou que pelo menos permita o início de pesquisas sobre – a trajetória e as práticas econômicas e sociais dos envolvidos. Documentação importante são os sequestros de bens, publicados no sexto volume da coleção, que fornecem imagens notáveis do cotidiano mineiro do século XVIII.

OS SEQUESTROS DE BENS: TRAÇOS GERAIS DA DOCUMENTAÇÃO

O sequestro de bens é uma fonte valiosa de pesquisa. Seu alcance como fonte de estudo e de análise histórica depende, de um lado, da quantidade e da variedade de informações contidas no documento e, de outro, do enfoque metodológico utilizado pelo pesquisador.

Estudiosos interessados em percorrer temáticas relacionadas às revoltas e revoluções, durante o período colonial, encontram terreno fértil de pesquisa neste tipo documental, uma vez que o sequestro é um processo em que se faz a descrição, avaliação e partilha de todos os bens de uma pessoa presa por se insurgir contra o Estado. No final do século XVIII, rebelar-se seria praticar atos de inconfidência ou crime de lesa-majestade. Por lei, nas disposições contidas no Livro V das *Ordenações Filipinas*, a anotação do que seria sequestrado deveria ser feita com

¹ Doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Assis.

minuciosidade e exatidão, de modo a ficar bem conhecido o complexo de bens a ser canalizado para os cofres públicos. (ORDENAÇÕES, 1985, v. 3, p. 1299-1300)

A elaboração do sequestro cabia à justiça local, perante ordens dos juizes ou corregedores do domicílio do réu, sob a ingerência do desembargador responsável pela devassa ou inquirição judicial. Como uma das penalizações pelo crime de lesa-majestade era a perda total de bens, o que acarretaria em um golpe decisivo no destino das famílias envolvidas, sua ordem era delegada de instância superior, após esgotarem-se as possibilidades de defesa dos réus. Como os envolvidos na Inconfidência de 1788-1789 mantinham residência em Minas Gerais, competia ao governador nomear o juiz ou a comissão encarregada de processar os indicados no crime de inconfidência, fazendo cumprir a lei em sua jurisdição administrativa. (ORDENAÇÕES, 1985, v. 3, p. 1299)

Sua preparação não era plenamente objetiva, descrevendo unicamente bem por bem, mas dependia da personalidade e critérios do escrivão. Como agentes ativos na sociedade em que se inserem, seus atos notariais são reveladores não apenas do pulsar de questões de caráter econômico, antropológico, espiritual, cultural e material (exemplo dos testamentos e inventários), mas, também, dos discursos que os indivíduos produzem em seu nome e em nome dos conjuntos sociais em que se inserem. (AMORIM, 2002-2003, p. 97) Deste ponto de vista, cada ato testemunha o encontro entre várias realidades: a do meirinho e a do escrivão, envolvidos e identificados em estratégias pessoais. Alcântara Machado, em seu estudo *Vida e morte do bandeirante*, indica-nos que cada peça possuída e mostrada na relação de bens constitui "depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas na sociedade colonial". (MACHADO, 1930, p. 11)

Os sequestros possibilitam a reconstrução da vida social e econômica de uma pessoa, permitindo encontrar os livros, as dívidas ativas (a receber), as dívidas passivas (a pagar), o dinheiro, o ouro e a prata armazenados, as terras de cultura, as sesmarias, as lavras minerais, os instrumentos agrícolas e minerais, os engenhos, os animais de tração, as louças, os utensílios de fabrico de açúcar e aguardente, o vestuário, a escravaria, a prataria, as práticas religiosas e toda espécie de objetos de uso pessoal dos acusados, que nos ajudam a investigar a formação e a acumulação de capital no curso de vida de um indivíduo e, muitas vezes, a acumulação de cabedal em vidas pretéritas, de seus antepassados.

Abandonando os aspectos gerais dos bens sequestrados, e se restringindo às mais prosaicas das avaliações, entramos em contato com assuntos que estão no centro do atual debate historiográfico: o movimento dos preços, os mecanismos de mercado e de crédito – sugeridos ou mesmo indicados pelas prestações de contas, listas e declarações de dívidas – e as redes de sociabilidade, solidariedade, interesses e negócios que envolvem parentes, vizinhos, amigos, agentes comerciais, oficiais de justiça, oficiais de fazenda, administradores coloniais e negociantes.

Os sequestros, assim, nos permitem vasculhar dados da vida cotidiana e das estruturas econômicas e sociais dos conjurados, pois tornam possível o contato com as precariedades vitais e a miséria de uns, com o conforto e a opulência de outros. Para que estas informações nos cheguem, totais ou parciais, é imprescindível conhecer a estrutura de normatização de um sequestro, para que se compreenda e desvende sua organicidade e entrelinhamentos correlatos ao processo oficial da devassa, assim como no estudo da reconstrução da fortuna preservada por algumas famílias dos participantes do movimento insurreto mineiro.

A NORMATIZAÇÃO DOS REGISTROS DE SEQUESTRO

De acordo com André Figueiredo Rodrigues, em *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros*, as partes principais de um processo de sequestro são (RODRIGUES, 2010a, p. 51-64):

- *Autos de Inventário e Apreensão*

Os Autos de Inventário e Apreensão são a peça mais importante do processo de sequestro, pois neles estão (ou pelo menos deveriam estar) arrolados a descrição de todos os bens, cuja finalidade é tornar perfeitamente certo e conhecido tudo aquilo que se encontrava em poder do inconfidente ao tempo de sua prisão.

O processo de exposição dos bens pertencentes ao réu preso é sumário e de caráter judicial. Todos os bens devem ser descritos individualizados, declarando-se separadamente o dinheiro e as pedras preciosas possuídas, os imóveis (bens de raiz), os móveis, os semoventes e as dívidas ativas. Quanto aos bens de raiz (imóveis, terras e áreas de cultura) devem ser apontados a situação, a extensão, confrontações ou limites, bem como todas as indicações elucidativas que ajudem na descrição de seus ônus reais e condições de exploração e produtividade. No que se refere aos bens imóveis (utensílios domésticos, mobílias em geral, vestuário, jóias e instrumentos de trabalho), os tabeliães devem indicar sinais característicos, que os distinguissem de outros semelhantes, tornando-os bem conhecidos a todo o tempo. Quanto aos semoventes (bens que se movem como animais e escravos), seu número, espécie, marcas ou sinais distintivos deveriam ser anotados nas listas dos bens sequestrados.

As dívidas ativas também devem ser minuciosamente descritas,

declarando-se a importância e os nomes dos respectivos devedores, os juros convencionados, as datas de seus vencimentos, as prestações já pagas, as garantias que tiverem e os títulos (escrituras públicas ou instrumentos particulares) de que constem. Bens alheios, encontrados posteriormente ao processo de apreensão, também serão sequestrados e descritos na documentação com clareza e minúcia, em processo de adição ou em um novo auto de sequestro. Caso algum bem preso pertença a uma terceira pessoa, esta deve solicitar em juízo a restituição daquele patrimônio, comprovando sua afirmação.

O sequestro se iniciava no domicílio do preso, independente se ele possuía bens situados em outras regiões ou comarcas. Praticamente tudo o que era usado no dia-a-dia, desde que não fosse feito de palha, barro ou madeira comum, e tivesse valor monetário, foi apreendido pela devassa. Vivia-se em uma "economia de reaproveitamento", em que comercializar roupas de uso pessoal e objetos de casa não constrangia vendedores e consumidores, daí a necessidade de se elaborar um rol minucioso dos bens da casa, já que estes poderiam voltar ao mercado. (FARIA, 1998, p. 181)

- *Avaliação dos bens*

A avaliação dos bens constitui o corpo do sequestro. Nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* publicaram-se os Autos de Inventário, alguns parciais, e a avaliação do patrimônio de cinco sediciosos: do poeta e fazendeiro Alvarenga Peixoto, do cônego Luís Vieira, do guarda-livros e caixeiro Vicente Vieira da Mota, do padre Carlos Correia de Toledo e do seu irmão sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza. Dos demais conspiradores, as avaliações e seus documentos comprobatórios são desconhecidos da historiografia.

A documentação que serviu de base para a edição impressa dos *Autos de Devassa* foi o Códice 5: *Inconfidência de Minas Gerais – Levante de Tiradentes 1788-1792*, pertencente ao acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que reúne todas as peças do processo como as cartas-denúncia, os ofícios, as ordens, as portarias, as inquirições de testemunhas, os autos de perguntas feitas aos réus, as acareações, as petições, os atestados, os embargos, os autos de exame e separação realizados em papéis julgados comprometedores apreendidos aos inconfidentes, as sentenças e os autos de sequestro de bens. (FIGUEIREDO, 1989, p. 140)

O trabalho mais recente que procurou sistematizar e quantificar os bens inconfidentes é o de João Furtado, *O manto de Penélope*. Na pesquisa, como advertiu, ao avaliar monetariamente o patrimônio dos 24 sentenciados, os valores para efeito de cálculo foram obtidos aritmeticamente por um preço médio estimado. Com exceção dos cinco sequestros citados acima, todas as avaliações recebidas pelos demais revoltosos foram realizadas por meio da teoria da probabilidade e não condizem com a realidade. (FURTADO, 2002)

Dentre as informações fornecidas a partir da leitura dos Autos de Sequestro originais constam a avaliação recebida pelos bens apreendidos aos sediciosos, assim como os acréscimos e decréscimos dos patrimônios.

A avaliação é a determinação do justo preço de um bem, feita pela geral e comum estimação, levando-se em consideração o tempo, o lugar em que as coisas existiam, o estado em que se encontravam no momento da avaliação, os ônus e as condições a que estavam sujeitas e o proveito que delas se pudessem tirar, regulando-se o preço.

Cada bem é avaliado separadamente, especificando as dimensões, situações e confrontações dos imóveis e os sinais característicos dos móveis e semoventes, de modo a ser

futuramente reconhecida a sua identidade. Os animais da mesma espécie são avaliados juntos, mencionando-se o seu número e o valor. As plantações devem ser avaliadas com designação expressa de sua situação e área plantada. As dívidas ativas não dependem de avaliação, pois já a trazem nominalmente. Bens em sociedade também serão avaliados, proporcionalmente, à quota que o inconfidente possuísse na sociedade.

Depois da realização do inventário, o procurador da Real Fazenda passava "Precatória para o juiz do domicílio do confiscado para fazer avaliar (...) os bens apreendidos, procedendo-se depois disso na sua arrematação, recolhendo o produto [das vendas] (...) aos reais cofres". (IHGB, 1799, DL 70.9, fl. 8v)

Após ser preso, os bens do padre Carlos Correia de Toledo passaram por cinco sequestros em 1789. Quatro deles constam na versão impressa dos Autos de Devassa; o último, ocorrido em 29 de setembro, determinou a avaliação de dois de seus escravos que estavam em São João del-Rei.² No Termo de Avaliação destes dois cativos, observamos os procedimentos realizados na avaliação de um bem:

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de mil setecentos e oitenta e nove, nesta vila de São João del-Rei, Minas e Comarca do Rio das Mortes, em casas de morada do Furriel Manuel Ribeiro Quinta, onde eu Escrivão ao diante nomeado fui vindo, ai apareceram presentes o mesmo Furriel e José Lucas Álvares, providos e juramentados pelo Senado da Câmara desta vila na forma da Lei para avaliadores dos escravos e por eles foi uniformemente dito que tinham visto e examinado o crioulo José Manuel, e o mulato Alexandre, sequestrados ao Reverendo Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário colado da Vila de São José, e que entendiam em suas consciências, e debaixo do juramento dos seus

ofícios, avaliavam o crioulo que é carreiro na quantia de cento e dez mil réis, e o mulato que tem princípio de alfaiate em outra igual quantia: E que estes eram os preços que seguindo suas inteligências valiam presentemente os ditos escravos: e de como assim o disseram, assinaram este termo, que faço para constar. Eu João Batista Lustosa, Escrivão das Execuções Cíveis, que o escrevi. = *Manuel Ribeiro Quintas / José Lucas Álvares*. (IHGB, 1789, DL 101.3, fl. 18 – grifo nosso)

As formalidades da determinação do preço passavam pelo juramento lavrado pelo escrivão e a assinatura do termo por parte dos avaliadores, que [Digite uma citação do documento ou o resumo de um ponto interessante. Você pode posicionar a caixa de texto em qualquer lugar do documento. Use a guia Ferramentas de Desenho para alterar a formatação da caixa de texto de citação.] geralmente são duas pessoas. A não-realização de qualquer uma destas práticas invalidava o ato.

- *Restituição de bens*

Qualquer bem sequestrado podia ser restituído ao seu verdadeiro proprietário, desde que este comprovasse com documentos ou testemunhas que o objeto apreendido fosse seu e não do inconfidente.

Caso revelador da prática da restituição de bens na Inconfidência Mineira pode ser observado na Precatória encaminhada ao Tribunal da Junta da Real Fazenda, de Minas Gerais, por Francisco de Souza Martins, sobrinho do poeta e magistrado Cláudio Manuel da Costa, solicitando a devolução de objetos que lhe pertenciam e que foram apreendidos pela justiça dentro da casa de seu tio.

No documento, Francisco Martins, provavelmente morador no andar térreo

da residência ("na casa debaixo"), alegou que entre as peças sequestradas ao inconfidente Cláudio Manuel da Costa se encontravam artigos que lhe foram dados por seu tio João de Souza Costa e entregues ao seu pai, o capitão Antônio de Souza Mesquita, que os deixou sob a guarda de Cláudio, quando se mudou de Vila Rica para as lavras que possuía em Itabira e Pitangui, além de alguns papéis e clarezas do seu pai que também foram sequestrados:

... entre os bens que a este foram sequestrados se contemplaram os que constam da lista inclusa que pertencem ao Suplicante por lhos ter dado o falecido seu tio João de Souza Costa e foram entregues ao falecido pai do Suplicante o Capitão Antônio de Souza Mesquita que os deixou em guarda em casa do dito falecido seu tio na mudança que fez desta vila para as suas Lavras da Itabira e Pitangui, além de vários papéis e clarezas do mesmo seu pai para o fim de que tudo lhe seja entregue. (AZEVEDO, 1943, p. 282)

Após apresentar justificativas comprobatórias, o então governador visconde de Barbacena passou-lhe Despacho favorável à restituição dos bens que lhe pertenciam e que estavam na casa do inconfidente e sob a guarda do fiel depositário Francisco Xavier de Andrade. Na listagem dos bens que lhe foram restituídos constam:

Doze cadeiras de damasco encarnadas = uma mesa de jacarandá em pés de burro = uma dita redonda grande = uma dita pequena de jacarandá = um dita com pés de jacarandá torneado = um colchão de lã que o dito partiu em dois = dois catres torneados = duas canastras de Campanha com o que nelas se achar = um cavalo alazão na roça = uma Prosódia = dois Virgílios e outros mais livros que se acham em um quarto onde estão os catres e mais papéis que estão no mesmo quarto e casas do dito Doutor, pois dos ditos papéis

há de constar pertencerem ao falecido Capitão Antônio de Souza Mesquita e Testamentárias deste = dez lâminas de meia folha, seis douradas com vidros mais pequeno = uma papelreira de jacarandá com o que nela se achar e seu oratório = uns bilhetes do Serro, extração diamantina, que em quantia avultada os quais vieram remetidos do Serro do Frio ao Doutor Desembargador Intendente desta Vila para os entregar ao dito Doutor Cláudio e este entregar os mesmos ou o seu produto ao Suplicante como Procurador do Tenente Manuel Antônio Dias a quem pertencia a mesma cobrança por ser credor de José Antônio Leite e o dito Tenente ter dado essa cobrança ao pai do suplicante por contas que entre si tinham = *Francisco de Souza Mesquita*. (AZEVEDO, 1943, p. 282-283)

A casa de Cláudio Manuel da Costa, localizada em Vila Rica, passou por três processos de sequestro: em 25 de junho e 31 de julho de 1789 e 21 de março de 1791. O primeiro sequestro ocorreu 21 dias após a sua morte na prisão (4 de julho de 1789) e todos os Autos de Inventário foram coordenados pelo ouvidor José Caetano César Manitti.

Ao comparar as duas únicas fontes documentais sobre o sequestro de Cláudio, notamos que dos 14 bens referenciados na lista elaborada por Francisco de Souza Mesquita, apenas seis objetos fizeram-se presentes em um dos sequestros empreendidos à casa de Cláudio em Vila Rica – “doze cadeiras de damasco encarnadas” (nos Autos de Devassa – versão impressa – aparecem como “doze cadeiras com assentos de damasco”); “uma dita [mesa] redonda grande” (nos Autos de Devassa – versão impressa – “uma mesa redonda”); “um colchão de lã que o dito partiu em dois” (nos Autos de Devassa – versão impressa – encontramos “um colchão de lã acolchoado, com seu travesseiro e fronha de pano de linho”); “duas canastras de Campanha com o que nelas se achar”

(nos Autos de Devassa – versão impressa –, temos “duas canastras cobertas de couro cru”); “dez lâminas de meia folha, seis douradas com vidros mais pequeno” (nos Autos de Devassa – versão impressa –, aparece citado “quatorze lâminas pequenas com seus vidros, na casa de baixo”). (AZEVEDO, 1943, p. 282-283; ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 4, fls. 4; 6-6v; 2v) O “cavalo alazão”, indicado no documento e que seria o sétimo bem, estava confiscado na “roça” do Fundão, localizada na “divisa da Freguesia da Sé, da Cidade de Mariana”. Os demais pertences não conseguimos localizar. Os bilhetes da extração régia foram atendidos, segundo o documento, em 1º de agosto de 1804. Quanto aos livros indicados – *Prosódia* e dois títulos de Virgílio –, eles poderiam estar entre as obras que foram quantificadas, mas não nomeadas pelo tabelião. (ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 4, fl. 5v) No sequestro apareceu indicado: “Na quarta coluna da estante da parte direita, quarenta tomos; na quinta da mesma, quarenta e quatro tomos de livros” etc.. Disto ficam-nos três perguntas: como Francisco de Souza Mesquita conseguiu restituir parte de seu patrimônio, que se encontrava sequestrado junto aos bens de seu tio Cláudio Manuel da Costa, se pouco mais da metade deles não constava na relação oficial dos sequestros publicada nos Autos de Devassa? Será que o escrivão escreveu com falhas ou omissões o que encontrou dentro da casa? No momento de elaboração do sequestro se fazia nítida a separação entre pertences do próprio Cláudio e os de seus parentes que residiam na casa?

- *Justificação de dívidas passivas*

De acordo com a lei, bens sujeitos a sequestro permaneciam sob a custódia da Real Fazenda que separava metade desse patrimônio para quitar eventuais dívidas do condenado, em processos de cobrança movidos contra o procurador do Fisco e Câmara Real,

responsável pelos bens do sequestrado. Esses processos eram chamados de Libelo Cível.

Inicialmente, o autor da ação devia qualificar a si e ao seu advogado para, em seguida, apresentar a justificativa da dívida, detalhando a quantia devida e os juros estipulados (se houvesse), os recibos ou cartas assinados e datados pelo confiscado e todo tipo de comprovante que o habilitasse a ser ressarcido.

Sob um ângulo muito particular, os autos de Libelo Cível permitem-nos justificar as dívidas cobradas contra a casa dos sediciosos e nos ajudam a investigar o ambiente formador de um inconfidente e o foco de suas insatisfações. (FIGUEIREDO, 1989, p. 144) Entre as várias petições movidas por terceiros contra o patrimônio sequestrado a Alvarenga Peixoto destacam-se o Libelo de seu credor, amigo e compadre, o sargento-mor Luís Antônio da Silva, tesoureiro dos Ausentes da vila de São João del-Rei, que, por vezes, o acompanhava em suas viagens ao sul da capitania, em direção às lavras de Alvarenga na Campanha do Rio Verde. Pelo documento se percebe a desordem e as ruínas financeiras da casa daquele magistrado e fazendeiro. Além das mesadas regulares que Luís Antônio lhe afiançava, apareceram descritas dívidas de aspectos corriqueiros como empréstimo para o funeral e luto da avó de Bárbara Eliodora, pagamento de mantimentos de sua casa e despesas de uma festa de Santa Bárbara, em que Alvarenga foi o juiz. (ANRJ/CIM, 1794, cx. 3011, pacotilha 19, fls. 4-5v)

Luís Antônio apresentou uma carta, um crédito, 26 recibos e 9 bilhetes em que constavam os auxílios financeiros e pagamentos das contas daquela casa, desde a chegada de Alvarenga Peixoto à vila de São João, em 1776, para ocupar o cargo de ouvidor da comarca do Rio das Mortes, até maio de 1788, quando transportou sua família para sua fazenda na Campanha do Rio Verde, que

totalizavam 989\$725 réis. (ANRJ/CIM, 1794, cx. 3011, pacotilha 19, fl. 10v)

Por dona Bárbara Eliodora ser casada por comunhão de bens, o patrimônio de sua casa foi dividido em duas partes (meação), uma para ela e outra para a Real Fazenda. Da parte que pertencia ao sedicioso e que passou a ser gerenciada pela Real Fazenda, metade era reservada para o pagamento de suas dívidas, ou seja, 50% do patrimônio direcionado para o Erário Régio era destinado ao acerto de contas que o inconfidente tinha com credores. Isto equivale a 25% do total geral do sequestro. As dívidas cobradas, por conseguinte, também eram meadas e só se pagava uma daquelas partes. O quinhão da esposa era preservado e se mexia unicamente na porção patrimonial que cabia à Real Fazenda. Assim, ao solicitar o ressarcimento da dívida, o sargento-mor Luís Antônio pôde protestar somente 494\$862 ½ réis, metade do devido por Alvarenga Peixoto. A dívida recaía, portanto, somente sobre a metade pertencente ao confiscado. (ANRJ/CIM, 1794, cx. 3011, pacotilha 19, fl. 7v)

Entre os documentos comprobatórios apresentados, constam sete recibos de empréstimo de ouro a Alvarenga (292\$500 réis), 19 recibos, que vão de 3 de agosto de 1785 a 14 de janeiro de 1787, de ouro com que Luís Antônio assistiu Bárbara Eliodora (286\$200 réis) e bilhetes de diversos pagamentos, entre eles, o valor de 511\$312 réis de "custas do funeral e fazendas para os lutos" da avó de Bárbara. (ANRJ/CIM, 1794, cx. 3011, pacotilha 19, fl. 10)

As provas e justificativas apresentadas pelo sargento-mor e defendidas pelo seu advogado Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos foram aceitas e se determinou ação executória contra os bens do inconfidente. Esta ação não se procedeu, pois o ex-contratador João Rodrigues de Macedo, em Petição encaminhada à Fazenda Real, requereu

cessão de crédito da dívida de Alvarenga, uma vez que arrematara, em 30 de maio de 1795, em leilão, a parte sequestrada ao dito sedicioso, ficando responsável pela quitação das dívidas precedentes.

Neste mesmo dia, a dívida de Alvarenga com o sargento-mor Luís Antônio foi transferida para Macedo e com ela apareceram outros débitos que também deveriam ser quitados pelo ex-contratador. No total, a dívida contraída, já com todos os seus ajustes, era de 2:975\$574 réis. Este valor foi parcelado por Macedo – conforme se constata no documento de cessão da dívida – em sete vezes iguais, sendo anual o vencimento de cada parcela. Após o pagamento de três prestações, Macedo decidiu, em 27 de março de 1798, quitar o restante daquela dívida de 1:784\$639 réis, inocentando-se de quaisquer pendências. (LAPA, 1960, p. 300)

- *Partilha dos bens entre a Fazenda Real e a esposa, no caso de casamento regido pela comunhão integral de bens*

O processo de divisão dos bens inventariados no sequestro era definido pelo Auto de Partilha ou Auto de Separação dos Bens para Pagamento da Meação. Primeiramente, deveria ser calculado o monte-mor. Esse montante líquido era dividido em duas partes, sendo uma delas encaminhada integralmente à esposa do inconfidente. A outra metade era dividida em duas partes, sendo uma delas destinada ao pagamento, se necessário, de débitos deixados pelo preso e, a outra, destinada à Fazenda Real.

- *Prestação de contas dos fieis depositários*

Todos os bens apreendidos em sequestro eram deixados sob a guarda de um fiel depositário, responsável pela administração dos bens e prestação de

contas de sua gestão, ao deixar o cargo ou sempre que o juiz lhe determinasse. O cumprimento irregular dessa obrigação ou a rejeição das contas prestadas podia levar o depositário à responsabilização indenizatória.

Como regra, a prestação de contas era realizada em Apenso aos Autos de Inventário, como processo incidental. Em algumas situações, como nos levantamentos de dinheiro, venda de bens, etc., a comprovação era feita diretamente nos autos principais. No caso de acordo entre a atividade do fiel depositário e o gerenciamento das famílias sequestradas, as contas eram aprovadas; mas se houvesse discordância, com instauração de litígio, era de rigor o uso das vias ordinárias para destituí-lo, nomeando-se outro fiel.

O reverendo Bento Cortês de Toledo, procurador e irmão do padre Toledo, testemunhando o modo irregular com que os depositários dos bens sequestrados a seu irmão estavam se utilizando dos mesmos, dirigiu reclamação ao doutor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, ouvidor e corregedor da comarca do Rio das Mortes, em São João del-Rei, chamando atenção daquela autoridade judicial para os fatos que relatava e pedindo providências acautelatórias para o “removimento dos bens sequestrados das mãos dos depositários deles”:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Diz o Padre Bento Cortês de Toledo que sendo seu irmão o Padre Carlos Correia, vigário da vila de São José, preso e sequestrado por ordem de Vossa Excelência, foram todos os seus bens depositados. E porque Manuel Francisco, depositário da lavra, cuida mais em fazer tráfico com os bens do que em os administrar, de modo que não sendo as terras de todo ruins fez ultimamente uma apuração de seis oitavas de ouro, e devendo aplicar os escravos no serviço lhes dá a liberdade de irem faiscar para terem com que comprem os gêneros e

bebidas, que sua mulher vende no mesmo lugar; nem dá de vestir aos pretos, que vem pedi-lo ao Suplicante; outro, o Alferes Antônio Correia, residindo a maior parte do tempo nos Olhos d'Água, distantes umas poucas léguas da Laje, não pode com aquele zelo e cuidado assistir ou administrar a fazenda, de que é depositário; e um único escravo tem um depositário na vila de São João, onde se acha vindo, deste modo os bens e estado antes de perdição do que de utilidade para a Real Fazenda, requer o Suplicante a Vossa Excelência se digne mandar que os bens sejam removidos dos depósitos em que se acham e que sejam de novo depositados em poder de quem os administre e para administrá-los bem e fielmente e com aquele zelo e cuidado devidos à Fazenda Real, fazendo o Ministro do sequestro a nomeação e removimento.

Para a Vossa Excelência se digne para maior utilidade de Sua Majestade, assim o mandar.

E Receberá Mercê. (IHGB, 1789, DL 101.3, fls. 13-13v)

O alferes Antônio Álvares Correia, responsável pelo gerenciamento da paragem que o padre Toledo tinha "ao pé da Lage, termo da vila de São José" foi acusado de residir longe da propriedade e, por isso, não despender os esforços necessários para sua perfeita administração. As acusações contra seu primo, o tenente Manuel Francisco de Toledo, foram mais ríspidas, ao acusá-lo de permitir que escravos sequestrados deixassem de trabalhar em atividades de mineração nas terras do padre Toledo para praticarem faisqueiras, por conta própria, e com os lucros obtidos nessas jornadas, tais escravos adquiriam bebidas e gêneros alimentícios vendidos por sua esposa "na paragem do Monte Alegre, da Aplicação de São Tiago", lucrando com a desgraça alheia. (IHGB, 1789, DL 101.3, fls. 9; 7v; 5v)

Para resolver essas contendas, Bento Cortês de Toledo sugeriu que todos os bens sequestrados ao seu irmão

fossem administrados por um único fiel depositário e que este fosse o capitão Domingos Barbosa Pereira, de São José del-Rei, por possuir competência e saber lidar com terras de cultura e de mineração, além de ser homem "abonado". Requisitos tidos pelo reverendo como indispensáveis à boa administração de qualquer propriedade. (IHGB, 1789, DL 101.3, fls. 11v-12)

- *Arrematação dos bens em leilão*

Os sequestros, avaliações, pagamentos e partilha de bens, se necessários, antecediam a arrematação dos bens confiscados aos inconfidentes.

Cabia ao porteiro do Juízo do Contencioso da Real Fazenda anunciar o "pregão de venda e arrematação" dos bens em leilão. Foi o que fez Joaquim Barbosa do Amaral, em oito ocasiões, ao proclamar "em praça pública", na vila de São João, a "venda e arrematação" de dois escravos (os citados José Manuel e Alexandre, do item "Avaliação de bens") e dois cavalos baios apreendidos ao padre Toledo. Entre os dias 7 e 15 de janeiro de 1790, Joaquim Barbosa apregoou "muitas vezes" os bens, mas "neles não houve lanço algum". (IHGB, 1789, DL 101.3, fls. 19-20v)

Concluídos os pregões pelo porteiro, iniciava-se o leilão propriamente dito. Joaquim Barbosa do Amaral declarou os bens em arrematação:

... um crioulo por nome José Manuel, carreiro, avaliado na quantia de cento e dez mil réis; um mulato por nome Alexandre, com princípios de alfaiate, avaliado na quantia de cento e dez mil; um cavalo baio chamado o Cova, avaliado na quantia de quarenta mil réis. Outro cavalo também baio chamado o Bode, avaliado na quantia de quarenta mil réis; todos estes cavalos e escravos foram sequestrados ao reverendo Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário colado da freguesia de Santo Antônio da vila de São José. (IHGB, 1789, DL 101.3, fl. 22)

Após qualificar os objetos do leilão, passavam-se aos lances, dizendo "em voz alta": "Afronta-se só por que mais não acha, se mais achara mais tomara, dou-lhe uma, duas, três, e uma mais pequenina", e por não haver quem mais lances dessem, o porteiro dirigia-se ao arrematante e entregava-lhe "um ramo verde", dizendo-lhe "faça lhe muito bom proveito". (IHGB, 1789, DL 101.3, fl. 23)

A arrematação dos dois cavalos foi feita pelo tenente Francisco José Álvares, morador da vila de São João, pelo lance de "duzentos réis sobre o

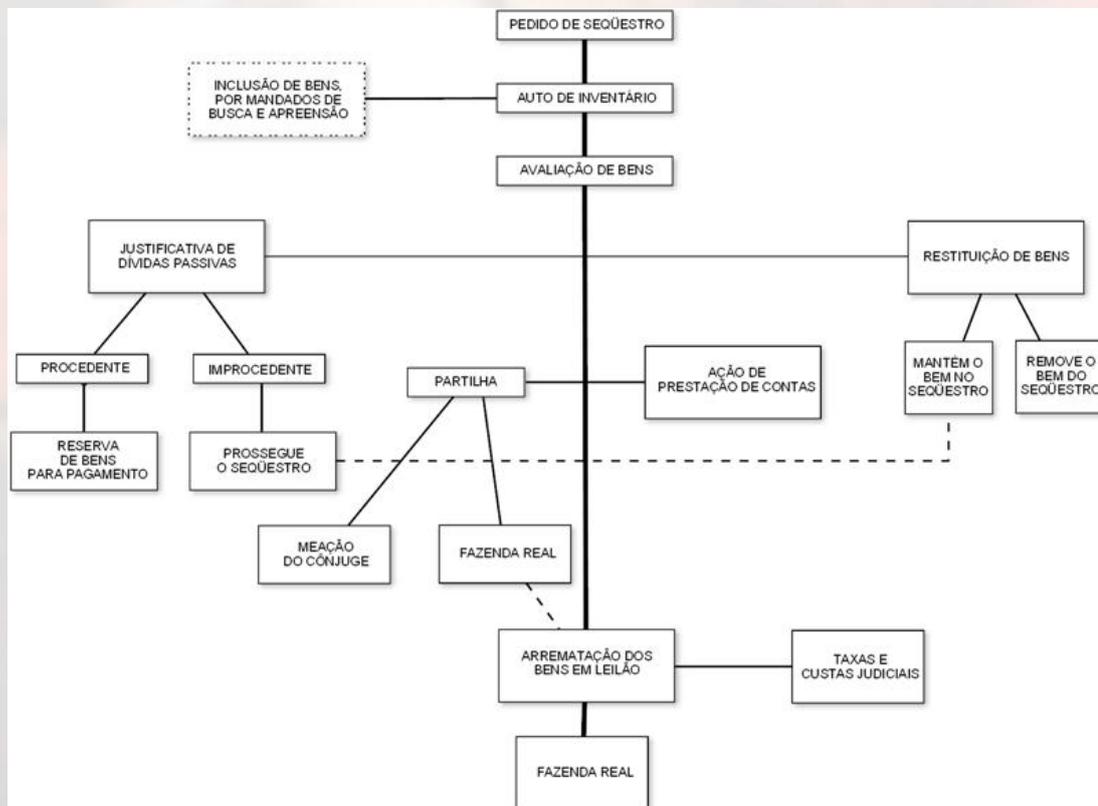
preço de suas avaliações, cujo lançou a ficarem oitenta mil e duzentos réis à vista". (IHGB, 1789, DL 101.3, fls. 22v-23)

- *Taxas e custas judiciárias*

As taxas e as custas judiciárias também deveriam ser incluídas nas contas finais do processo de sequestro. As despesas gastas com o cumprimento da sentença condenatória e o embarque dos sediciosos degredados para a África, por exemplo, foram pagos com os bens que lhe haviam sido sequestrados no Rio de Janeiro.

Assim, de acordo com o exposto, a estrutura de um sequestro é a seguinte:

FLUXOGRAMA 1
Estrutura de um sequestro



OS SEQUESTROS COMO POSSIBILIDADES DE ESTUDO DA FORTUNA DOS INCONFIDENTES

Como vimos, por lei, todos os bens pertencentes a pessoa presa deviam ser apresentados, por meio de sequestro. Aparentemente, os inquiridores da devassa buscaram realizar tal tarefa. A historiografia reteve a ideia de que os sequestros representavam um instantâneo verdadeiro de todos os bens pertencentes aos inconfidentes no momento de sua prisão e que a listagem publicada desses bens nos *Autos de Devassa* indicaria o valor desse patrimônio.

Por se constituírem como processos à parte da devassa, os autos originais de sequestro não foram pesquisados e publicados integralmente.

O que se conhece e está publicado no sexto volume dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* são apenas traslados parciais dos bens dos envolvidos no levante mineiro, exigidos pelos juízes da devassa para se ter uma ideia do patrimônio de cada um dos réus. Tramitando em diferentes comarcas de Minas Gerais, os autos de sequestro seguiram rumo judicial independente, ora incluindo informações após a descoberta de novos bens, com a realização de novas penhoras, ora com o acréscimo das prestações de contas promovidas pelos fiéis depositários, ora com a devolução a terceiros de pertences que estavam emprestados aos revoltosos, até sua liquidação final, com as formalidades de encerramento. (RODRIGUES, 2010b)

Em consequência do desconhecimento dos sequestros originais, ou à causa da publicação parcial de alguns de seus dados, o que se conhece, portanto, são informações que não condizem plenamente com a realidade do patrimônio apreendido aos inconfidentes. Caso específico, por exemplo, ocorreu com os escravos

sequestrados de Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

O fazendeiro e coronel Francisco Antônio nasceu em 1750, na Borda do Campo (atual Barbacena / Minas Gerais). Era filho de José Lopes de Oliveira e Bernardina Caetana do Sacramento. Em 1781, aos 36 anos de idade, casou-se com Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, filha do capitão-mor Pedro Teixeira de Melo e irmã do então ocupante desse posto na vila de São José del-Rei (atual cidade de Tiradentes / Minas Gerais), Gonçalo Teixeira de Carvalho. O casal morava na fazenda da Ponta do Morro, entre a Vila de São José e o arraial de Prados. (JARDIM, 1989, p. 149-151; RODRIGUES, 2010a, p. 25-26)

Quando ele foi preso, em 1789, a devassa apreendeu sua fazenda da Ponta do Morro, 430 animais de criação e 74 escravos, assim como os 51 utensílios e os rendimentos das extrações de ouro da propriedade. Naquela ocasião, dona Hipólita, que vinha de família abastada, declarou à justiça, estrategicamente, bens que em grande parte eram de sua sogra, e não os que pertenciam ao seu patrimônio.

Inconformado por ver o patrimônio de sua mãe, Bernardina Caetana, apreendido pela coroa como se fosse do irmão Francisco Antônio – e sem ter como recebê-lo como herdeiro –, o sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, solicitou, em agosto de 1794, a devolução os bens de sua mãe, que estavam em poder do casal Francisco Antônio e Hipólita Jacinta. O patrimônio da matriarca foi confiscado pela devassa como se pertencesse ao inconfidente. (IHGB, 1790, DL 101.2, fl. 15)

Por “repetidas vezes”, o sargento-mor apresentou certidões para que o fiel depositário – que era primo de dona Hipólita – entregasse os bens de sua mãe, desmembrando-os do sequestro ocorrido em 25 de setembro de 1789. Como não obteve êxito, Manuel Caetano recorreu ao juiz responsável pela devassa, Antônio Ramos da Silva

Nogueira, explicando-lhe o ocorrido. Alegou que a não restituição dos bens estava desfavorável aos seus interesses e, também, aos do Estado metropolitano, pois, enquanto o que lhe pertencia por herança estava listado como patrimônio do inconfidente, o que cabia ao seu irmão e deveria ser objeto da real apreensão estava omitido da devassa.

Com a denúncia da artimanha articulada por sua cunhada, esperava ganhar a confiança e o respeito do devassante quanto à solução da disputa familiar. Eis os fatos:

Diz o sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, que no sequestro que se procedeu por este Juízo na Ouvidoria do Rio das Mortes contra o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes compreendido, condenado, e definitivamente sentenciado pelo delito de Sublevação *se ocultaram muitos bens, que o suplicante denuncia quais são os do Rol junto, e poderão ainda haver muito mais como há de constar do Inventário feito entre dona Hipólita Jacinta Teixeira, mulher do dito proscrito, e seu irmão capitão-mor Gonçalo Teixeira, que todos pertencem ao referido sequestro por ser o suplicante dito condenado no perdimento de sua inteira meação, e para segurança dos mesmos, e sobre eles requer o suplicante seus direitos, e ações que lhe competirem.* (IHGB, 1790, DL 101.2, fl. 42 – grifo nosso)

Hipólita havia conseguido evitar o confisco de 74 escravos, duas propriedades, bois, vacas e cavalos, além de muitas bugigangas de casa, como jarros, bacias, louças, faqueiros, baús, cadeiras e armários. Mas, de todas estas omissões, as mais significativas foram as dos cativos subtraídos da devassa. Manuel Caetano entregou ao juiz Antônio Ramos da Silva Nogueira lista contendo os nomes dos escravos furtados do inquérito da Inconfidência.

Estes números são impressionantes: metade de sua unidade escravista esteve subtraída às escondidas da devassa. Nos Autos de Devassa, em sua edição impressa, está registrado que Francisco Antônio teve 69 mancípios apreendidos. Na documentação original seus números chegam a 74 pessoas listadas como sendo o seu patrimônio realmente apreendido. Somando-se estes números, temos que o plantel de escravos do sedicioso Francisco Antônio, na época do sequestro, em 1789, era composto por 148 escravos. Se todos esses negros fossem apreendidos pela devassa, poder-se-ia atribuir a ele o epíteto de o maior escravista da Inconfidência Mineira. (RODRIGUES, 2010a, p. 176-181)

Em abril de 1795, Hipólita Jacinta foi chamada pela justiça para prestar esclarecimentos. Mesmo reconhecendo os atos de sonegação, ela não foi penalizada. A fortuna que havia sido escondida permaneceu nas mãos da família, sem que sofresse nova apreensão. Seu cunhado recebeu a parte que lhe cabia da herança, subtraindo-a dos bens que foram confiscados. O conhecimento deste fato somente foi possível graças aos sequestros utilizados como fonte de pesquisa.

Fontes

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [IHGB] – Rio de Janeiro

Autos de sequestro em bens do vigário Carlos Corrêa de Toledo e Melo. 1789. [DL 101.3]

Sequestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. 1790. [DL 101.2]

Sequestro em bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real. 1799. [DL 70.9]

Arquivo Nacional [ANRJ]– Rio de Janeiro

Coleção Inconfidência Mineira / Fundo 3A – caixa 3031, pacotilha 19 – Libelo Cível entre o sargento-mor Luiz Antônio da Silva e o procurador do Fisco, pelos bens do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto – réu. Vila Rica, 1794.

Códice 5 – Inconfidência em Minas Gerais – Levante de Tiradentes. 10 v.

Bibliografia

AMORIM, Inês. As fontes notariais: uma reflexão metodológica. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, tomo 36, p. 93-108, 2002-2003.

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1976/1983. 10 v.

AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. A Inconfidência Mineira: documentos do Arquivo da Casa dos Contos (Minas Gerais). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 65, p. 153-308, 1943.

DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfidentes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 163-172, 1939.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano. Cortando rente o passado...: fontes para a história da Inconfidência Mineira e o acervo do Arquivo Nacional do Brasil. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2/3, p. 138-146, maio/dez. 1989.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

GAMA, Affonso Dyonisio. *Inventarios e partilhas*. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Acadêmica, 1926.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

JONHSON, Harold B. A preliminary inquiry into money, prices and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. In: ALDEN, Dauril (Ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 231-283.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: MEC; INL, 1960.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e seqüestros: fontes para a história social. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 9, p. 31-45, 1989.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. 3. ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ORDENAÇÕES Filipinas. Edição fac-símile da feita por Candido Mendes de Almeida em 1870. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, v. 3.

RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfidentes*: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010a.

_____. As múltiplas faces da devassa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLVI, n. 1, p. 36-49, jan.-jun. 2010b. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2010D03.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2012.

HISTÓRIA & FOTOGRAFIA: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Severino Cabral Filho¹

Resumo

Procuramos abordar as possibilidades teóricas e metodológicas do uso da imagem fotográfica na obra historiográfica e realizar uma breve incursão pela produção acadêmica, que também aborda a questão. Aqui, as imagens são tratadas como evidência histórica de que, pelo apelo visual, contribuem para ampliar a interpretação dos fatos sob análise.

Abstract

We seek to address the theoretical and methodological possibilities of the use of the photographic image in historiographic work and conducted a brief excursion into the academic production that also tackles the issue. Here, the images are treated as historical evidence that, for the visual appeal, contribute to expand interpretation of the events under analysis.

O que seria do nosso passado sem as imagens que dele temos? As imagens fotográficas fascinam; fotografias nos remetem ao passado por mais próximo que esse passado esteja de nós, nos incita a imaginarmos experiências sociais a partir de simples paisagens, sejam urbanas, sejam rurais; aproxima-nos de modos de vida diferentes dos nossos, de modas, de hábitos, de formas de viver. Elas, enfim, tendem sempre a nos colocar a questão: como as pessoas viviam o seu cotidiano, como deveria ser o mundo daquele passado? O historiador, uma vez de posse dessas imagens, procura lançar novas luzes sobre o já vivido com o qual ele se depara por meio da fotografia;

para tanto, ele deve sempre ter em mente que a busca pela análise e compreensão do passado fotografado não pode dissociá-lo do meio pelo qual ele chega até nós, isto é, para que se compreenda melhor o que se vê é imprescindível que se considere a narrativa fotográfica e os eventos fotografados como um uno indivisível.

A fotografia foi resultado de um contexto de considerável eferescência experimental, científica, numa Europa em que muitos dos seus homens de ciências desejavam ardentemente registrar e documentar fidedignamente a realidade. Tal proeza teve como desdobramentos mais perceptíveis a disponibilidade no mercado de um produto potencialmente inovador e o deslumbramento quase que generalizado com uma invenção que, por sua vez, instituiu novas maneiras de ver, pensar e imaginar o mundo.

O cenário urbano, desde o advento da fotografia em 1839, constituiu-se em um dos principais campos de interesse dos fotógrafos – profissionais e amadores – a partir de diversas demandas, que vão desde os explícitos interesses das administrações públicas com a entrada em cena das metrópoles no século XIX, cujo objetivo quase sempre era o dar publicidade às grandes obras de reurbanização, até o quase ingênuo diletantismo de camadas enriquecidas das sociedades européias que se compraziam em “reproduzir” cenas do cotidiano, inaugurando uma atividade lúdica que passou a ser muito praticada.

Não demorou muito para que a prática da fotografia chegasse ao Brasil e aqui fosse recebida com crescente entusiasmo (VASQUEZ: 2002; ANDRADE: 1990). Ainda no século XIX (1840), um pouco depois do anúncio oficial de sua invenção na França, as primeiras máquinas fotográficas aportaram no Brasil, principalmente sob o patrocínio imperial de D. Pedro II, que se tornou também um fotógrafo amador e cliente contumaz de alguns fotógrafos

¹ Universidade Federal de Campina Grande

profissionais que se estabeleceram no Rio de Janeiro (VASQUEZ: 2002; CARVALHO e WOLFF: 1992).

Toda essa herança em imagens fotográficas tem despertado cada vez mais interesse entre pesquisadores da área das Humanidades, na medida em que os materiais de pesquisa propiciados por essas imagens/documentos/monumentos não apenas ampliam as possibilidades do conhecimento social, mas impõem também uma necessária discussão de caráter teórico e metodológico acerca desta produção. É nessa encruzilhada entre as imagens fotográficas e a História que nos encontramos.

Com a consolidação da Escola dos Annales e o seu vigoroso projeto de renovação no seio da historiografia, tanto no que respeita às temáticas como em sua dimensão conceitual e metodológica, os historiadores lograram ampliar sua capacidade de pensar sobre o passado de forma que as possibilidades da produção historiográfica foram definitivamente alteradas. Esse esforço levou os historiadores a considerarem também a vida cotidiana, as ações de homens e mulheres comuns a partir de seus valores, de sua cultura, de sua visão de mundo, enfim, do seu universo mental, como legítimos objetos da história. Marc Bloch, Lucien Febvre e os seus seguidores da segunda e terceira gerações dos Annales, incentivaram a comunidade de historiadores para a promoção de uma verdadeira revolução nas formas de abordagem da História, sugerindo o diálogo franco com outros campos de saber das chamadas Humanidades, como a Antropologia, a Sociologia e a Geografia. Essa nova formulação conceitual, condição imprescindível à exequibilidade da abertura na pesquisa histórica, repercutiu particularmente sobre dois conceitos – *documento* e *monumento* – já bem conhecidos dos historiadores: *documento* e *monumento*. Numa passagem

memorável em *Combates pela História*, Lucien Febvre propôs:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvidas. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se, sem documentos escritos... Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas... Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1989: 249).

Jacques Le Goff, ao refletir sobre a idéia de monumentos, sugeriu que eles são “o resultado direto do esforço de sociedades históricas para imporem-se ao futuro, voluntária ou involuntariamente” (LE GOFF, 1994: 548). Somente com uma abertura metodológica dessa magnitude é que podemos tratar as imagens fotográficas como *documentos* e, na senda aberta por Jacques Le Goff, também como *monumentos*; essas premissas permitem-nos pensar a imagem fotográfica como uma documentação que torna possível a realização da pesquisa histórica e, em conseqüência, a ampliação das possibilidades do discurso historiador.

Desde o seu surgimento a Fotografia impôs uma nova maneira de representar o mundo, fazendo desencadear um apaixonado debate sobre a sua capacidade de reprodução da realidade, sendo imediatamente utilizada como *prova*, no sentido jurídico do termo. Artefato moderno, produto da revolução tecnológica em curso no século XIX, a fotografia tornou-se, num espaço de tempo surpreendentemente curto, um produto de consumo quase que generalizado entre as camadas mais abastadas nos países ocidentais.

Com a rápida evolução das técnicas de reprodução de imagens, as

fotografias logo passaram a ser utilizadas pelos pesquisadores como ilustração em livros: mas não se tratava de simples ilustrações: elas se prestaram à “comprovação” de determinadas teorias, já que não foram poucos os homens de ciência que saudaram a imagem fotográfica como irrefutável reprodução do real. Charles Baudelaire, por exemplo, apesar de sua aversão a ser fotografado, desejava que a fotografia fosse “a secretária e o caderno de notas de alguém que tenha necessidade em sua profissão de uma exatidão material absoluta” (DUBOIS, 1993: 29). Esse caráter científico, objetivo, realístico e documental atribuído à imagem fotográfica também foi muito útil às necessidades de controle social das instituições policiais que doravante poderiam dispor de um equipamento técnico para identificar e perseguir aos que fossem tidos como adversários da ordem então estabelecida.

Walter Benjamin já afirmara que uma fotografia não diz quase nada sobre as instituições – ainda mais no mundo da produção fabril; a realidade da imagem transformara-se numa realidade funcional, onde as relações humanas, com o que elas têm de conflitos e antagonismos, não se manifestam, pois, não obstante todo o planejamento e intenção do fotógrafo para produzir tal imagem, somos tomados pela necessidade de buscar nela a centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás (BENJAMIN, 1993: 94).

Mas as concepções acerca do realismo expresso nas imagens fotográficas tomaram outras dimensões a partir de questionamentos relativos às intencionalidades que estas imagens guardam em si. Estudiosos contemporâneos, que privilegiam a fotografia como objeto de estudo ou

indício histórico, têm procurado abordar a questão com bastante cautela.

Falar em imagens é falar em representações, e o homem sempre sentiu necessidade de representar a si próprio e o mundo em que vive através da produção de imagens – alegóricas, nos seus primórdios, e analógicas, posteriormente. As primeiras manifestações das imagens ditas alegóricas estão nos primitivos desenhos encontrados nas cavernas, com destaque para o conjunto de cavernas de Lascaux, cujas pinturas, encontradas em 1942, estão datadas em aproximadamente dezessete mil anos.

O conjunto de tais imagens tem especial significado na medida em que nos informa sobre um estágio de arte cuja produção se realizou intimamente vinculada a efeitos mágicos, religiosos. A elaboração de desenhos através de incisões na pedra, sendo outras pedras os instrumentos de que se dispunha para a produção pictórica, representam e significam a luta dos homens pela sobrevivência; representam ainda um estágio espiritual que expressa uma relação paradoxal desses homens com os gigantes animais que os alimentavam, mas também os devoravam. Fayga Ostrower traça este itinerário, mostrando as várias nuances e possibilidades de interpretação dessas obras.

Importa destacar nesta auto-representação um estreito sentimento de ligação dos homens com a natureza, com os animais, expresso na nobreza, dignidade e majestade com que estes últimos eram projetados através das imagens, tais qualificações certamente eram admiradas pelos homens que com elas mantinham vínculos identitários: a força dos bisontes, a rapidez dos cavalos, a beleza das cervas. Ao mesmo tempo, em sua dimensão mágica, os locais onde eram realizadas tais imagens serviam como ambientes para o culto: pedia-se aos deuses, através daquelas figuras, que os animais ali representados se tornassem caça abundante e não

instrumentos de morte (OSTROWER, 1988: 167-182).

André Bazin levou mais longe ainda a relação entre as artes plásticas e a proteção contra o tempo e a morte. Para ele a gênese de uma psicanálise das artes plásticas estaria nos processos de embalsamamento desenvolvidos pelos egípcios – com sua reconhecida preocupação em preservar o corpo morto para uma vida *post mortem* –, cuja religião era orientada contra a morte. Desta forma, satisfazia-se uma necessidade fundante da psicologia humana, já que a morte significa a vitória do tempo sobre os sujeitos.

Ainda segundo Bazin, a evolução da arte e das civilizações lograra destituir as artes plásticas de suas funções mágicas através da inserção do pensamento lógico, cuja produção artística, a fabricação da imagem como projeção realista, torna insignificante a manutenção do corpo físico. O que importaria doravante seria “a criação de um universo ideal à imagem do real dotado de um destino temporal autônomo” (BAZIN, 1991: 19-25).

Foi a intervenção da ciência, ainda no século XV, materializada na *camera obscura*, que permitiu a ilusão da perspectiva, a *perspectiva artificialis*, que permitia ao pintor dar a sensação de um espaço de três dimensões onde os objetos podiam se situar como em percepção direta. Este processo teria colocado a pintura entre dois mundos: o da estética, marcado pela expressão das realidades espirituais em que o modelo é transcendido pelo simbolismo das formas; e o psicológico, que enseja a ilusão da produção das semelhanças, resultado de um desejo de substituir o mundo exterior pelo seu duplo. Mas não foi difícil para grandes artistas incorporar as duas tendências e transmiti-las em suas obras: dominar a realidade e transpô-la para a arte, associando a forma estética ao desejo psicológico por semelhança.

Essas transformações na estrutura da arte têm a ver com outras transformações operadas nas sensibilidades. Para Michael Baxandall, os pintores estavam atentos às mudanças no estatuto da arte, mas, ao mesmo tempo, se apoiavam na capacidade visual de seu público. Independentemente dos seus talentos de especialistas, eles compartilhavam a experiência e hábitos visuais da sociedade da qual faziam parte e para quem trabalhavam (BAXANDALL, 1991: 48).

André Bazin avalia que foi o mal entendido entre o estético e o psicológico que causou a polêmica quanto ao realismo na arte, isto é: um *verdadeiro realismo* – que implica na expressão da significação concreta e essencial do mundo; e um *pseudo-realismo* – que se contentava com a ilusão das formas. E esse conflito foi sanado pela emergência da Fotografia, que resolveu definitivamente o problema da busca pela semelhança, tirando das artes plásticas esse peso e mal estar.

O realismo daí advindo opera por neutralidade, ou seja, sem a intervenção direta do homem em sua produção, pois, por mais hábil que fosse o pintor, ele não poderia livrar-se de sua subjetividade que, fatalmente, se faria presente em sua obra. Desta forma, sugere-se que foi o dispositivo tecnológico do qual a fotografia é resultado que possibilitara a originalidade da Fotografia em relação à pintura; isto é, a sua *objetividade essencial*, onde se instituía a reprodução de um objeto inicial por meio de outro objeto, sem nenhuma outra interferência. Uma imagem do mundo exterior se dava a conhecer sem a intervenção criadora do homem, de acordo com um rigoroso determinismo. Portanto, a fotografia se expressaria como análogo ao real; as pinturas e os desenhos expressariam alegorias, isto é, imitações da realidade, daí o peso atribuído à subjetividade dos seus produtores; daí a sua dimensão artística, todavia negada à fotografia associada tão somente à técnica e à

mecânica. O que apareceria do fotógrafo na imagem seria apenas a escolha do tema, do ângulo, da direção. Ele não se identifica na fotografia como o pintor na sua pintura. A fotografia impõe uma cisão no campo das artes: se até então a presença do homem por meio de sua subjetividade era imprescindível à produção da obra de arte, pela primeira vez, com a fotografia, essa subjetividade é dispensável.

O caráter automático da fotografia teria lhe atribuído um poder de credibilidade até então desconhecido entre as artes pictóricas porque praticamente nos obriga a acreditar na existência do objeto representado, isto é, presente numa determinada dimensão espaço-temporal, transferindo a realidade do objeto para a sua reprodução. Não deve ser uma mera coincidência que se denomine "objetiva" ao conjunto de lentes que constituem o olho fotográfico que, em tese, substituiriam o olho humano. Nesse sentido, a virtude estética da imagem fotográfica estaria na revelação do real –, o acontecimento mais importante da história das artes plásticas, no entender de André Bazin. Graças a sua objetividade e ao poder de reproduzir o real, a fotografia liberaria a pintura ocidental de sua obsessão realista, fazendo-a pacificar-se com a sua autonomia estética.

Arlindo Machado insurgiu-se contra esta pretensa neutralidade da imagem fotográfica insinuada por Bazin, ao defender que não há objetividade na fotografia. A imagem fotográfica existe para atender determinados objetivos de natureza ideológica. A produção em réplica do mundo visível, sem mediações, não nos informaria suficientemente sobre a realidade que, a rigor, não seria aquilo que nos é entregue prontamente, impressa, mas é uma construção e, assim sendo, precisa ser "intuída, analisada e produzida" – subjetivamente, diríamos.

A fotografia não seria simplesmente o registro de um objeto em sua materialidade: ela cria uma realidade

"que não existe fora dela, nem antes dela, mas precisamente nela". A produção fotográfica seria, portanto, um fenômeno ideológico: "como apropriação do referente, não para fins de conhecimento, mas para garantir uma posse, um poder ou pelo menos um controle". Assim fica a sugestão segundo a qual a imagem fotográfica implica em *ilusão especular*, uma vez que a visão "realista" que se institui por tal imagem coincide com uma concepção ingênua e largamente aceita por todos de que a fotografia fornece uma evidência: não se coloca em dúvida que ela "reflete" alguma coisa que existe ou existiu fora dela e que não se confunde com o seu código particular de operação. A ênfase no referente, a concepção de fotografia como reflexo "bruto" da realidade, apenas se justificaria como postura estratégica visando defender demandas de grupos interessados na produção de determinadas imagens (MACHADO, 1984: 39-40). Portanto, a fotografia não expressaria nem neutralidade nem tampouco a produção realista e objetiva das coisas do mundo, mas é ela o resultado de condicionantes históricos interessados em construir uma realidade idealizada para atender a demandas bem objetivas de grupos no poder. Este esforço implica na instituição de uma forma de educar o olhar.

Pierre Bourdieu assinala que a fotografia proporciona o meio de dissolver a realidade sólida e compacta da percepção cotidiana numa infinidade de perfis fugazes como imagens de sonhos, de fixar momentos únicos, de captar aspectos imperceptíveis em instantâneos do mundo percebido, de imobilizar os gestos humanos. No entanto, o autor afirma que é apenas em nome de um realismo ingênuo que pode ver-se como realista uma representação do real e, que tal aparência objetiva, ocorre não pelo fato de haver nas imagens fotográficas uma reprodução fiel da realidade das coisas, mas por existir uma concordância socialmente partilhada

segundo a qual as regras que identificam a sintaxe da imagem fotográfica definem a visão objetiva do mundo. Assim, quando outorga à fotografia a exclusividade do realismo, a sociedade confirma a si mesma na certeza tautológica de que uma imagem do real, de acordo com sua representação de objetividade, é verdadeiramente objetiva (BOURDIEU, 2003: 138-139).

Para Roland Barthes, a imagem fotográfica implica em objetividade, uma vez que ela expressa o real por analogia. Nesse caso, é o *referente fotográfico* (a coisa real que esteve diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia) que lhe confere status de realidade. Em Barthes, a imagem fotográfica não rememora o passado, mas afirma que a coisa fotografada de fato existiu, reproduzindo ao infinito o que ocorreu apenas uma vez, repetindo mecanicamente o que não mais poderá repetir-se existencialmente. Designação de realidade (BARTHES: 1984).

Em Philippe Dubois, a riqueza da imagem fotográfica reside no seu caráter indicial. O que o pesquisador deve considerar primeiramente em uma fotografia – “antes de qualquer outra consideração representativa” – não são as aparências de um objeto, de uma pessoa ou de qualquer materialidade que possa ser capturada pela objetiva, mas a sua condição de *índice*, isto é, os signos que expressam num determinado momento histórico uma relação de ligação, de pertencimento, de existência contemporânea com o seu referente (DUBOIS: 1993). Acreditamos que a essa preocupação de Dubois pode-se perfeitamente acrescentar a necessidade de compreensão das motivações que geraram tais fotografias: no processo de realização do seu trabalho com essas imagens, é fundamental que o pesquisador identifique os interesses que as fizeram surgir, o que as informou, que realidade social propiciou a sua produção.

Boris Kossoy, um dos pioneiros no Brasil a tomar as fotografias como

documentos para a produção da História, nos alerta para o fato de que as imagens fotográficas, assim como qualquer outra modalidade de documento, não devem ser tomadas como expressão fiel da realidade e, nesse caso, devemos nos precaver contra os perigos das impressões especulares, uma vez que as imagens fotográficas, graças às suas ambigüidades, comportam significados e/ou omissões, e a sua capacidade informativa depende da contextualização das imagens com a experiência histórica no tempo e no espaço que propiciaram a sua realização. A interpretação das imagens passa certamente pelo filtro cultural no qual está inserido o receptor que, a partir dos seus valores, elabora as suas narrativas (KOSSOY, 1993: 13-24).

Para Miriam Moreira Leite, o trabalho com fotografias requer estudos que permitam as mediações entre a realidade que se quer interpretar e as imagens dessa realidade. Se as fotografias não contêm toda a verdade e apenas nos permitem o acesso a alguns traços visíveis da experiência social que pretendemos estudar, é fundamental que se proceda a um cotejamento com outros materiais que nos sirvam para melhor significar o nosso objeto de estudo (LEITE: 1993).

Ana Maria Mauad defende proposição metodológica semelhante, uma vez que esta historiadora sugere que, para uma melhor compreensão da imagem fotográfica, é fundamental que se atente também para outros níveis para além daqueles expostos na superfície do texto visual, níveis estes que podem ser buscados em outras modalidades de textos contemporâneos ao objeto dos nossos estudos. Há que se considerar, nesse caso, as fontes de natureza escrita e oral (MAUAD: 1996).

Para José de Souza Martins, a fotografia é um artefato cuja elaboração compreende a redução do tempo de determinadas realidades sociais ao espaço e tempo da imagem fotográfica

que são imaginados pelo fotógrafo que a partir de uma visão de mundo que o informa, elabora a sua mensagem fotográfica. Se para a ideologia fotográfica a imagem que ela produz implica num "congelamento" do tempo, a sua contrapartida, as leituras que podem ser feitas dessas imagens a partir dos decodificadores a ela agregados, permitem o seu "descongelamento", na medida em que possibilitam a revelação da dimensão sociológica e antropológica do que foi fotografado. É a operação imaginativa, portanto, que ao remeter a imagem fotográfica para o âmbito da história, da cultura e das relações sociais lhe atribui significados, que a descongela, que a faz pulsar (MARTINS: 2002).

Podemos pensar a imagem fotográfica para além do que está representado na sua superfície plana? Ou podemos, como o faz Pierre Sorlin, afirmar que a fotografia é, desde o seu início, um falseamento? Segundo Sorlin, diferentemente da imagem alegórica, a imagem analógica não narra, mostra; mesmo que isso implique uma seqüência com começo, meio e fim. Tudo o que a imagem analógica faz, uma vez que é uma produção mecânica – não obstante todo um investimento intelectual e emocional daquele que faz a imagem – é produzir um reflexo do homem ou das coisas. É reflexo a fotografia assim como é reflexo a nossa imagem no espelho. O seu limite é fazer-nos ver algo (SORLIN: 2005).

Para este autor a imagem analógica nada diz, ela nada comunica; o dizer, o comunicar é uma atribuição da *palavra*. Sem este aporte comunicativo, sem os comentários que dão um sentido às imagens elas não valeriam absolutamente nada. Sem as informações verbalizadas que as referenciem corremos o risco de, em contato com uma imagem fotográfica, podermos imaginar qualquer coisa ao sabor de nossas fantasias. Assim, essas imagens têm o poder de impressionar, interessar, comover, apaixonar. Mas não de

informar. Sorlin parece querer dizer-nos que não há verdade ou informação fora da *palavra*. Se este enunciado faz sentido ele é, ao mesmo tempo, contraditório. As palavras podem conduzir-nos a equívocos ou a mentiras mesmo, pois o próprio Sorlin afirma a falsidade de determinadas fotografias em função de falsas informações veiculadas sobre elas (SORLIN: 2005).

Partindo desta premissa podemos certamente concordar com Lewis Hine quando este afirma que as fotografias não mentem, mas mentirosos podem fotografar (BURKE, 2004: 25). O problema é que Pierre Sorlin não deseja questionar as razões do falseamento na fotografia, ele não coloca a indagação: por que determinados fotógrafos mentem? Quais os condicionamentos ou imperativos que os impelem à mentira? Baseado na fotografia do Cerco de Gaeta, feita em 1861, portanto menos de três décadas após o surgimento da fotografia, Sorlin se compraz em afirmar apenas que as fotografias são, desde o seu início, falsas. A sua argumentação não convence, está eivada de má vontade: "a razão do falseamento é muito simples: é sempre muito mais fácil fazer uma fotografia falsa do que uma verdadeira".

Não estamos certos disto. Talvez o inverso seja mais razoável. O ponto central da questão – queremos insistir – parece residir nas *razões* do falseamento das imagens fotográficas porque tendemos a acreditar, como Roland Barthes, que aquilo que esteve diante da objetiva realmente existiu (BARTHES: 1984). Concordamos, no entanto, com Sorlin num aspecto: é necessário buscar informações acerca das imagens fotográficas objetos do nosso interesse, não pelo risco de incorrerem em devaneios, fantasias ou quaisquer outras modalidades de "irrealidade", mas pela necessidade, a nosso ver premente, de uma contextualização histórica que nos conduza a uma *compreensão* destas imagens não apenas como artefatos capazes de produzir desejos ou

imperativos de fotógrafos, mas, por isso também, como uma relevante prática social e cultural que, uma vez inserida no mundo, incorpora, reforça e eterniza o ininterrupto fluxo de experiências. Afinal, como nos lembra Ulpiano Menezes, o documento em causa forneceria apenas a referência inicial, quase um 'corpo de delito', que remeteria às motivações e às ações humanas: não custa lembrar que autenticidade ou o seu contrário não são atributos das coisas (das imagens), mas do discurso dos homens a seu respeito ou por seu intermédio (2003: 137).

Uma fotografia pode ser o resultado de uma contingência, retratando o que foi encontrado pelo fotógrafo. Todavia, a riqueza de uma imagem não consiste apenas em reproduzir fatos, mas também em colocar em sincronia o olhar do receptor com um mundo que – mesmo não mais existindo – passa a fazer parte do universo deste receptor através do que a imagem eternizou, do resultado de um trabalho que se consubstancia em memória com toda a plenitude da visualidade.

Aqui nos encontramos, mesmo que por uma via diversa, com uma premissa proposta por Phillippe Dubois: é possível exceder o que a imagem nos mostra ou, dito de outra forma, pode-se encontrar numa fotografia "traços de coisas que não estão visíveis"? (DUBOIS: 2003).

A problemática, a argumentação e a justificativa de Dubois para a idéia de uma "imagem do invisível" têm dimensões filosófica, histórica e política. Ele se reporta a algumas imagens produzidas no período da Segunda Guerra Mundial quer no cinema quer na fotografia, entre 1940 e 1945. "Como foi possível", pergunta ele, "não se ter visto os campos de concentração nazistas nas fotos tiradas pelos militares das tropas Aliadas em reconhecimento aéreo sobre a cidade de Auschwitz?" E ele mesmo dá a resposta: "o que se queria fotografar eram as fábricas da IG Farben, e para eles essas imagens continham as

fábricas. Ninguém tinha noção de que ali havia um campo de concentração". "Por que não vimos? Porque não pudemos imaginar, não pudemos pensar. É impensável, portanto não é visível" (DUBOIS: 2003: 146-155).

Dubois reconhece e distingue as duas tendências básicas no domínio da imagem: os que dizem que a linguagem supera a imagem por ser a única via através da qual se podem articular e formular os sentidos das coisas, enquanto a imagem não é capaz de fazê-lo ou por querer dizer tudo ou por não dizer absolutamente nada. Há, por outro lado, os que consideram a imagem superior porque esta "passaria por outras coisas além do sentido formulado das palavras; é um pensamento que se exprime por outra forma que não a discursiva". Dubois situa-se na segunda opção mesmo reconhecendo que não se trata, por isso, de excluir a primeira; reconhece a dialética havida entre esses dois campos e torna ainda mais complexa a questão ao afirmar que "o pensamento visual é algo que não se consegue ver inteiramente" – isto talvez pela proposta metodológica conflituosa que faz àqueles que se dedicam ao estudo das imagens: é preciso confiar nas imagens, mas, ao mesmo tempo, delas desconfiar (DUBOIS, 2003:147).

No entender de Ariosvaldo da Silva Diniz, as imagens fotográficas nada mais são que delírios que a ordem atribui aparência de razão. A fotografia, constitutiva do campo da imaginação, esforça-se tanto para apreender realisticamente um objeto *impossível* como para extrapolar os limites realistas, constituindo uma dialética da construção da imagem do mundo, do homem e dos seus dilemas.

Tal argumentação se ampara na premissa segundo a qual a fotografia é uma representação visual do sujeito sobre um objeto e, nesse sentido, a imagem fotográfica, esta perseguidora da verdade e da realidade, diz respeito a um processo de elaboração simbólica e de

atribuição de significados que, ao final, nada mais faz que produzir máscaras ou, no dizer do autor, "fantasmas". Tais fantasmas seriam os resultados de uma inversão de referenciais ou de uma substituição: "no lugar da estrutura imaginária do sujeito cultural, cultiva-se a função referencial a objetos". Assim, o imaginário manifestar-se-ia de duas maneiras: apreendendo o mundo de forma supostamente realista, através da imagem fotográfica e do conceito e, através da arte e da ficção, expressaria a perda de contato com o real (DINIZ: 2001).

Questionar uma imagem fotográfica talvez não seja uma tarefa muito fácil. Para fazer tal abordagem devemos estar cientes das duas facetas que envolvem a fotografia: em primeiro lugar ela é um objeto de cultura, na medida em que é uma produção culturalmente orientada, produto de um meio historicamente localizado. Nesse sentido tais imagens ganham a condição de documentos e de monumentos e isto nos impõe um conhecimento sobre o tempo em que estas imagens foram produzidas; faz-se necessário estarmos antenados com o recorte espaço-temporal de sua produção para podermos fazer com alguma segurança uma leitura mais confiável dessas imagens; em segundo lugar, a fotografia é também um evento para o olhar. Assim sendo, nos deparamos com a necessária reflexão acerca da recepção e também com a possibilidade de exceder o que está expresso nas imagens fotográficas.

Dubois reafirma a parcialidade do olhar – e que por isto este olhar deve ser o mais modesto possível em relação à imagem, "o mais despojado possível de saber", que não deve sobre ela interferir para que a imagem produza o pensamento por si mesmo. Discordamos desta premissa porque acreditamos que as imagens, ao serem recepcionadas, são capazes de lançar luzes sobre o passado, dando-lhe movimento e fazendo desencadear esforços para compreendê-

lo para que se possa emitir impressões sobre ele. As imagens, por si, talvez não sejam capazes de produzir um pensamento, mas aqueles que as vêem, que as estudam, tornam-se capazes de melhor compreender os acontecimentos por elas representados e sobre estes, sim, produzir um pensamento. Acreditamos que as imagens fotográficas iluminam, interferem, inspiram e contribuem para a ampliação do saber que já é conhecido.

É a recepção que se faz das imagens que permite a sua mobilidade, ainda mais se aquele que a olha for contemporâneo dos acontecimentos que ela registra. É uma relação – revigorada – com o passado na qual a imagem estática parece ganhar movimento ao possibilitar o aflorar de lembranças e de experiências vividas. Este processo nos conduz a representações sobre este passado através da recepção a suas imagens, materiais que o indiciam, significam e atualizam.

Certamente este indiciamento do passado, da sua realidade, não tem nem deve ter uma pretensão cartesiana com a exatidão absoluta, passível de comprovação matemática. Afinal, Alfredo Bosi nos lembra que o olhar não seria apenas comparável à luz que entra e sai pelas pupilas como sensação e impressão, mas teria também propriedades dinâmicas de energia e calor graças aos seus enraizamentos nos afetos e na vontade. O olhar não é apenas agudo, ele é intenso e ardente. O olhar não é só clarividente, é também desejoso, apaixonado (1988: 77). A frase de Bosi também pode ser útil para pensarmos sobre as possibilidades das imagens fotográficas para além de sua capacidade de evidenciar o passado. Elas se prestam também para impactar e mobilizar a imaginação histórica (BURKE: 2004; MILLS, 1980: 242).

Miriam Moreira Leite já rechaçou a máxima que diz que "uma imagem vale mais que mil palavras", numa indicação que não se pode pensar a fotografia

como uma reprodução da realidade. Ela é produto de um determinado meio social cuja compreensão passa pelo conhecimento da visão de mundo compartilhada pela sociedade que a produziu. Dessa forma, no estudo das fotografias devem-se considerar os signos que as compõem, uma vez que esses tendem a expressar a articulação entre as experiências vividas e as imagens, através dos indícios nestas contidos (LEITE: 1993).

Esta afirmação de existência não implica numa explicação de sentido. Para Phillippe Dubois as fotografias nada interpretam, nada explicam, tendem, inversamente, a constituir-se em enigmas. O índice fotográfico, mais do que qualquer outro meio de representação, implica de algum modo um peso, um poder, uma plenitude de real que opera apenas na ordem da existência e em caso algum na ordem do sentido. O índice pára com o 'isso foi'. Não o preenche com um 'isso quer dizer'. A força referencial não se confunde com qualquer poder de verdade (DUBOIS, 1993: 85).

Essa perspectiva contrasta das lições de método propostas pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, sobretudo no ensaio denominado "Sinai: raízes de um paradigma indiciário", onde o autor retoma o conceito de *paradigma indiciário* - associando-o ao conceito de semiologia médica - a partir de métodos de investigação suscitados por textos escritos pelo médico e crítico de arte Giovanni Morelli, pelo novelista inglês Conan Doyle (também médico e criador do célebre detetive Sherlock Holmes) e pelo psicanalista Sigmund Freud. Esses textos implicariam na possibilidade de construção de um método interpretativo no qual a atenção no *detalhe*, nos *sintomas*, nos *indícios*, nas *pistas* permitiria ao historiador captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível (GINZBURG, 1990: 150).

É bem verdade que a imagem fotográfica transformou a nossa

percepção do mundo. A paixão com que a prática fotográfica foi realizada, a sua rápida disseminação e as discussões que ela fez desencadear quanto à reprodução da realidade são emblemas importantes e que nos conduzem a uma dada compreensão do deslumbramento que esse fantástico artefato causou. A exploração das imagens fotográficas em sua inesgotável riqueza documental pode constituir-se, para os pesquisadores, numa estratégia metodológica capaz de permitir a atribuição de significados novos a representações já elaboradas sobre o passado, operando a sua diversificação, afinal a imagem fotográfica, em seu apelo visual, tem o condão de ligar o passado ao presente, lugar de onde o historiador parte para questionar e compreender o passado.

Aqui nos deparamos com a necessidade de amparos conceituais que nos permitam estudar mais adequadamente as imagens fotográficas. Nesse sentido podemos recorrer aos conceitos de *iconografia* e de *iconologia*. Baseamo-nos em Boris Kossoy (2001). É certo que Kossoy tomou de empréstimo e utilizou como ferramenta teórica para o estudo da imagem fotográfica os postulados sobre iconografia e iconologia elaborados por Erwin Panofsky que, originalmente, os desenvolvera visando introduzir-se ao estudo da Arte realizada no Renascimento (PANOFSKY: 2004). Resumidamente, para Panofsky a *Iconografia* trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma, e a *Iconologia*, diz respeito a um método que pressupõe uma exata análise das imagens, estórias e alegorias, como requisitos essenciais para uma correta interpretação (PANOFSKY, 2004: 47 e 54).

Kossoy pretendeu avançar nesta formulação ao sugerir que a análise iconográfica visa detalhar minuciosamente o conteúdo das imagens em seus elementos icônicos formativos; o aspecto literal e descritivo prevalece, sendo o assunto registrado e identificado

no tempo e no espaço. A análise iconológica da representação fotográfica busca o significado do conteúdo que a imagem expressa, o que significa que ver, descrever e constatar não é suficiente, a complementação apresenta-se como imprescindível (KOSSOY, 2001: 95).

Roland Barthes propõe a interpretação *conotativa* das imagens fotográficas, cuja definição implica numa imposição de sentido ao conteúdo fotografado. Assim, a conotação se produz não apenas com a descrição da imagem propriamente dita, mas quando se faz a interpretação do que está denotado na imagem. Portanto, arriscamo-nos deliberadamente ao atribuir significados a imagens que não foram tomadas com este objetivo; em outras palavras, extrapolamos o que essas fotografias, tomadas por nós como indícios históricos, expressam em suas superfícies planas (BARTHES, 1978: 307).

Trilhar por estes caminhos e enfrentar os desafios que nos impõem significa somar esforços para construir a necessária renovação das contribuições que a História, na condição de produtora de conhecimento, pode oferecer às sociedades. E essa possibilidade se mostra ainda mais gratificante quando sabemos que o trabalho do historiador depende muito de sua capacidade de imaginar. E poucas são as fontes para o trabalho em história que tanto nos estimulam para a operação imaginativa como o fazem as imagens fotográficas. Na superfície plana dessas imagens podemos "viajar" pelos hábitos sociais, pelas formas, pelos comportamentos, enfim, por muito da experiência compartilhada por homens e mulheres no mundo: podemos, enfim, inventar. Inventar em consonância com a premissa proposta por Susan Sontag para quem o ensinamento maior da imagem fotográfica é poder dizer: 'aqui está a superfície. Agora pensem, ou antes, sintam, intuem o que está por detrás,

como deve ser a realidade se essa é a sua aparência'. As fotografias, que por si só nada podem explicar, são inesgotáveis convites à dedução, especulação e fantasia (SONTAG, 1986: 30-31).

Cornelius Castoriadis já nos ensinou que as significações imaginárias que a sociedade institui não podem ser interpretadas como réplicas, decalques ou reflexos de um mundo real, mas, em contrapartida, não podem nem devem ser dissociadas do mundo que as faz emergir porque o que lhe dá sustentação, seu ponto referencial é a experiência, é o vivido. Partindo dessa premissa podemos considerar os anseios, os desejos e os sonhos como projeções mentais que os homens elaboram e que têm lugar no campo do pensamento que, por sua vez, é formado e informado por vivências reais. Experiências e imaginação (CASTORIADIS: 1992).

José de Souza Martins equipara o trabalho dos fotógrafos ao trabalho dos sociólogos e dos antropólogos na medida em que tal trabalho, tendo por base as imagens produzidas pelos primeiros, somente se realiza mediado pela capacidade de imaginação que se deve fazer presente quer na tomada das fotografias quer nos textos que os cientistas sociais produzem a partir destas imagens (MARTINS: 2002).

Esse realmente é um grande desafio metodológico para aqueles que se aventuram no pantanoso terreno da pesquisa tomando como ponto de partida indícios de natureza visual, particularmente com a documentação fotográfica. Mas talvez esse desafio se torne menos angustiante a partir do momento em que pensarmos esses documentos sem a preocupação de encontrarmos neles a reprodução objetiva da realidade social que os produziu, muito embora não devamos cair no extremo da ficção.

Georges Duby já nos chamou a atenção para o fato de que a história deve dar prazer, agradar e divertir, sem que se negligencie o rigor empírico, os

cânonos próprios do ofício do historiador em sua tarefa de produzir conhecimento (DUBY: 1993). A apreensão do real é metodologicamente impossível, mas é perfeitamente possível buscarmos uma aproximação dessas experiências sociais vividas através do plausível, do verossímil, como propõe Carlo Ginzburg (GINZBURG: 2002).

Trabalhar com imagens, perseguir o objetivo de atribuir-lhes sentidos,

também revela o lado prazeroso da pesquisa histórica, principalmente quando compreendemos que essas imagens podem constituir-se num meio através do qual podemos chegar a uma compreensão do nosso passado a partir de sua dimensão imaginária.

Referências

- ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. *Sob o signo da Imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado em História. Vol. I, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990.
- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. Tradução de César Bloom. In LIMA, Luiz Costa (org.) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (p. 303-316).
- BAXANDALL, Michael. *O Olhar Renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Tradução de Maria Cecília Preto R. Almeida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- BAZIN, André. Ontologia da Imagem Fotográfica. Tradução de Hugo Sérgio Franco. In BAZIN, André. *O Cinema – Ensaios*. Tradução de Hugo Sérgio Franco. São Paulo, Brasiliense, 1991, (p. 19-25).
- BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. In *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- BOSI, Alfredo. Fenomenologia do Olhar. In NOVAES, Adauto [et al.]. *O Olhar*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Un arte médio*. Versión castellana de Tununa Mercado. Barcelona, Editorial Gustavo Gilli, 2003.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Anales:1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos, Bauru, Edusc 2004.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff e WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. Arquitetura e Fotografia no século XIX In FABRIS, Annateresa (org.) *Fotografia – usos e funções no século XIX*. São Paulo, Edusp, 1988.

- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1992.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *A iconografia do medo: Imagem, imaginário e memória da cólera no século XIX*. In KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.) *Imagem e Memória: ensaios de Antropologia Visual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.
- DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico e outros ensaios*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, Papirus, 1993.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed./ Editora da UFRJ, 1993.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e KORNIS, Mônica Almeida. Entrevista com Phillippe Dubois. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, julho-dezembro de 2004, p. 139-156.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução Frederico Carotti. São Paulo, Cia. das Letras, 1980.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.
- KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologias fotográficas. In *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Vol 6, nº 1-2, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993 (pp. 13-24).
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Suzana Ferreira Borges. Campinas, Editora da Unicamp, 1994, p.548.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo, Edusp, 1993.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: leitura de fotografia histórica*. São Paulo, Edusp, 1993.
- MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular – Introdução à fotografia*. São Paulo, Brasiliense, 1984. As citações reproduzidas estão nas páginas 39 e 40.
- MARTINS, José de Souza. A imagem incomum: a fotografia dos atos de fé no Brasil. In *Estudos Avançados*. Vol. 16, nº 45, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, maio/agosto de 2002.
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história – Interfaces. In *Tempo*. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996 (pp. 73-98).
- MILLS. C. Wright. *A imaginação sociológica*. Tradução de Waltencir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- OSTROWER, Fayga. A Construção do Olhar. In NOVAES, Adauto [et al.]. *O Olhar*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988, p. 167-182.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 2004.

SONTAG, Susan. *Ensaio sobre Fotografia*. Tradução de José Afonso Furtado. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p.81-95.

VASQUEZ, Pedro Karp. *A fotografia no Império*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2002.

HISTÓRIA E NOVAS LINGUAGENS: A PROBLEMÁTICA DA LITERATURA COMO FONTE

Gervácio Batista Aranha¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a história e interface da literatura ficcional do ponto de vista das imagens literárias recorrentemente cortadas pelo historiador como fonte de conhecimento histórico. É uma fonte sensível às experiências cotidianas de outro tempo, através do qual o historiador pode explorar, por exemplo: a mentalidade, a vida trágica, a intolerância e/ou ressentimentos, a grande ou pequena miséria humana, a condição humana de vidas vividas no limite, entre outras sensibilidades. Uma reflexão capaz de fornecer respostas para as perguntas: textos ficcionais são documentos como qualquer outro? Todos os gêneros literários se prestam a tais usos? Romances históricos podem ser tomados como documentos da época? Isso é para mencionar apenas algumas das preocupações que preocupam aqueles que refletem sobre a história do diálogo e da literatura.

Abstract

The objective of this paper is to reflect on the history and literature fictional interface from the viewpoint of the recurrence literary images cropped by the historian as a source of historical knowledge. It is a source elect sensitive to everyday experiences from another time, through which the historian can explore, for example: mentality, tragic life, intolerance and / or resentments, large or small human misery, the human condition of lives lived on the edge, among other sensitivities. A reflection capable of providing answers to the questions: fictional texts are documents like any other? All literary genres lend

themselves to such uses? Historical romances can be taken as documents of the time? This is to mention just some of the concerns that preoccupy those who reflect on the dialogue history and literature.

¹ O autor é doutor em história pela UNICAMP e professor da UFCG

Sobre os usos literatura na pesquisa histórica há que atentar para uma série de inquietações. Algumas interrogações podem se revelar esclarecedoras: textos literários são documentos como qualquer outro? Uma pergunta como essa é passível de inúmeras respostas, tudo dependendo de quem seja interrogado a respeito. Um seguidor da escola formalista em literatura, por exemplo, a consideraria desprovida de sentido; um seguidor do estruturalismo lingüístico da escola de Ferdinand de Saussure, por sua vez, não a estranharia menos; o mesmo aconteceria com todos os que consideram a literatura ou outros campos estéticos como arte tão-somente, sem quaisquer pretensões miméticas ou cognitivas quanto à apreensão do mundo real. Na literatura, por exemplo, um Samuel Beckett poderia ser mencionado como exemplo radical de um autor que pretendia tornar a arte a que se dedicava liberta de todo e qualquer vínculo como o mundo empírico². Mas se essa pergunta fosse dirigida a historiadores sociais ou culturais que trabalham atualmente na interface da história com a literatura tudo mudaria.

² Cf. LIMA, Luiz Costa. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 286-287.

Um historiador social como Nicolau Sevcenko, por exemplo, não nega o caráter poético da literatura. Para ele, a literatura é, "antes de mais nada, um produto artístico, destinado a agradar e a comover". Todavia, assim como é impensável uma "árvore sem raízes", assim também é impensável uma literatura desenraizada, fora do mundo que lhe deu origem. Até porque, "todo escritor possui uma espécie de liberdade

condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sociedade e seu tempo - e é destes que eles falam".³ Ora, preocupado com as tensões sociais e com a problemática das mudanças culturais na Primeira República no Brasil, tema de um de seus trabalhos, o historiador em questão parece sugerir que o tema dificilmente seria focalizado a contento caso não tivesse se valido de dois literatos do período, Euclides da Cunha e Lima Barreto, autores para quem a literatura encerrava uma missão, a de se inserir criticamente em relação aos processos históricos dos quais faziam parte. Afinal, suas obras "se revestem de uma dupla perspectiva documental: como registro judicioso de uma época e como projetos sociais alternativos para sua transformação".⁴

Seguindo esta linha de raciocínio, os historiadores sociais não só consideram os textos ficcionais simples documentos, a exemplo de qualquer outro, como são de opinião que nós historiadores não devemos fazer-lhes qualquer concessão, diante dos quais devemos passar altivos, sem ter que tirar-lhes o chapéu? Dois desses historiadores sociais, falando em nome dos colegas de profissão que recorrem a textos literários, são de opinião que devem se "apropriar da literatura com a maior sem-cerimônia". E categóricos: "diante dos poetas e prosadores do Olimpo das letras, não passamos com o chapéu à mão, curvando-nos respeitosamente. Chapéu à banda, passamos gingando. Por obrigação de ofício, historiadores sociais são profanadores"⁵.

Talvez tenham razão quando sugerem que a literatura ficcional não deva ser encarada pelo historiador como um texto de natureza superior; talvez tenham razão quando opinam que não devemos qualquer reverência à literatura tomada como fonte. Todavia, parece que exageram ao não chamarem a atenção para a natureza poética do texto literário.

Afinal, até o mais exagerado dos textos do realismo literário é marcado por alegorias ou recursos poéticos jamais encontrados em textos ou documentos não literários, a exemplo de um censo demográfico, uma lei de terras ou um inventário, dentre outros. Isto pode ser indicativo de que a vida real imitada no romance, por maior que seja a preocupação deste último com a verdade, não inibe o processo de recriação dessa mesma vida real.

Assim, a interrogação parece pertinente: "é a mesma a Paris de Balzac e a Paris, por exemplo, de Karl Marx, em sua obra *O 18 Brumário*?" A resposta é negativa. É que "a Paris de Balzac é uma Paris vista pelos olhos do criador, é uma Paris recriada apesar de toda intenção de 'verdade' e registro".⁶ E quanto às pretensões de verdade do romance naturalista, que encontra em Aluísio Azevedo uma de suas maiores expressões no Brasil? Por exemplo, no romance *O Cortiço*, deste último autor, a cidade do Rio de Janeiro ali retratada é uma cópia da cidade real? Mais uma vez a resposta é negativa. Isto porque, "mesmo em sua visão de testemunho e registro de realista, Aluísio constrói uma cidade à sua maneira". Ronaldo Costa Fernandes esclarece: "A cidade do Rio de Janeiro, dentro de *O Cortiço*, reconhecemos, é a cidade do Rio de Janeiro, em uma época, com as tensões do confronto de classes sociais com interesses divergentes. Mas temos de reconhecer, também, que a cidade do Rio de Janeiro, de *O Cortiço* é a cidade do Rio de Janeiro vista pelo seu autor. Não é uma cidade do ensaio, cheia de números, estatística, análise".⁷

Em que pese o caráter ficcional da obra literária, isto não diminui sua importância como fonte para o estudo da história. Não obstante o romancista crie livremente a trama que compõe sua obra e, com ela, situações e personagens fictícios, isto não o torna menos sintonizado com o mundo em que vive sua experiência existencial, seja

³ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 20.

⁴ Cf. Idem, p. 237.

⁵ Cf. CHALHOUB, Sidnei e Pereira, Affonso Leonardo de Miranda. "Apresentação". In Chalhoub, Sidnei e Pereira, Affonso Leonardo de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

⁶ Cf. FERNANDES, Ronaldo Costa. "Narrador, cidade, literatura". In LIMA, Rogério e Fernandes, Ronaldo Costa (orgs.). *O imaginário da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 29-30.

⁷ Cf. Idem, p.30

profissional, afetiva etc. Assim, sua obra tende a vir impregnada dos valores adquiridos no universo cultural em que está mergulhado. O fato é que pessoas ligadas ao mundo das letras, poeta, romancista ou crítico literário, dificilmente tomariam obras ficcionais como simples documentos históricos. Contudo, não são poucos os autores de contos, romances ou crônicas, aos quais vêm se somar inúmeros críticos literários, que admitem que o universo da ficção tem muito a dizer sobre o mundo social e histórico. Críticos literários, por exemplo, como Antoine Compagnon, que ao explorar a relação entre literatura e mimesis, sugere o que chama de "regime do mais ou menos, da ponderação, do aproximadamente: o fato de a literatura falar da literatura não impede que ela também fale do mundo". E complementa: "Afinal de contas, se o ser humano desenvolveu suas faculdades de linguagem, é para tratar de coisas que não são da ordem da linguagem"⁸.

Também críticos literários como Luiz Costa Lima ou Antônio Cândido, no Brasil, admitem o estreito vínculo entre literatura e sociedade. O primeiro, por exemplo, deixa isto bem claro ao emitir a opinião de que tomar o texto literário como uma simples "poética auto-referente", conforme a postura antimimética sustentada pelos desconstrucionistas, é transformar a leitura em "morada de fantasmas". Se não aceita a noção de uma mimesis absoluta, conquanto é de opinião que a literatura não deve ser tomada como representação do real em sentido literal, isto não significa perder de vista a noção de representação literária. Trata-se de encarar a literatura como base numa nova mimesis, à qual, mais que uma leitura com vistas à recuperação do real, deve ser vista como uma leitura com a pretensão de indicá-lo, capaz de dar-lhe significação⁹. A título de exemplo, há que se referir à leitura do crítico relativamente à literatura nos termos daquele que parece ser o mais radical

dos autores que saem em defesa da arte como pura abstração, o irlandês Samuel Beckett, um autor cujo "empenho, nos romances e nas peças cada vez mais curtas que escreve nos seus últimos anos, consiste em aumentar a dificuldade de serem reconhecidos como correspondentes a alguma situação espaço-temporal humana". Logo, uma literatura com a pretensão de eliminar "qualquer cor local" ou "qualquer determinação histórica"¹⁰. Contra posturas como esta, o crítico é de opinião que nenhuma obra literária pode prescindir do sujeito ou do mundo onde ele está inserido. É que a "literatura de Beckett não forma um texto sem raiz nem teto, sem pré-texto ou pós-texto. A seu texto, como a qualquer texto literário, é impossível desligar-se do antes e do depois do texto"¹¹.

Quanto a Antônio Cândido, renomado crítico literário brasileiro, são conhecidas suas reflexões em torno da relação entre literatura e mundo histórico. Em texto relativamente antigo, pois remonta ao ano de 1958, ele é o primeiro a defender a idéia, no Brasil, de que a literatura é eminentemente social, e isto independente do nível de consciência que possam ter, a esse respeito, tanto os seus produtores quanto os seus receptores, valendo lembrar que, em Cândido, essa idéia não é válida apenas para a literatura e sim para qualquer forma de expressão artística. Daí ele opinar que a investigação sobre a obra de arte, incluindo a literatura, deve estar atenta para as seguintes indagações: em que medida a arte expressa o social? Em que medida o influencia? Isto porque, para o referido crítico, o produto artístico é social em dois sentidos: "depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando o sentimento dos valores sociais"¹².

⁸ Cf. COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, 126-127.

⁹ LIMA, Luiz Costa. Op. Cit., pp. 24-25 e 398.

¹⁰ Cf. Idem, pp. 287-288.

¹¹ Cf. Idem, pp. 288-289.

¹² CÂNDIDO, Antônio. "A literatura e a vida social". In *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, pp. 18-21.

A ressalva acima parece importante pela constatação seguinte: se as reflexões em torno das raízes sociais da literatura remontam, em termos de Brasil, ao mencionado texto de Antônio Cândido, originariamente publicado nos anos 1950, este mesmo autor reconhece que trata-se de uma reflexão ainda mais antiga a nível de mundo, conquanto atribui a Madame de Staël, na França setecentista, a autoria do primeiro esboço sistemático sobre a questão, razão pela qual deixa claro, já naqueles distantes anos 1950, que constitui "verdadeiro truísmo" dizer que a arte exprime a sociedade.¹³

Ademais, parece pertinente alertar para o fato de que existe literatura e literatura. Compare-se, por exemplo, o romance naturalista de Zola com o romance simbolista de Proust, em que esses autores pensam a relação entre literatura e sociedade de forma diametralmente oposta. Em relação a Zola, por exemplo, era visível sua intenção de produzir uma literatura pautada em pressupostos cientificistas, um retrato vivo da sociedade da época. É o caso da grande saga romanesca em torno da família Rougon-Marquart, num total de vinte episódios, com a qual pretendia traçar um amplo painel da vida social no Segundo Império, valendo-se, para tal, de métodos da ciência natural, em especial no tocante ao crédito atribuído a certos imperativos biológicos como determinantes da conduta humana, tão em voga naquele momento.¹⁴

A título de exemplo, vejamos um dos episódios dos Rougon-Macquart, o romance *Na taverna*, o 7º volume da série, com "o qual Zola alcança uma notoriedade fulminante e com ela a prosperidade". Trata-se de uma trama que retrata a condição humana em eu degrau mais baixo, conquanto marcado pela miséria e pelo alcoolismo. O determinismo biológico é claro: o alambique, colocado no centro da taverna ("assommoir" no original francês) representa simbolicamente a degradação

operária por meio do alcoolismo, com a conseqüente perda de vontade para lutar. Na verdade, um realismo que provoca reações por todos os lados: da direita, que o acusa de pornográfico; da esquerda, para quem o livro calunia a classe operária; dos partidários da arte pela arte, que não aprovam seu engajamento social.¹⁵

Marcel Proust, ao contrário, não é um autor com esse tipo de engajamento. De maneira que sua obra *Em busca do tempo perdido* deve ser vista menos como uma literatura produzida com a intenção de retratar esse ou aquele aspecto da vida social e mais como um projeto eminentemente estético. É que na trama proustiana, nos assegura Leyla Perrone-Moisés, prestigiada crítica literária, esse ou aquele lugar não existem "como puros referentes". Segundo ela, ninguém espere encontrar em Proust a descrição de uma paisagem tal como o faziam os escritores realistas, isto é, com o fim de produzirem um "verossímil espacial". É que a descrição objetiva, no romance em questão, "nunca vai além de uma frase. A seguinte já é divagação, projeção, transfiguração".¹⁶ Ora, espaço remete a tempo, um tempo que nunca é linear para Proust, conquanto não passa de "um conjunto de momentos-lugares memoráveis separados por imensas distâncias, sem continuidade". Logo, um tempo fragmentado que por sua vez remete a espaço, este também fragmentado, "como o dos vitrais", fragmentação que "advém das irregularidades da memória".¹⁷

E, no entanto, tanto a obra de Zola quanto a obra de Proust são passíveis de leituras por parte do profissional de história. Imagens presentes em Zola, por exemplo, interessariam sem dúvida historiadores sociais da cultura interessados na apreensão do modo de vida das pessoas comuns em seus ambientes de trabalho, moradia e/ou lazer. Mesmo que ao aos historiadores em questão não interessem

¹³ Cf. Idem

¹⁴ Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. "Da religião da verdade ao culto do espermetazóide". In *Os dez amigos de Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 139 e seq.

¹⁵ Cf. Idem, pp. 132-133.

¹⁶ CF. PERRONE-MOISÉS, Leila. "Espaços proustianos". In *Inútil poesia e outros ensaios breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 70-71.

¹⁷ Cf. Idem, pp. 72-73.

as motivações próprias do realismo naturalista, como a suposição de que os trabalhadores que aparecem na trama de Zola são seres naturalmente fadados à degradação e à perda de qualquer referência humanitária, ainda assim terão muitos filtros ao seu dispor ao retratarem o objeto referido.

Já Proust - a despeito da leitura da crítica literária citada, para quem o autor francês teria produzido uma obra que é pura divagação ou transfiguração, dentre outras razões porque espaço e tempo aparecem aí completamente fragmentados -, contempla inúmeras imagens que poderiam interessar historiadores culturais preocupados em retratar certas sensibilidades modernas em Paris na transição para o século XX. Sensibilidades aos usos do telégrafo e/ou telefone, poderosos meios de comunicação que a civilização proporciona; sensibilidades decorrentes da vertigem provocada pela velocidade dos novos meios de transporte modernos, o trem de ferro, o automóvel, o avião; sensibilidades na apreensão do significado de inúmeros motivos arquitetônicos, tão ao gosto do narrador, os quais são captados, dentre outros lugares, em Paris e Veneza; sensibilidades relativas ao cultivo das artes, em especial pintura, literatura e música, haja vista tratar-se de um romance com muitas menções a diversas obras de arte, do passado e do presente, e em que um personagem como Swann é cortejado pela aristocracia não porque é rico e sim por ser um profundo conhecedor de obras de arte.¹⁸ Ademais, outras imagens proustianas poderiam interessar ao historiador atual preocupado com questões de gênero, em especial no tocante à homossexualidade tanto masculina como feminina, para verificar como os personagens que encarnam essas opções sexuais são julgados pela voz narrativa; ao historiador preocupado com a questão judaica, haja vista retratar o polêmico caso Dreyfus; ao historiador preocupado

com a vida mundana nos salões aristocráticos e/ou burgueses, em particular no que se refere ao modo como as relações e os gestos, nesses ambientes, são pura teatralização ou fingimento, onde vivem-se experiências que, na opinião de um crítico, são puro desperdício, para não falar em "atividades sociais frívolas, em interesses fúteis, em coisas irrelevantes".¹⁹

Atraindo a questão para o Brasil, compare-se a literatura de Lima Barreto com a de Graciliano Ramos. Por exemplo, a sátira *Os Bruzundangas*, de autoria do primeiro, ao romance *Angústia*, de autoria do segundo. Esta sátira, que trata de um país imaginário com o nome de *Bruzundanga*, é uma representação alegórica do Brasil à época, alegoria que remete a um país onde nada funciona, onde tudo é corrompido, a literatura, a política, as instituições de um modo em geral. A cada página aqui manuseada sobre esse país inventado, é uma página que retrata um país semelhante em tudo ao Brasil, pois o país da Bruzundanga não é outro senão o país onde nasce o autor. Ao falar dos políticos e da política da Bruzundanga, o narrador não tem dúvida: "Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado (...)". E, "no entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios, abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações [lembrar que esta fala é emitida em 1922], oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida".²⁰ Qualquer semelhança com o Brasil à época...

Já no romance *Angústia*, ao contrário, o drama pessoal do narrador, um personagem atormentado, vivendo um cotidiano acidentado e opressor, onde não há lugar senão para o tédio, um anti-herói que parece ter consciência de uma única coisa, a de que ninguém deve esperar muita coisa dessa vida. Todavia, se prestaria muito bem para explicar a sordidez, hipocrisia ou caráter interesseiro que teriam marcado as

¹⁸ Cf. BRADBURY, Malcolm. "Marcel Proust". In *O mundo moderno: dez grandes escritores*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 126-127.

¹⁹ C. Idem, p. 120.

relações sociais em uma cidade provinciana (Maceió) nos anos 1930, onde sentimentos como amor, amizade ou fidelidade, não fosse o julgamento moral do narrador-personagem, estariam irremediavelmente perdidos. Ademais, em que pese o caráter de introspecção, e sem que o autor tenha tido tal pretensão, inúmeras imagens ou fragmentos remetem ao modo de vida da Maceió de então, que muito interessariam a um historiador que se interessasse com formas de representação da vida urbana própria das pequenas cidades do início do século XX.

Sem dúvida, gêneros literários nada parecidos. O primeiro se encaixaria como uma luva para um historiador que pretendesse explorar a visão engajada de um homem de letras na Primeira República no Brasil, cuja sátira a essa República poderia ser um sintoma do desencanto geral para com uma forma de governo que se instalou sob o signo de promessas coletivas de um mundo melhor, mas que, no final das contas, nada de concreto realizou. O segundo romance, haja vista seu caráter introspectivo e/ou sondagem psicológica do comportamento humano, teria pouco a oferecer para uma crítica mais severa às instituições no Brasil, embora se preste a outras leituras, conforme demonstrado acima.

A par desses diferentes gêneros literários, parece se dissipar qualquer dúvida de que o historiador é capaz de deles se aproximar, por mais díspares que sejam. Assim, o romance simbolista ou psicológico, independentemente da vontade de seus autores, forneceria ao profissional de história, tanto quanto o romance social, imagens literárias com vistas à apreensão do mundo social e histórico. Os textos literários, independentemente da intenção autoral e/ou de sua linguagem estética, se prestam igualmente ao tratamento que o historiador lhes atribui como documento histórico. A única ressalva é a de que as imagens literárias são mais ou menos

recorrentes no trabalho do historiador conforme a natureza do objeto.

Assim, é provável que a poesia de um Baudelaire tenha pouco a dizer a um historiador que explore temas políticos e/ou econômicos relativos ao século XIX, embora tenha muito a dizer para um historiador cultural preocupado com as sensibilidades modernas presentes na vida urbana do mesmo período, haja vista tratar-se de uma poesia marcada por um sem-número de imagens sobre Paris enquanto metrópole oitocentista. Em contrapartida, a literatura de um Balzac, por exemplo, teria a muito a dizer para historiadores de um modo em geral relativamente à França oitocentista. Ou não é verdade que o romance *A casa Nucingen* teria sido mais útil a Marx e Engels, no tocante à compreensão do universo das altas finanças, do que inúmeros tratados de economia política? O comentário de Engels, numa carta a Marx, é esclarecedor: "Aprendi mais em Balzac sobre a sociedade francesa da primeira metade do século, inclusive nos seus pormenores econômicos [...], do que em todos os livros dos historiadores, economistas e estatísticos da época, todos juntos".²¹ E quanto ao romance *La duchesse de Langeais*, não se prestaria ele à compreensão sociológica das classes sociais em Paris, com um capítulo dedicado ao estudo da aristocracia do Faubourg Saint-Germain?²² E em se tratando do romance *Ferragus*, para citar um último exemplo, não poderia ser tomado como uma espécie de "cidade-romance", com sua visão sobre Paris "como um organismo vivo", uma cidade "monstro", ela própria transformada no protagonista por excelência?²³

É sabido que os historiadores, incluindo os novos historiadores, a exemplo dos que trabalham com as representações imaginárias, não têm a mesma liberdade do romancista, uma vez que, não podendo se furtar ao uso de certas evidências empíricas no momento de elaboração de sua atividade criadora, o máximo que podem almejar é

²⁰ LIMA BARRETO, Afonso Henrique de. Os Bruzundangas. (sátira). Porto Alegre: L& PM, 1998, p. 67

²¹ Cf. Citado em MACHADO, Ivam Pinheiro. "Apresentação: A comédia humana". In Balzac, Honoré de. O pai Goriot (romance). Tradução de Celina Portocarrero e Ilana Heineberg. Porto Alegre: LP&M, 2006, pp. 7-8.

²² Cf. CALVINO, Ítalo. "A cidade-romance em Balzac". In Por que ler os clássicos. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 150.

²³ Cf. Idem, pp. 147-149.

"divertir", especialmente quando elaboram uma história voltada para o grande público, mas sem perderem de vista, como diria Georges Duby, que o que muda, aqui, é a maneira de escrever, levando-os a "flexibilizar o estilo", para fins de tornar o discurso histórico "menos áspero", isto é, de leitura agradável, não significando, com isto, que "o curso das investigações históricas tenha sido desviado"²⁴.

De fato, o romancista tem, no plano da linguagem, uma imensa liberdade de criação, uma liberdade a que o historiador não pode almejar, porquanto a história jamais será considerada ficção. Daí, o romancista não ter maiores preocupações com evidências empíricas, por mais acentuada que possa ser sua capacidade de elaborar obras que imitam a realidade, como parece ser o caso do que se convencionou chamar de romance "realista", cuja narrativa pressupõe, desde o século XVIII com Defoe e Richardson, a premissa, por eles aceitas literalmente, "de que o romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações (...)"²⁵.

E, no entanto, o romance "realista" apenas dá a "impressão de total autenticidade" em comparação a outros gêneros literários. Se ele "permite uma imitação mais imediata da experiência individual situada num contexto temporal e espacial do que outras formas literárias", isto não significa que essas outras formas não a imitam, embora essa imitação se dê de outra maneira. A conclusão que se impõe é que "não há razão para que o relato da vida humana apresentado através dele [romance 'realista'] seja mais verdadeiro que aqueles apresentados através das convenções muito diferentes de outros gêneros literários".²⁶

Uma reflexão que reputo importante e em relação à qual o

historiador que dialoga com literatura de ficção não pode se furtar remete ao seguinte questionamento: os personagens e situações presentes na trama ficcional representam ou não personagens e situações presentes na trama histórica? A esse respeito, há que levar em conta que existe uma literatura que é tão representativa do contexto social a que está engajada, que é impossível estabelecer um limiar entre ficção e o que poderíamos chamar de simples representação mimética do real vivido. As imagens aí contidas transitam livremente entre uma e outra forma de representação e é impossível operar sua separação. No final, o leitor fica sem saber em que território se encontra. Este é o caso, por exemplo, da ficção em José Lins do Rego, cuja recriação literária de cenários e personagens da vida real nem sempre são fictícios, e, quando fictícios, chama a atenção a facilidade como são identificados com esses cenários e personagens da vida real. Para não ir muito longe, basta que se compare duas de suas obras: de um lado, *Menino de Engenho*, romance que abre o Ciclo da Cana-de-Açúcar; de outro, *Meus Verdes Anos*, livro em que rememora sua infância de menino de engenho. Afora o efeito próprio da imaginação literária, pouca coisa muda no tocante aos cenários e personagens contidos nas duas tramas, havendo tão-somente a substituição de alguns nomes entre os atores. Por exemplo: o Carlinhos do romance personifica o próprio José Lins das memórias. Já Cazuza Trombone, do engenho Corredor, é o mesmo nos dois textos e assim por diante.

Porém, mesmo que certas obras literárias se prestem a uma correlação tão direta entre o contexto da trama literária e o da vida real, não é isto que ocorre com a maior parte da literatura à disposição dos historiadores para fins de tratamento histórico. O que realmente interessa, na maior parte dos casos, é que a trama literária possa iluminar as sensibilidades próprias da época

²⁴ Cf. DUBY, Georges. A história continua. Zahar Editor/Ed. UFRJ, 1993, pp. 107-108.

²⁵ Cf. WATT, Ian. A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Tradução de Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 31.

²⁶ Cf. Idem, pp. 31-32

estudada, entendendo, por tal, o sentimento de pertencimento a um momento cultural dado, seus valores ou visões de mundo, seus hábitos cotidianos etc. É o caso dos usos da literatura por parte do historiador cultural, com sua consciência de que não há verdades definitivas em história, de que as verdades são sempre provisórias, embora devam ser verossímeis e convincentes. Afinal, sua preocupação maior é tentar traduzir, para o seu próprio presente, o vivido passado, suas sensibilidades, sendo a literatura um ótimo portal para este trabalho de tradução.

MAQUIAVEL: A POLÍTICA COMO HISTÓRIA

João Marcos Leitão Santos¹

Resumo

Não raro um pensador se destaca por uma proposição, por uma tese, e fica assim associado definitivamente àquela enunciação. Não foi diferente com Nicolau Maquiavel a quem foi dada a "paternidade" da política moderna. Este trabalho quer chamar a atenção para Maquiavel a ser visto em uma faceta, menos referida, e tantas vezes, se referida, com uma compreensão desabonadora: Maquiavel o Historiador.

Palavras-Chaves

Maquiavel, História, Política

Abstract

Often a thinker stands for a proposition, a thesis, and thus is definitely associated to that statement. It was no different with Niccolò Machiavelli who was given the "fatherhood" of modern politics. This paper wants to draw attention to Machiavelli to be seen in a facet, least said, and many times, if that, with an understanding unflattering: Machiavelli's The Historian.

Key-words

Maquiavel, History, Policy

Não há caráter histórico inerente aos fatos, histórica é a forma de conhece-los.

A história não é uma ciência, ela é somente um processo de conhecimento.

Seignobos

Introdução

Não raro um pensador se destaca por uma proposição, por uma tese, e fica assim associado definitivamente àquela enunciação. Não foi diferente com Nicolau

Maquiavel a quem foi dada a "paternidade" da política moderna. Este trabalho quer chamar a atenção para Maquiavel a ser visto em uma faceta, menos referida, e outras vezes referida desabonadoramente: Maquiavel o historiador.

Não propomos este reconhecimento por acaso, mas assumindo como pressuposto a ser demonstrado, que a teoria política à qual se ligou Maquiavel se erige a partir da história. Ou seja, a história está na base do fundamento da teoria política: o pensamento maquiaveliano conforme sugerido geralmente é dependente da concepção e da construção que Maquiavel desenvolveu da história.

As dimensões deste ensaio não nos permitem expor o pensamento político de Maquiavel, de resto, sobejando na literatura mais ou menos especializada. Também não nos é facultada a possibilidade de visitar as diversas concepções de história construídas no século XX, sobretudo.

Assim, é importante que coloquemos pelo menos como perspectiva operativa com a qual trabalhamos o pensamento político de Maquiavel, enquanto "teoria política" e a compreensão da história a partir da qual lemos o trabalho maquiaveliano, com ênfase para os *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Finalmente, advirta-se o leitor que este exercício foi construído em diálogo com uma provocação do professor Nelson Saldanha, em 1993, num artigo que chamou: *como construir uma teoria política*.

Partimos de uma concepção bloqueana que a história tem por objeto o *homem no tempo* e por isto o passado não é apenas o *locus* da experiência humana que se quer resgatar, mas uma remissão inevitável para a intervenção no presente, no cotidiano conhecido-vivido, segundo a conhecida expressão de José Honório Rodrigues que a história *não é dos mortos mais dos vivos*. A própria

¹ Doutor em História Social/USP. Professor Adjunto II da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Professor nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Mesma Universidade. tmejph@bol.com.br

dinâmica que caracteriza as formações sociais torna os conceitos *ab-stratos* à materialidade de uma realidade objetiva que condiciona a cognoscibilidade dos sujeitos, reflexos de seu tempo/momento presente ao qual se ligam novos conteúdos de verdades particulares e coletivas, que gera a faculdade de intervenção social, condicionado por este conhecimento conquistado. A história torna-se dessa forma o conhecimento relativo da verdade e possibilidade de intervenção social.

História fundamento da política

Diria Bobbio, que a teoria política constitui-se na reflexão “[...] sobre a justificação ou legitimação do poder [...]”, (BOBBIO, 2000, p. 70) via pela qual se aproxima mais da ciência do que da filosofia políticas, uma vez que a filosofia política remete as “causas finais” do poder e sua legitimidade. Em sua ardorosa defesa da filosofia política como distinta da ciência política afirma mesmo autor, tomando o hegelianismo como exemplo, que é difícil separar na Filosofia do Direito de Hegel “o problema da representação histórica e o problema da legitimação ideal do estado [...]” (Id. p. 70) e conclui:

[...] não se pode pensar em uma análise do conceito e política que não considere os dados recolhidos e os fenômenos examinados pela pesquisa factual. Não há hoje análise científica dos fenômenos políticos que não comece propondo **uma teoria geral** do poder. [...] Todavia, mais do que filosofia, neste caso seria melhor falar de uma “teoria geral da política [...]” Dessa forma a história não era totalmente excluída, mas estava colocada a serviço de uma proposta teórica (id. p 71, 94)(grifo nosso).

Embora ainda voltaremos a referência dos sentidos de teoria política, este é o paradigma do qual nos apropriamos, o inseparável binômio *conceito-dados recolhidos*, que darão conta de uma concepção do poder.

Finalmente o referente dialogal de Saldanha para a construção de uma teoria política, ofereceu as matrizes de um empreendimento deste perfil, partindo da afirmação que “[...] sempre há necessidade de simetria e proporção[...] verificação dos materiais e o sentido dos níveis[...] funcionalidade e de um mínimo de estética[...]” (SALDANHA, 1993, p. 71); o que lhe permite concluir “*na construção de uma teoria política se engloba (ou se pressupõe) uma teoria da história e com ela uma teoria do homem – daí seu fascínio, sua complexidade, sua precariedade*” (Id.p. 71)(grifo nosso).

Neste ponto é possível enunciar nossa tese: Maquiavel construiu um modelo de teoria política, *somente* possível em função da recepção que fez da história. A história *estava colocada a serviço de uma proposta teórica*, para a qual buscou *sentido e funcionalidade*, somente possível porque se ancorava numa antropologia e numa concepção teleológica da realidade.

A TEORIA POLITICA DE MAQUIAVEL

Como anunciamos não vamos nos deter numa análise da política maquiaveliana. Em 1963 Isaiah Berlin afirmava que já eram mais de três mil os estudos sobre Maquiavel, portanto, não vamos inflacionar a investigação. Todavia, importa saber, uma vez que Maquiavel foi “pai da política moderna”, o que propunha como “projeto político”?

É pacífico que Maquiavel se situa na teoria política já que se propôs a pensar o que se considera objeto da política: o poder. Como outros, mas à sua maneira, Maquiavel visitou os temas clássicos: a posse, a legitimidade, e o exercício do poder, naturalmente, e foi inevitável que propusesse a temática do governante e do governado, do povo, do príncipe, e o Estado, como ícones sob os quais converge o conjunto de temas que desenvolve.

Diplomata e funcionário público de carreira em desgraça, não vamos

imaginar que daria a suas reflexões nome do que hodiernamente chamamos Teoria Política. Há em Maquiavel um pragmatismo inescapável, já que supunha que sua terra mergulhada no caos político, fatalmente seria destruída. Inclusive como mecanismo de convencimento, não poderia nosso autor recorrer a "invenções", embora se saiba como e onde inovou.

Ao afirmar que não "inventou", mas apresentou modelos exemplares que deram certo, não queremos dizer que Maquiavel agiu de forma "funcionalista", usando uma história *colocada a serviço*, como no engano de Bobbio. Porém, fez dela fundamento da sua leitura compreensiva da realidade. Ou seja, em Maquiavel a história tem dois componentes inalienáveis, um epistemológico e outro cognitivo.

Deste ponto de vista cognitivo, Maquiavel aponta como inimigo fundamental do exercício do poder a *ignorância*, trazida pela religião, quando se refere a "[...] fraqueza que a moderna religião fez mergulhar o mundo... na ignorância" (MAQUIAVEL, 2000, p. 18) que no seu caso associa às práticas da Cúria Romana de sua época. Isso importa para corrigir um erro mais ou menos universalizado que Maquiavel era contrário a Religião. Nunca o foi e a ela atribuía uma função estratégica no controle social, o que não tolerava era as práticas do catolicismo do seu tempo (MAQUIAVEL, 2000, p. 55), chegando mesmo a afirmar que entre "todos os mortais que mereceram elogios... [estão] os fundadores das religiões[...] das repúblicas[...], os letrados[...]" (MAQUIAVEL, 2000, p. 53)

A questão fundamental era que o príncipe tinha deveres, e estes deveres exigiam conhecimento, que por sua vez estava na história, outra vez, mais pragmatismo do que, por exemplo, em relação a filosofia com a qual não se podia exercer o poder. Afirma: "Um príncipe não pode faltar as razões dele esperadas (MAQUIAVEL, 2000, p. 232).

Aqui outra questão é importante, a que nos permite entender a acusação feita a Maquiavel (mais citado do que lido), que imitava Cícero com uma teoria histórica *Mater Vitae*. É de conhecimento geral a difusão da literatura à qual se chamou "espelho do príncipe". Voltaire a fez escrevendo História de Carlos XII, sem que sobre ele se operasse o repúdio com que se trata Maquiavel.

Na construção da teoria política os materiais se

[...] arrumam" em determinados planos, que se suportam e se apóiam ou se desencontram, convergem ou separam-se, justapõe-se ou interagem

[...] o material conceitual é uma espécie de equipagem, que se articula em forma de referências e se sustenta afinal sobre "convicções"

[...] e como a ressonância de certos conceitos (ou suas "conotações") têm que ver com sua procedência ou sua relação com âmbitos culturais, há que ver-se se a teoria política que se constrói se destina ao "mundo" inteiro, visando valer para orientes e ocidentes, ou se volta para determinado contexto, nação ou classe. (MAQUIAVEL, 2000, p. 72, 73)

A tese de Maquiavel é que havia formas de governar que eram mais eficientes, diversas formas em diversos contextos. O ignorante estava menos apto ao exercício do poder do que "... os homens que tendo conhecimento mais genuíno do mundo" (MAQUIAVEL, 2000, p. 394) aqueles que se apropriaram, como o próprio Maquiavel, de "...tudo que me ensinaram uma longa experiência e o estudo contínuo das coisas do mundo" (MAQUIAVEL, 2000, p. 13) e neste esforço, conclui, "não encontrei... coisa alguma que eu mais prezasse... quanto as ações dos grandes homens[...]" (MAQUIAVEL, 2000, p. 17).

Do ponto de vista de Maquiavel a teoria política que explica e expõe a prática do poder deriva do conhecimento da história, inevitavelmente, da experiência, que ele mesmo testemunha

e do exemplo que outros eventos e personagens podem sugerir. Obviamente, alguém pode fazer uma inferência com a tese ciceroneana, mas não se considere uma visão precisa. Estes elementos são absolutamente pertinentes com a construção de "uma moldura apreciável de referência" como nos diz Gunnel (1981), onde o poder pode ser exercido com ou sem eficiência como é passível de constatação.

A exemplo do dissemos acima. Bigo e Ávila também afirmam que:

Um *sistema* é uma determinada organização da sociedade como expressão de uma *antropologia*, de uma *filosofia sócio-política* e, de modo mais abrangente, de uma cosmovisão.

Um *modelo*, é uma determinada organização dos diversos elementos de um conjunto, dos sub-sistemas de um sistema, em vista de um desempenho pré-definido.

O conceito de sistema contém uma conotação inevitavelmente doutrinal, modelo tem um significado mais operacional (BIGO & ÁVILA, 1986, p. 296).

É nesse sentido a proposição de Gunnel que a teoria política que destina-se a construir um padrão sistemático sobre o comportamento político e a operação das instituições marcou a crise da teoria política do século XIX, que na esteira do positivismo e do behaviorismo. Respeitamos os limites da periodização desta discussão, não exigimos a Maquiavel uma Teoria dos Sistemas, pois as vezes se tende a esquecer que Maquiavel escrevia história com os instrumentos – renovados – do fim da idade média, sendo ele mesmo uma inovador no usos de fontes (FONTANA, 1998).

O que afirmamos é que Maquiavel, dotado de um referente antropológico¹ e de uma filosofia sócio-política, nos limites do século XVI, que propunha mecanismos operativos para agentes e instituições da ordem política, e que seu principal parâmetro neste

instrumental que reuniu foi a história, de Roma principalmente. No modelo proposto por Saldanha, afirma o autor:

Passemos ao material histórico, cuja importância não se precisa enfatizar. *Sem ele não se pode elaborar uma teoria política.* "a história" é um conceito vago que ganha sentido (e imagem) se se pensa nas partes que a constituam: partes, fases, "contextos". E naquelas linhas se situa (porque a história é feita de espaços, onde as coisas se **situam**) a problemática do antigo. 74

O **antigo** seria o antecedente primeiro [...] A ele se atribui sentido de base, ponto de partida e *paradigma*, confirmado e negado pelas modernidades que se lhe seguem. (74, 75)² (grifo nosso) (**grifo do autor**).

Neste sentido nos referimos a questão paradigmática. Afirma Maquiavel:

É necessário imitar os governantes sábios...

Deve o príncipe ler a história dos vários países... considerar os grandes homens[...] imitar[...] deixando então de lado as coisas que se imaginam sobre um príncipe e percorrendo sobre coisas verdadeiras[...] *O estudo da história ensinará também como fundar um bom governo*

Se os cidadãos... [e] príncipes aprendessem as lições da história[...]

Se a história desses monstros [os tiranos] fosse bem estudada servira de ensinamento aos príncipes... [para] apoiar-se no exemplo da antiguidade[...] (MAQUIAVEL, 2000, p. 17, 53, 55)(grifo nosso)

Esta epistemologia, não é rigorosa, senão por analogia a de Thomas Kuhn das "conquistas científicas

² Este assunto pode ser objeto de reflexão, inclusive a partir da diferença perspectivas: a moderna (e sobretudo contemporânea), ligada às ciências relativizantes – sociologia, antropologia, psicologia – e, a antiga, presa a uma visão mais ética, mais formal, mais hierática dos fatos. (SALDANHA, 1983, p. 75)

universalmente reconhecidas, que por certo período fornecem um modelo de problemas e soluções aceitáveis aos que praticam em certo campo do conhecimento” (KUHN, 1992, p. 81), mais com a prudência necessária na conquistas “científicas” do século XVI, a historiografia contida no método de Maquiavel, eram *soluções aceitáveis*, para os *problemas* do seu contexto. Mesmo com a advertência de Feyerabend que “a história em geral, e a história das revoluções em particular são sempre mais ricas em conteúdos, mais variadas, mais multilaterais[...]” (FEYERABEND, 2007, p. 26) que está além do modelo convencional de fazer ciência.

Das declarações de Maquiavel pode-se inferir o caráter que ele atribuía ao conhecimento:

Tudo que me ensinaram uma longa experiência e o estudo contínuo das coisas do mundo[...]

Não encontrei... coisa alguma que eu mais prezasse... quanto as ações dos grandes homens... para apoiar minha opinião.

Se a história desses monstros fosse bem estudada servira de ensinamento aos príncipes[...]
[...] fraqueza que a moderna religião fez mergulhar o mundo... mais na ignorância (MAQUIAVEL, 2000, p. 13, 17, 18, 42, 54)

Baseando-me em exemplo... que este exemplo ilumine todos os soberanos.

...propondo os remédios já utilizados pelos antigos [...]

Há disso numerosos exemplos [apoio popular à covardia]

E embora de tudo isso não se possa formar determinado juízo, se não se examinarem as particularidades dos Estados, dos quais se teria que tirar alguma ilação, mesmo assim direi de que

forma o assunto se trata por si mesmo.

Não tenho a pretensão de decidir se ele estava certo ou equivocado (MAQUIAVEL, 2000, p. 80.129, 166)

E porque eu sei que muitos já escreveram sobre isto, duvido que, escrevendo também eu, não me considerem presunçoso, afastando-me, principalmente, ao discutir este assunto das opiniões alheias (MAQUIAVEL, 2006, p. 92)

Portanto está caracterizado um conhecimento que é ao mesmo tempo instrumental (p. 18, 42, 54), exemplaridade (p. 80, 129), não-dogmático (p. 166), que gera mais importância a uma teoria da ação do que ao singular da realidade (p. 59), porque a teoria política possui um fundamento empírico. (2006, p. 92)

Dos já conhecidos debates do século passado onde se cogitou o fim da teoria política em favor de uma ciência política, uma vez que a filosofia política também era uma investigação heterogênea e instável, oscilantes entre o empirismo da visita ao passado e *optimo statu* do saudosismo dos platônicos, Maquiavel está isento. Segundo Jasmim, os debates precedentes desde o século XVI trouxeram a racionalidade para o pensamento político, seja pela normatividade ou pelo empirismo, e justificavam

a ênfase ora nos *princípios racionais*, ora na *história*, como caminhos mais adequados à concepção da ordem social.

Ao mesmo tempo, é patrimônio comum [...] a suposição de que falam do mundo como ele é [...] recorrem a historiografia apropriando-se delas por várias vias, mas que destas diversas apropriações resulta que cada uma dessas operações requer um

significado específico que chamamos história. Ora a história é tomada por ontologia, ora como representação da Ontologia. (JASMIM, 1998, p. 10, 11) (grifos do autor)

Para o nosso objeto imediato de interesse dessa remissão ao autor importa constatar que a relação teoria política e história está posta há muito tempo (sendo uma das causas da sua crise mencionada)³, e que, em nosso caso, nos propomos a dar um passo além, que o caráter desta *relação* se caracteriza pela dependência da teoria política da história, tomando Maquiavel como demonstração.

Quando insistia no caráter dual da teoria das formas de governo, prescritiva e descritiva, dizia mais Bobbio:

Em sua função descritiva o estudo das formas de governo se restringe a uma tipologia ou em uma classificação dos diversos tipos de constituição política que de fato, quer dizer, *na experiência histórica* e mais precisamente, *na experiência histórica conhecida e analisada* pelo autor, que apresenta ao observador.

[...] derivam dos dados recolhidos da observação histórica, e refletem a variedade de formas em que se organizaram as cidades gregas da idade homérica em diante. (BOBBIO, 1987, p. 9) (grifo nosso).

Para retornar ao argumento em outro ponto:

Também posso admitir que há textos que se prestam mais e outros menos à metodologia analítica, como já se disse sobre os livros de história, e que nem todos são iguais no subsídio que pode oferecer aos teóricos.

Mas, em relação aos historiadores analíticos das idéias, não me inclino a acusá-los de que "seus esforços orientados para uma história contínua representam tentativas infrutíferas de misturar as questões filosóficas com os problemas sociais, políticos e religiosos"⁴, e a considerar um erro o fato de que quando observar os escritores do passado a partir de um

ponto de vista privilegiado, terminaram por esquecer o sentido de contingência histórica.

Insisto em opor uma obstinada resistência a toda forma de *Methodenstreit* (disputa de métodos) conduzida até a exclusão recíproca

O método analítico e o histórico não são incompatíveis. Ao contrário, integram-se mutuamente. Todas as épocas têm duas faces. A observação de uma ou de outra depende da posição em que nos colocamos (é raro que consigamos encontrar uma postura na qual podemos ver as duas ao mesmo tempo). Nasce aí a extraordinária ambigüidade da história humana (que corresponde a ambigüidade da natureza humana), na qual o bem e o mal se contra-põem, se misturam e se confundem. (BOBBIO, 2003, p. 72, 181)

Que dizer então do depoimento de Bobbio? A começar pelo final, realçar a extrema semelhança entre sua assertiva sobre a natureza humana e Maquiavel, *que os homens são maus e fazem o bem por necessidade*.

É evidente que Bobbio está referindo-se a história do pensamento político e não a teoria política, mas o que há de relevante é: "o subsídio que pode oferecer aos teóricos"; a inevitabilidade de "observar os escritores do passado" e que o tratamento analítico do fenômeno político "integram-se mutuamente". Ver o passado de onde estamos é inevitável, e é onde nasce a "extraordinária ambigüidade da história humana", à qual Maquiavel referiu afirmando: "deixando então de lado as coisas que se imaginam sobre um príncipe e discorrendo sobre coisas verdadeiras" (MAQUIAVEL, 2006, p. 93) e que "[...] O estudo da história ensinará também como fundar um bom governo" (MAQUIAVEL, 2000, p. 55) que em pouco difere do vaticínio de Skinner:

entendo que a vida política coloca os principais problemas para o teórico da política

meu terceiro interesse consiste em ilustrar o modo de proceder ao estudo e interpretações dos textos teóricos

³ Os críticos da Teoria Política que defendiam sua extinção em favor da Ciência Política, afirmavam que aquela não tinha objeto, ou se quiser, tinha como objeto a história do pensamento político, por isso mesmo se a História e Teoria realizavam o mesmo empreendimento ela era prescindível. Ampliado o argumento para a filosofia política, encontrou em Bobbio ardente defensor a distinção da filosofia e da ciência política.

⁴ Está citando M. Virolli, 1987

tendo por objetivo construir um quadro geral no qual se possam situar os textos dos teóricos mais importantes da política

se temos em mira compreender sociedades anteriores à nossa, precisaremos recuperar suas *mentalités* de dentro e de forma mais empática possível

E está evidente que enquanto os historiadores da teoria política continuarem a pensar sua tarefa em termos basicamente de interpretação de um cânone de obras clássicas, não deixará de ser difícil estabelecer vínculos mais próximos entre as teorias políticas e a vida política. (SKINNER, 1996, p. 10, 11).

Na apresentação do seu livro, Friedrich afirma que "tudo que aqui está não pretende ser nada mais do que os títulos indicam: uma introdução para principiantes no vasto campo da Teoria Política", e distingue a teoria da história do pensamento com esta afirmação conclusiva: "a sua disposição no livro mostra claramente que não existe a pretensão de serem uma incursão na história do pensamento político", (FRIEDRICH, 1970, p. 7) donde é possível inferir a distinção da história do pensamento e de uma teoria política, mas não sua indissociabilidade.

Segundo Runciman, citando Weil: Há, porém, uma distinção tríplice possível entre ciência política, teoria política e filosofia política [...] A Teoria Política, no sentido de Weil, é prescritiva, mas também explanatória: supõe certos fins políticos básicos e mostra ao estadista como alcança-los, mas também se empenha em identificar "lês forces profondes dês événements de sur face, lês factures décisifs dês épiphénomènes" (RUNCIMAN, 1966, p. 11).

Semelhante trilha é apontada por Vereker afirmando que "os termos política e teoria são ambas palavras gregas tão próximas do original que é preciso um grande esforço de imaginação

para compreender o significado sofreu..." (VEREKER, 1967, p. 11), mas que não se escapa no pensamento antigo de uma concepção da teoria política como a investigação sobre a *ordenação* justa das relações sociais, e à *direção* geral, ao *controle* e a *ordenação* das variadas entre os membros de uma comunidade.

Quando Durveger afirmava que a dificuldade de construir uma sistematização da política está no fato de que os problemas muitas vezes são irreduzíveis aos seus contemporâneos, que "não conseguem se situar num conjunto" – é a expressão do autor (DUVERGER, 1974, p. 8), parece acordar com a sugestão de Greaves, que "a teoria política é pragmática: por mais universais ou eternos que sejam os termos em que é vazada, ela, de fato, é colorida, e provavelmente *criada pelos problemas enfrentados pela geração que os postula*" (GREAVES, 1969, p. 9) (grifo nosso).

Pelos textos que aqui referimos nesta digressão, Maquiavel não era um "historiador de ofício" quando muito, um "analista político", um "comentarista" (comenta Tito Lívio), em compensação, completamente entregue aos *problemas enfrentados pela geração que os viveu*. E desta perspectiva, oferecia como "resposta" uma Teoria Política, e como Weber afirmara, a ciência não tem sentido porque não dá resposta a nossa pergunta, a única pergunta importante para nós: o que devemos fazer e como devemos viver Maquiavel, com uma teoria política dá, e para ele, através da história.

A política é o esforço em responder porque preferimos esta e não outra forma de organizar nossa vida em sociedade. Que outra? As circundantes. As do passado. Respondendo a isso as sociedades, escolhem fins, métodos, e mecanismos. E se assim entendemos a política, a teoria política é uma tentativa de nos dizer a maneira de responder ou esgotar-se e cessar a organização social.

Sem entrar no mérito – porque não é objetivo deste trabalho – do

conteúdo das teses políticas maquiavelianas, sua teoria política era exatamente o que dela se espera: a sugestão de como conduzir uma solução, referindo a uma natureza para os procedimentos, e o que conservar ao considerar estas coisas. A natureza da Teoria Política é o fundamento das sociedades. Por isso é dinâmica, plural, como queria Bobbio, e transdisciplinar para usar parâmetros lingüísticos hodiernos.

É por isso que se impõe a exigência de mapear os pressupostos da própria teoria e até onde possível, estabelecer as conseqüências da sua adoção. Esta re-leitura pode conduzir a ênfase sob dimensões específicas da vida política de uma sociedade, às vezes menos frisados nos períodos precedentes, ou nas palavras do próprio Maquiavel: "como o curso do tempo altera necessariamente aquela virtude, todos os seres sucumbem se algo não lhes faz voltar ao seu princípio" (MAQUIAVEL, 2000, p. 301) uma vez que as "[...] desordens se renovam em todas as épocas" (MAQUIAVEL, 2000, p.129). O tempo, a virtude, a mudança, o regresso, a anomia, interessa a teoria política como fim social.

Na tese de Duverger a política se interessa pelo conflito, e Greaves lembra que do estudo da política se esperam propostas de solução, mais precisamente, as vantagens de uma solução sobre outra. À antipática, para alguns contemporâneos, idéia de sentido voltaremos ao investigar a história, mas neste ponto afirmamos que é o sentido que se estabelece que determina o essencial, o processo, a reflexão e a ação política. Tese maquiaveliana plena, sugerida como solução para a desagregação social a legitimação dos fins da *polis*.

Para Jasmim, ao interpelar a racionalidade predominante e o senso comum do seu tempo, Maquiavel teve como arma principal "o recurso a evidência histórica como comprovação da

necessidade de ultrapassar as exigências éticas da virtude tradicional [...]" (JASMIN, op. cit. p. 19). A história era a negação da eficácia do modelo convencional. Caminhamos, então, de uma teoria política precedente para as ações políticas: o fim e a condução do Estado e do Poder. Sem ação política a teoria política é indemonstrável, mas sem a teoria a ação política não vai além da "história penosa" das relações humanas,

Portanto, o eixo sobre o qual se erige o sistema político maquiaveliano está no conhecimento, e este derivado da história. Com esta citação de Saldanha, passamos a tratar das relações de Maquiavel com a História.

Interpretações: do mesmo modo que um conjunto de fatos se torna inteligível em função de uma idéia unificadora que remete as partes a uma perspectiva maior, assim os dados e os elementos de uma teoria se organizam segundo um pensamento mais ou menos central que corresponde a um "entendimento" e, portanto, a uma interpretação. Cada uma das grandes teorias (ou dos grandes "sistemas") historicamente dadas são montagens interpretativas organizadas dessa forma [...] 76

O problema consiste aí, como em outras áreas, em uma busca de constantes. Mas também é uma busca de diferenças, pois a compreensão histórica das coisas sempre comporta um jogo de semelhanças e diferenças. (SALDANHA, 1993, p. 76, 77)

1. O PROBLEMA DA HISTÓRIA

Em obra celebrada Falcon afirma que história e poder são como irmãos siameses⁵, e que a maneira de ver esta relação é "detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história [...]" indagar acerca dos "inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico" (FALCON, 1990, p. 61), ao que parece sua sugestão foi precedida em cinco

⁵ A este respeito não deixa de ser expressivo o título do terceiro capítulo de Stephen Bann: *A história e suas irmãs: direito, medicina e teologia*.

séculos pela prática historiográfica de Maquiavel.⁶

Quando LeGoff colocou os problemas da construção do conceito de história, indicou seis, e na última menciona a substituição da história como história do homem, substituída pela história dos homens em sociedade (LeGOFF, 1994, p. 127ss) Os homens em sociedade é ainda o objeto da política: sua organização e suas relações de poder. É sobre esta realidade social que Ortega y Gasset afirmou ser a história o *sistema das experiências humanas*.

A história de Maquiavel é aquela que se contrapõe ao destino, ao qual se referia como [...] maldade do destino (MAQUIAVEL, 2006, p. 46), e não se deixar “[...] girar ao sabor dos ventos e do destino ((MAQUIAVEL, 2006, p. 107), porque a história em Maquiavel é produto da construção humana, uma vez que as relações humanas são uma realidade inconclusa, e neste ambiente humano [...] jamais se encontrará nada que seja perfeitamente puro” (MAQUIAVEL, 2000, p. 39), nem política, nem história, nem religião, etc, senão que tudo está a construir, pois entendia que “nada é estável, é natural que as coisa melhorem ou piorem” (MAQUIAVEL, 2000, p. 40).

Ao que isto nos indica, o estudo da história representa o esforço por discutir as bases sobre as quais se devem assentar “os estados para a compreensão de certas formas de pensamento, revelador eficaz de estados mentais” (Cf. MOTA, 1979), e que são indicadores para a tomada de consciência dos processos históricos vividos. Propondo uma teoria política com a perspectiva do historiador, busca-se identificar circunstâncias concretas que produzem as elaborações, às quais Mota se referiu, insistindo num *processo chamado de tomada de consciência*; assumindo que tais ocorrências de formas de pensamento e de conceitos são indicadores dos estados sociais, comunitários que não se pode impunemente ignorar.

Efetivamente, ao referir-se com elogios tantas vezes a república do império romano, não deixa de reconhecer que foi um “conjunto de circunstâncias que o levaram a perfeição” (MAQUIAVEL, 2000, p. 24), e acrescenta: “não se deve culpar Atenas ou louvar Roma, mas simplesmente reconhecer a situação a que as conduziram acontecimentos diferentes” (MAQUIAVEL, 2000, p.97).

Não se pode inferir que ao remeter o homem ao *conhecimento* das experiências gassetianas do passado, seja sinônimo de uma história *Mater Vitae*. Maquiavel não via constrangimento em tomar o passado como paradigma ético para minimizar o erro, pois “deve o príncipe ler a história dos vários países... considerar os grande homens... imitar” (MAQUIAVEL, 2006, p. 90), nem ignorou a necessidade do pragmatismo político, reafirmando ser inevitável “deixando então de lado as coisas que se imaginam sobre um príncipe e discorrendo sobre coisas verdadeiras” (MAQUIAVEL, 2006, p. 93), abandonar o romantismo porque uma exigência se impõe: “o estudo da história [que] ensinará também como fundar um bom governo” (MAQUIAVEL, 2000, p. 54). No dizer de Bann, “os historiadores estão conscientes de que não existe um único e privilegiado processo de exprimir a realidade do passado” (BANN, 1994, p. 61).

Apartando-se da tese de história *Mater Vitae*, Maquiavel declara primeiro que não vê o histórico como dogmático: “E embora de tudo isso não se possa formar determinado juízo, se não se examinarem as particularidades dos Estados, dos quais se teria que tirar alguma ilação, mesmo assim direi de que forma o assunto se trata por si mesmo” (MAQUIAVEL, 2000, p. 123), realça o valor da concreticidade, e recusa-se a oferecer fórmulas, quando diz: “Não tenho a pretensão de decidir se ele estava certo ou equivocado (MAQUIAVEL, 2000, p. 59) e reconhece na prática política o caráter empírico: “porque eu sei que muitos já escreveram sobre isto,

⁶ Do ponto de vista teórico-formal, Maquiavel adota como fontes os clássicos, notadamente Tito Livio. E como método adota a comparação e a analogia como se depreende, por exemplo, das afirmações *relação entre os fatos antigos e contemporâneos c18 e 150 /se considerássemos os seus motivos... examinando os resultados c 33.*

duvido que, escrevendo também eu, não me considerem presunçoso, afastando-me, principalmente, ao discutir este assunto das opiniões alheias” (MAQUIAVEL, 2000, p. 92).

Como disse, o passado é um paradigma ético para inibir o erro de todos somente “se os cidadãos... príncipes aprendessem as lições da história (MAQUIAVEL, 2000, p. 53). Seria desnecessário o tirano que em regra caminha para o despotismo, a quem chamou Maquiavel de monstros, “se a história desses monstros fosse bem estudada servira de ensinamento aos príncipes” (MAQUIAVEL, 2000, p. 55) dando-lhe a chance de adotar um paradigma específico de conduta ao “apoiar-se no exemplo da antiguidade...” (MAQUIAVEL, 2000, p. 17).

Maquiavel temia que as gerações mais novas, não conhecendo os males a que foram submetidos seus antepassados pelas ações políticas erradas de príncipe e povo, caminhassem na mesma direção. Se o *bom governo* se aprende na história, fugir ao erro também se aprende. “Quem estudar a história[...] verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram [...]Por isso é fácil[...] prever o futuro 129 e completa: não houve um acontecimento importante que não tenha sido previsto” (MAQUIAVEL, 2000, p. 175).

Assim, Maquiavel assume que a história tem como vocação dotar de memória esta nova geração, e por isso mesmo a história faculta a experiência política como já descrevemos, como sugestão procedimentos, ou seja, gerar utopias, projetar um futuro, e que, naquilo que é tão caro a nosso autor, a preservação da liberdade, e mais, o que conservar ao considerar estas coisas. Segundo Burns, “[era] da compreensão de Maquiavel de que a lei e a liberdade tem que realizar seu trabalho em um mundo em conflitos” (BURNS, 1980, p. 182), e conclui:

Nada há de inerte ou inevitável na vida do Estado livre de Maquiavel. O

legislador não descobre, cria Ele nem governa nem sustenta. Se a estrutura da felicidade como Maquiavel a entende, deve ser mantida, então os cidadãos devem fazê-lo, mesmo que seja num mundo tenso e de conflitos. (BURNS, 1980, p. 181).

Mas o que quer Maquiavel afirmar quando fala dos mesmos desejos e as mesmas paixões? Segundo Collingwood

No final da idade média uma das principais tarefas do pensamento europeu era introduzir uma nova orientação nos estudos históricos.

Quando um escritor como Maquiavel, nos princípios do século XVI, exprimiu suas idéias acerca da história, sob a forma de um comentário aos dez primeiros tomos de Tito Lívio, não retomou a concepção de Tito Lívio em relação à história. O homem, para o historiador do renascimento, não era o homem representado pela filosofia antiga [...]

A história, deste modo, tornou-se a história das paixões humanas, consideradas como manifestações necessárias da natureza humana. (COLLINGWOOD, 1989, p. 78).

A história daria a Maquiavel a chance de propor uma interpretação da realidade na qual se devia intervir, uma vez que a história se constrói e o destino é mau. Pela história, pretendia o florentino, influir na história de um povo, e a memória histórica seria sua aliada. É inevitável que as teses maquiavelianas sejam resposta ao seu momento conjuntural, já nos referimos a como Roma e Atenas refletiram as circunstâncias, e Maquiavel insistia que se impor as circunstâncias, controlá-las era possível e desejável.

Embora como tenhamos referido, a idéia de *sentido* para a história seja hostilizada entre diversas tendências historiográficas, a argumentação ainda não se mostrou consistente para, pressupormos uma história sem sentido. Acompanhamos Kahler que a história não se entende apenas como a investigação ou a inquirição do acontecimento, mas a

história é o acontecimento mesmo e não sua investigação.

Levi-Bruhl, citado por Glénisson, afirma que “um fato é histórico quando possui, conjuntamente, as qualidades de um fato do passado e de fato portador de conseqüências” (GLENISSON, 1986, p. 127). Para forjar a história, *conexões* são necessárias, porque repousa no acontecimento algum substrato, e é este, operando as conexões, que há de prover de *coerência* a atividade historiográfica, coerência que não se dá por si mesma, mas demanda ser submetida a uma razão que a compreenda, “é criada como conceito, quer dizer, com significado” (KHALER, 1992, p. 15) e continua:

O que me proponho a demonstrar na continuação é que por em evidência o juízo, como perseguir um significado da história são exigências de princípios. Não há “história”, não há história sem significado.

[Há homens e eventos] que têm dedicado a sua vida ao bem comum, pela constância do seu empenho, pela subordinação de cada detalhe a uma idéia dominante ou a um conjunto congruente de idéias, têm mostrado a vida mesma como um todo coerente, como uma idéia que é válida também para outras vidas, que têm simbolizado a vida do homem, e se têm convertido em signo, e se não feito “significativa”

O significado, pois, é uma indicação de algo que está além da mera existência [...] (KHALER, 1992, p. 16, 17).

Como nos lembra Rabuske, no âmbito da ambiência sócio-existencial o sentido “é aquilo no qual uma vida pode encontrar concretamente uma justificação incessante e como consagração definitiva” e diz mais, “aquilo relativamente ao qual uma vida se perde ou se salva”. Portanto, o sentido é a motivação profunda, que abraça o homem inteiro (RABUSKE, 1986, p. 63), e Khaler completa: “como uma coerência significativa requer uma mente consciente que a conceba, a *história só pode produzir-se e desenvolver-se em*

conexão com a consciência”. (KHALER, 1992, p. 21). Seria também importante neste contexto considerar Jaguaribe, (1983) e seu conceito de conjunto significativo.⁷

Relacionado a isto, sobre o papel da história disse Burns: “Com isso [o papel da história] quero dizer que ele tem que contribuir efetivamente para a nossa experiência humana, tanto quanto essa experiência nos é outorgada historicamente através de documentos preservados de épocas passadas. (BURNS, op. cit, p. 177). A afirmação de Burns não é de compreensão atípica se lembrarmos que não é factível a separação da *experiência* da atividade política, de *qualquer* espécie de pensamento político. Destacamos o qualquer para dizer histórico.

Ora se a ação contida na experiência política do passado esteve inevitavelmente provida de idéias que a justificaram, as idéias retêm para nós significados, daí a sua importância para o historiador, nos homens que encaram situações concretas, situações que constituem o fenômeno histórico dos quais nos apropriamos na expectativa de que nos informe sobre a condição humana. Uma comunidade é uma entidade contínua e sua vida é transmitida entre as gerações.

Assim, para além do irracionalismo contemporâneo, a história que Maquiavel remete à consideração do príncipe e do povo, é a que se dá em conexão com a consciência, que possui uma antropologia e uma filosofia que as engendra, uma cosmovisão, que lhe permite o reconhecimento da situação-realidade. Desta antropologia não estava alheio Maquiavel e nem se distingue mais tarde Dilthey estabelecendo que “na compreensão histórica está em *causa um conhecimento pessoal do que significa sermos humanos*”. (PALMER, 1989, p. 123) (grifo nosso).

Ao interpretar o passado, Maquiavel não ignora que a nossa leitura é o prolongamento de uma interpretação

⁷ Jaguaribe sugere que a organização social se funda sobre uma ordem sistêmica dividida em quatro sub-sistemas. Neste conjunto, o político opera sobre os demais subsistemas e condiciona o conjunto de sua sociedade (JAGUARIBE, 1983, p. 63).

anterior, e a possibilidade de uma interpretação posterior. Propondo um sentido, ele indica simultaneamente que este, no fundo, ainda deve ser descoberto, e o faz a partir das categorias interpretativas, que formam seu próprio aparelhamento intelectual.

A grande questão a perseguir Maquiavel foi seu ponto de partida, antagônico ao convencional, como vimos com Jasmim. Se temos, então, o fato de que a mudança de um sistema explicativo do mundo, implica a mudança da ordem social que o legitima, sendo as cosmovisões o elemento fundante da manutenção do mundo individual e social que se colocam em crise, a história ganha ainda maior preeminência.⁸

Torna-se, portanto inevitável para ler um "novo sistema", especificar tanto quanto possível, quais motivações, baseadas em que valores se apresentam, para analisar as tradições dentro de cada sistema social, e mapear a configuração que assume a ação imaginada, e perguntar ainda, em que medida a ambiência social completa opera como inibidor ou facilitador de tal ação.

O último, porém não menos importante para a teoria política de Maquiavel e sua derivação histórica, é o lugar e função da tradição. A tradição, inclusive a religião, opera na lógica maquiaveliana sobre o exercício do poder, sob a ótica da conservação da ordem, por isso considerava "infeliz, porém, é a cidade que não tendo um legislador sábio, é obrigado a re-estabelecer a ordem em seu seio... porém, a mais infeliz é a que está mais afastada da ordem" (MAQUIAVEL, 2000, p. 23)

Esta tradição, que visava sempre à estabilidade social, tinha como pressuposto que "reformas são sempre perigosas...", e é aí que a tradição deveria operar como princípio didático, sem ênfase no caráter coercitivo sobre as várias **gerações**, na expectativa que se possa adotar as "[...]. **formas que**

podem levar a perfeição" (MAQUIAVEL, 2000, p. 24).

Além disso, a perspectiva sobre a qual opera a concepção de tradição não é estática, pois nela "cada dia os acontecimentos obrigavam a promulgar novas leis... para operar em favor da liberdade" (MAQUIAVEL, 2000, p. 157), novas leis que se fundavam na tradição, e apenas acomodavam conjunturas novas conforme a dinâmica do tempo. Assim, Maquiavel fixa a relação entre liberdade como projeto humano fundamental, como experiência da perfeição, a ser conquistada no olhar sobre a tradição, sobre a história.

Seu fim precípuo era permitir a "conquista dos homens através dos ...atos admiráveis que a história registra... atos mais friamente admirados do que imitados" (MAQUIAVEL, 2000, p. 17) mas que se destinavam a *preservar* a vida idealizada para a sociedade

Considerações finais

Em qualquer história o *texto se vincula ao contexto* de sua elaboração, guarda-se uma *distância limitada do contexto*, e as mudanças do *contexto dependem do texto* produzido, respectivamente. Por isso, as idéias de Maquiavel se afirmam sobre e além do memorialismo e da exemplaridade.

As idéias políticas a que se entrega uma sociedade vão definitivamente influenciar as suas instituições em sua constituição, em seu desenvolvimento; e segundo Prelot "constituem um elemento do devir [...]" (PRELOT, 1964, p. 75). É claro que ao considerar Maquiavel como dotado de uma percepção histórica que engendrou sua teoria política, se considera que na história não transmite idéias senão através de matrizes ao longo da elaboração de uma verdadeira tópica, e que tal fato acontece mais recorrentemente na história política. A expectativa de Maquiavel era que a "consciência social" que se incorpora em nossa consciência individual, pudesse

⁸ Jaguaribe sugere que a organização social se funda sobre uma ordem sistêmica dividida em quatro sub-sistemas. Neste conjunto, o político opera sobre os demais subsistemas e condiciona o conjunto de sua sociedade (JAGUARIBE, 1983, p. 63).

produzir os efeitos naturais de um aumento dos interesses comuns com homogeneidade psicológica, que Basbaum chamava *espírito de época*. (BASBAUM, 1982)

É igualmente óbvio que Maquiavel entendia que a apropriação da história poderia – como ele desejava – ou não trazer uma análise das transformações e adaptações de sistemas ideológicos e de poder do seu ambiente, uma vez que todo sistema de idéias produz verdades transitórias, ou o que consideram verdades, e como os fatos não são

neutros, os sistemas de idéias colore os fatos de “verdades” e sua contra-face, o erro. E aí as rupturas nem sempre são evidentes porque já estão implícitas dialeticamente, como adaptações inevitáveis, as vezes não reconhecidas.

Mas, tão importante como a visibilidade das idéias, concorre, nessa importância, o “invisível”, os fatores que conduzirão a adoção a adaptação e freqüentemente a distorção das matrizes adotadas

Referências

- BANN, Stephen. *As invenções da história. Ensaio sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BAUSBAUM, Leôncio. *Formação da Consciência Social*. Rio de Janeiro: s.e. 1972.
- BIGO, Pierre & AVILA, F. Bastos. *Fé cristã e compromisso social. Elementos para uma reflexão sobre a América Latina a luz da doutrina social da igreja*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política. A lição dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- _____. *O filósofo e a política: Antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- BURNS, J. H. A estrutura da felicidade: o legislador e a condição humana. In: KING, P. *O Estudo da Política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Presença, 1989.
- DUVERGER, Maurice. *Introdução a política*. Lisboa, Estudos Cor, 1970
- FALCON, Francisco. História das Ideias. In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Os domínios da história. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997
- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. São Paulo: UNESP, 2007
- FONTANA, Joseph. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EdUSC, 1998.
- FRIEDRICH, Carl J. *Uma introdução à teoria política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- GLEISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Bertrand, 1986.
- GREAVES, H.R.G. *Fundamentos da teoria política*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1969.
- GUNNEL, John G. *Teoria política*. Brasília: UnB, 1981.
- JAGUARIBE, Hélio. *Introdução ao desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1983.

- JASMIM, Marcelo Gantus. *Racionalidade e história na teoria política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- KHALER, Erich. *Que és lá história?* México: Fundo de Cultura, 1992.
- KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São. Paulo: Perspectiva, 1992.
- Le GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1994.
- MAQUIAVEL, Nicolau B. *O príncipe*. São Paulo: RDT, 2006.
- _____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: UnB, 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme Santos S. *A idéia de revolução no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979
- PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- PRELOT, A. *A ciência política*. São Paulo DIFEL, 1964.
- RABUSKE, Edvino A. *Antropologia filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- RUNCIMAN, W.G. *Ciência social e teoria política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963
- SALDANHA, Nelson. Como construir uma teoria política. *Perspectiva Filosófica*. v 1, nº. 2, jan-jun. 1993. p. 71-82.
- SALDANHA, Nelson. *Da teologia à metodologia*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- SANTOS, João Marcos Leitão. *Maquiavel e a Fenda*. 2008. mimeo.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. da Letras, 1996.
- VEREKER, Charles. *O desenvolvimento da teoria política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

CHARLES DICKENS PARA HISTORIADORES: UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DO MÉTODO INDICIÁRIO

José Benjamim Montenegro¹
Joachin Melo Azevedo Neto²

Resumo: O presente texto tem como escopo construir uma reflexão sobre a presença de uma determinada técnica de composição que está presente nas crônicas de jornalismo literário do escritor inglês Charles Dickens. Ao diluir as fronteiras entre texto e imagem, Dickens elaborou um meticuloso e preciso estilo de interpretação da vida urbana na Londres vitoriana, pautado em uma postura indiciária.

Palavras-Chave: Charles Dickens, escrita, método indiciário

Abstract: This paper has the objective to build a reflection on the presence of a particular technique of composition that is present in the chronicles of literary journalism of the English writer Charles Dickens. When you blur the boundaries between text and image, Dickens produced a meticulous and precise style of interpretation of urban life in Victorian London, based on an evidentiary posture.

Keywords: Charles Dickens, writing, method evidentiary

Sabe-se que as discussões em torno do método indiciário já não são nenhuma novidade para historiadores ou estudiosos da literatura em geral. Porém, o leque de possibilidades aberto pela temática ainda suscita inúmeros questionamentos e possibilidades de boas reflexões. Com base nessa constatação, a intenção desse texto não é discutir as representações elaboradas pelo escritor Charles Dickens da Londres vitoriana. O que está em pauta é colocar em cena a possibilidade de se pensar em um Dickens comprometido com um determinado método de interpretação da

metrópole onde viveu. Ao construir um estilo criativo e astucioso que visava capturar, assim como fazem os fotógrafos por trás das câmeras, a luminosidade, as sombras e os contornos da vida em uma grande cidade, a literatura de Dickens pode auxiliar, de várias formas, os historiadores em seu ofício.

Além do diálogo entre história e literatura, propomos aqui também adentrar no território da interculturalidade das artes para cotejar as relações entre escrita e imagem. Esse diálogo entre diferentes campos das artes tem suscitado posicionamentos interessantes. Dentro dessa discussão, um exemplo proveitoso seria o ensaio "Regimes representativos da modernidade", de Karl Erik Schøllhammer. No citado texto, o autor aponta para várias questões pertinentes, entre elas o fato de críticos como Wellek e Warren, em *Theory of literature*, na década de 1950, terem refutado as comparações interartísticas alegando que as artes plásticas, literárias e musicais são singulares. Schøllhammer vai de encontro a esse posicionamento teórico e coloca em pauta a atualidade das discussões que versam sobre os elementos pitorescos e expositivos da literatura e os elementos retóricos ou narrativos da pintura.

A postura de Schøllhammer se aproxima da adotada por Thomas Mitchell, que em 1980, se contrapôs a Deleuze ao postular que os meios de comunicação – dentro de uma concepção ampla do termo – são meios mistos. A concepção purista que dissocia texto e imagem é utópica. Falar que as artes possuem significado apenas dentro de seu próprio regime estético já é, por si, uma concepção socialmente condicionada. De acordo com o Schøllhammer (2007, p. 17) "*nenhum signo artístico se apresenta como puramente verbal nem como puramente visual*". Por essas e outras razões, nosso presente está propício para a incursão de estudiosos da literatura no campo da

¹ Doutor em História pela UFPB – Professor Adjunto de História da UFCG

² Doutorando em História Cultural pela UFSC – Bolsista pela CAPES

³ Dentro desses pressupostos, pode-se concluir que o mundo dos objetos não se limita apenas ao que é enquadrado pelo artista. A representação está longe de comportar apenas em si seus próprios significados. A representação é uma centelha de luz lançada pelo artista ou narrador em torno da turbulenta realidade que nos cerca e a imagem já não pode mais ser tratada como uma mera ilustração da palavra ou o texto como uma explicação da imagem.

história da arte. Atualmente, pode-se constatar uma verdadeira eclosão de pesquisas interculturais que diluem as fronteiras entre os conceitos de visão e olhar; discurso e figuração.

Outra postura metodológica que considero interessante é inserir a literatura em contextos documentais mais vastos. Em *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*, o historiador italiano Carlo Ginzburg traçou uma genuína discussão sobre a influência que pinturas verossímeis, como o *Retrato de um cartuxo*, de Petrus Christus e os escritos satíricos de Luciano de Samósata inspiraram os efeitos de realidade usados por Thomas More na composição da *Utopia*. Mesmo jogando com inversões de valores aparentemente absurdas, presentes na descrição de um reino distante no qual a propriedade privada havia sido abolida, More elaborou um diagnóstico sobre a Inglaterra, de sua época, que pode ter influenciado no desfecho das guerras camponesas da Alemanha do começo do século XVI.

A principal hipótese levantada por Ginzburg consiste na ideia de que, ao buscar referências na pintura e em obras filosóficas da Grécia clássica, como a *República*, de Platão, Thomas More se valeu de uma fábula "para tornar mais atraente a verdade que queria transmitir aos leitores" (GINZBURG, 2004 : 28). Ainda seguindo o raciocínio desse historiador:

As intenções explícitas – ou quase – de More são claras. Mas tentar compreender o significado do livro que ele escreveu é questão mais complicada. Por que More decidiu declarar suas próprias intenções de maneira tão tortuosa? A ficção brincalhona encenada por More e seus amigos era um mero expediente literário, ou algo de mais sério? (GINZBURG, p. 29)

Dando vazão ao potencial desse questionamento e as suas inúmeras possibilidades, a literatura pode ser

interpretada por meio de pontes, aparentemente, anacrônicas e submetida a análises comparativas com outras expressões estéticas. Essa postura pode conduzir o estudioso a uma compreensão nada convencional de um escrito literário. Estes são apenas dois proveitosos exemplos de como transitar por uma interpretação que busque compreender as artes em suas multiplicidades mais do que nas suas singularidades.

A noção de singularidade parece ter sido recebida de forma bastante distorcida entre alguns historiadores e estudiosos da cultura brasileiros. A ideia de que ao contextualizar e interpretar as particularidades de seu objeto de estudo pode levar a uma anulação do que existe de único nesse objeto é confusa e acaba por pregar uma postura irracionalista bastante inócua. Nenhum sujeito ou discurso histórico está apartado ou pode ser separado dos contextos mais vastos que o cercam. Em suma, as linguagens ou os sujeitos não podem ser retirados arbitrariamente das condições sociais e culturais que favoreceram seu desenvolvimento. Prezar por essa diretriz é buscar encontrar conexões e dialogismo até nos fenômenos artísticos mais particulares.

Sem mais delongas, trazemos para esse debate a escrita do literato que motivou essas considerações. Teria Charles Dickens algo a dizer para algum estudioso da história literária, situado a mais de um século de distância, que usa a literatura como fonte? Passemos a palavra para o próprio autor britânico:

Talvez daqui a algum tempo, um arqueólogo de uma outra geração, observando alguns dos registros embolorados a respeito das disputas e paixões que agitaram o mundo nessa época, acabe pousando os olhos sobre estas páginas que acabamos de escrever. E mesmo com todo conhecimento de história e passado, não será a erudição em letras de fôrma, nem a habilidade em colecionar livros, nem os áridos

estudos de uma vida inteira, muitos menos os volumes empoeirados pelos quais pagou uma fortuna que o ajudarão a se aproximar do Scotland Yard e de outros pontos que mencionamos ao descrevê-lo. (DICKENS, 2003 : 99-100)

A crônica "O Scotland Yard"⁴ foi publicada, inicialmente, no periódico inglês *Morning Chronicle*, em começo de outubro de 1836. Dickens estava, até então, com 24 anos de idade e já apresentava bastante habilidade para ironizar as torpes vaidades intelectuais de seus leitores. Poderia essa postura praticamente profética, alicerçada na consciência de que sua escrita possuía uma aura de testemunho histórico, estar embasada apenas em uma mera estratégia retórica? Concordar com essa interrogação seria empobrecer a discussão antes mesmo de começá-la.

O jovem Dickens acreditava piamente que seus textos sobre o dia-a-dia na Londres vitoriana iriam despertar o interesse de estudiosos do passado. Sua literatura captou os ritmos e os matizes do cotidiano urbano. Um leitor mais impaciente poderia considerar essas convicções impróprias para um criador de ficções. Talvez até fossem, porém existem várias afirmações do literato que confirmam sua obsessão em relação à elaboração de relatos os mais verossímeis possíveis.

Em *Repesálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*, o historiador Peter Gay salienta que por mais que esses escritores, cada um a seu modo, tenham representado situações plausíveis, se valeram da criatividade própria das artes. Constatar esse fato não significa que a literatura deixe de ser uma grandiosa fonte de conhecimento de costumes situados em uma determinada temporalidade. Para Peter Gay, não é que os escritores imprimiram no papel a realidade, mas ao criarem personagens maliciosos, ridicularizarem as pretensões

burguesas e representarem preconceitos de classe, a ficção acaba dando acesso aos valores de uma época. O método desenvolvido por Peter Gay para interpretar a escrita de Dickens como fonte histórica foi inserir a literatura do londrino no contexto político e literário de seu tempo, enfatizando também o autor como ator histórico.

O Charles Dickens analisado por Peter Gay é o da fase madura, com 42 anos. A principal obra discutida pelo historiador é *Casa sombria*, publicada em 1854. Trata-se de uma narrativa dramática na qual vários personagens morrem de formas trágicas e inusitadas. Por exemplo, o personagem Krook, proprietário grosseiro e mesquinho de uma loja empoeirada de sucata, morre em decorrência de uma combustão espontânea. Ao rebater as críticas que recebeu, Dickens alegou ter investigado o assunto e listado mais de trinta casos desse fenômeno que efetivamente aconteceram. Recorrendo a uma situação aparentemente absurda, Dickens "*queria que todos soubessem que tinha a realidade firmemente presa as mãos*" (GAY, 2010 : 32).

Confrontando testemunhos, incursões biográficas e a trama de *Casa sombria*, Peter Gay sugere que os personagens do citado romance foram construídos com base em experiências vivenciadas ornadas pelo estilo característico do escritor. O Dickens de *Casa sombria* foi um ferrenho crítico do descaso com o qual os órfãos londrinos eram tratados e um carrasco dos funcionários públicos, que costumavam externar publicamente sua indignação em relação às caricaturas que o literato pintou deles. Nesta obra, em particular, Dickens hostilizou tanto as instituições oficiais britânicas a ponto de ser chamado de anarquista zangado pelo parlamentar George Ford.⁵

Ainda segundo Peter Gay (op. cit. : 50), "*Dickens raramente revelava as fontes de seus personagens na vida real*". A hipótese que sustentamos é que a

⁴ Conforme adverte Marcello Rollemberg, tradutor da versão em português de Retratos londrinos, o nome da crônica é uma referência a uma localidade nobre da capital britânica. A famosa polícia inglesa que leva o mesmo nome ficou assim conhecida porque sua primeira sede estava localizada nesta área da cidade.

⁵ Nutrindo opiniões reformistas, Dickens, além de escrever um grande romance, construiu uma imagem fidedigna das tramas políticas e das pessoas que estavam imersas na mediania e mesquinhez. Com certeza, o literato estava mais do que atento para a fauna social que compunha a vida urbana na Londres da metade do século XIX.

leitura do jornalismo literário do escritor, exercido no início de sua carreira enquanto homem de letras, é a principal chave para se compreender as implicações cognitivas do realismo do autor de *As aventuras de Oliver Twist*. Teria Dickens, jovem jornalista ou romancista maduro, um método que embasava a sua arte? Na crônica "Reflexões em Monmouth Street", datada de setembro de 1836, ao descrever os aspectos de uma das ruas mais populares para a compra de roupas usadas em Londres, Dickens afirma ser possível visualizar os antigos donos das vestimentas a partir da interpretação das marcas de uso presentes nessas vestes. Para o escritor, "ajustando um paletó falecido, depois, um par de calças moribundo e, logo mais, os restos mortais de um vistoso colete" e graças a uma boa dose de criatividade é possível visualizar, "(...) do próprio corte da roupa, (...) seu antigo proprietário diante de nossos olhos" (DICKENS, op. cit. : 102).

Vejamos como Dickens aplica esse conhecimento indiciário a partir dos sinais que os usos e o tempo deixaram em um traje infantil, exposto nas vitrines dessa rua repleta de brechós:

As calças eram presas diretamente no paletó, o que dava a impressão de que as pernas do garoto estariam "enganchadas" logo abaixo de suas axilas. Essa era a roupa do garoto. Tinha pertencido a um jovem da cidade, dava bem para se ver, já que havia pequenos detalhes a esse respeito tanto nas pernas quanto nos braços do traje. A parte dos joelhos estava protegida com pedaços de estopa, uma característica dos garotos que crescem nas ruas de Londres. Evidentemente, ele não deve ter frequentado muito a escola. Se tivesse sido um aluno contumaz, não o deixariam brincar tanto ajoelhado no chão a ponto de esfregar as calças até deixá-las rotas. Ele teve também uma mãe bem tolerante e desleixada, como indicavam as inúmeras

manchas de gordura nos bolsos e na altura do pescoço, que nem toda a habilidade do vendedor havia conseguido remover com sucesso. Eram pessoas dignas, mas longe de serem abastadas. Senão, ele não teria de aumentar tanto a roupa á medida que crescia, tendo de completar o paletó com pedaços de veludo. De qualquer forma, ele aprendeu a escrever – e com tinta preta, se é que o lugar no qual ele costumava limpar a caneta pode servir de evidência. (DICKENS, op. cit. : 105)

Em um ensaio publicado no Brasil, em 1989, na obra *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, Carlo Ginzburg já havia falado sobre a importância de um modelo de deduções baseado em uma postura detetivesca que estavam norteando suas pesquisas. De modo geral, o historiador italiano explica como Arthur Conan Doyle, criador do famoso personagem Sherlock Holmes; o crítico de arte italiano Giovanni Morelli e o psicanalista Freud aperfeiçoaram uma espécie de conhecimento indiciário, guiado pelas interpretações de pistas, sinais pictóricos e do subconsciente, que poderia proporcionar a compreensão de experiências que não foram presenciadas diretamente por um pesquisador ou interlocutor.⁶

De forma semelhante ao médico, que emite diagnósticos sobre a saúde do paciente a partir da análise dos sintomas que este apresenta, o estudioso das Ciências Humanas conseguiria acessar contextos culturais e sociais mais vastos dependendo da forma como interrogasse os discursos, pinturas, escrituras e outros sinais que investiga. A proposta de Ginzburg é que o historiador, ao se deparar com suas fontes, realize uma leitura atenta, voltada para detalhes e conexões que passam despercebidas para a maioria dos leitores. Trata-se de uma leitura do tipo nada convencional.

Carlo Ginzburg sugere que o conto *Zadig*, de Voltaire, está no rol das principais influências de Conan Doyle

⁶ Assim como o conhecimento do médico, o conhecimento histórico é indireto e conjectural. A literatura ressignificou o conhecimento indiciário. Ao longo do século XX, o privilégio dado ao estudo das formas da linguagem, nas Ciências Humanas, revela que a face semiótica do conhecimento indiciário – a decifração dos signos – foi muito bem recepcionada como procedimento metodológico.

enquanto um dos fundadores da literatura policial. Evidentemente, essa afinidade é mais do que concreta. Porém, chama a atenção o fato de que nas cartas e escritos autobiográficos do criador de Sherlock Holmes, não existe nenhuma menção ao escritos do iluminista francês ou ao citado conto. Talvez, Doyle não fosse muito fadado a mencionar frequentemente seus cânones.

Já no tocante a Dickens temos algumas confissões de Doyle, no mínimo, interessantes. Ao mencionar algumas lembranças da infância, o escritor relembra dos açoitados que um professor destinou a ele e alguns colegas da *Edinburgh School*. Um patife que poderia ter saído das páginas de Dickens, segundo o romancista que, naquela fase áspera da vida, buscava conforto nas leituras do autor de *Tempos difíceis*.⁷

Em uma carta para Charlotte Drummond, não datada, mas que, segundo a organização da edição norte-americana de *A life in letters*, provavelmente tenha sido escrita em 1882, Doyle (2008: 177) admite mais explicitamente sua dívida com Dickens. Ao fazer muitas referências em relação às dificuldades financeiras que enfrentou, quando acabou de se graduar em medicina, período no qual respondeu até a um anúncio para prestar serviços veterinários, o criador de Sherlock Holmes explica que, nessa época, almejava construir fotografias literárias nas quais cinco ou seis influências disputavam a precisão de seu estilo. Entre as principais dessas influências estava, decididamente, a literatura de Dickens.⁸

O que sugiro aqui é que essa noção de fotografia narrativa não é mencionada casualmente. Esse método de escrita baseava-se, sobretudo, na descrição de detalhes dos cenários e dos personagens que ocupam esses espaços. As luzes, os sons, as sombras, o clima, a arquitetura, os comportamentos, traços psicológicos, as vestimentas e até o ritmo da cena também são evocados pelo autor para

transmitir ao leitor a sensação de que este, ao ler as crônicas, estaria segurando um legítimo retrato do cotidiano londrino.

Em abril de 1835, na crônica "Um esboço parlamentar", Dickens se vale mais uma vez do estilo fotográfico para inserir seu leitor no universo burlesco dos políticos ingleses. As experiências que gestaram um Dickens extremamente ácido no que condiz com essa realidade foram vivenciadas no começo de sua carreira enquanto jornalista. O escritor era o correspondente do Parlamento inglês no periódico *Evening Chronicle* e a partir das observações que traçou já se pode notar a presença do "anarquista zangado", de *Casa sombria*. Eis o parlamento vitoriano, sob a lente de Dickens:

Agora, dê uma olhada a sua volta. O corpo principal da Câmara e as galerias laterais estão repletos de parlamentares. Alguns apóiam as pernas na cadeira da frente. Outros esticam-nas o mais que podem no chão enquanto estão sentados. Alguns estão indo embora, outros chegando. Todos conversam, riem, perambulam, tosem, impressionam-se, fazem questionamentos ou roncam. Eles representam uma reunião de barulho e confusão que não pode ser encontrada em nenhum outro lugar no mundo, nem mesmo em uma feira superlotada ou numa gloriosa rinha de galos. (DICKENS, op. cit. : 190-1)

Neste sentido, tal qual o fotógrafo, Dickens cria uma segunda realidade a partir do real. Uma realidade construída e codificada de acordo com suas impressões. Ao direcionar o foco da narrativa sobre o parlamento para um assunto e dar a impressão de congelamento de uma cena através da escrita, o escritor realiza uma manipulação de detalhes e temas de modo a produzir uma verdadeira imagem. Essas reflexões foram levadas a cabo por Boris Kossoy, em *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Porém,

⁸ Segue a transcrição do texto original em inglês: "My work was a sort of debased composite photograph in which five or six different styles were contending for mastery. Stevenson was a strong influence; so was Bret Harte; so was Dickens; so were several others... For ten years I wrote short stories; roughly, from 1877 to 1887. During that time I do not think that I earned £50 in any year by my pen through I worked incessantly" (DOYLE, 2008, p. 177).

segundo Kossoy, existe uma hierarquia nítida entre literatura e fotografia em termos de representação e reconfiguração do real, pois "*diferentemente da criação literária, a fotografia pode fornecer 'provas' de uma realidade que se pretende mostrar*" e adquirir a função de testemunho, sujeito a inúmeras finalidades e interpretações, "*ao longo de sua trajetória documental*" (KOSSOY, 2000 : 76).

A postura que adoto aqui é que essa hierarquia deve ser dissipada. Um escritor como Dickens demonstra que as fronteiras entre imagem e literatura podem ser habilmente borradas. Também é preciso salientar que existem inúmeras formas e conceitos de literatura. A noção de testemunho literário e sua imensa riqueza cognitiva já foi explorada por estudiosos da cultura de diferentes orientações teóricas. Basta lembrar a magistral obra *Cultura e imperialismo*, de Edward Said. Ao buscar pelas íntimas conexões entre práticas como a escravidão, a opressão racial e o colonialismo com a poesia, a ficção e a filosofia das sociedades europeias, no século XIX, Said (1995 : 23) enfatiza o quanto a literatura é indispensável como testemunho porque "*a cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica*".

Duas crônicas de Dickens, em *Retratos londrinos*, podem ser lidas como índices dessa relação entre a literatura e o colonialismo. Em "O cura, a velha senhora e o capitão reformado", o escritor ironiza o pároco do bairro que profere discursos em reuniões de sociedades antiescravistas em troca de generosos presentes; já na crônica "O orador de salão", um acalorado debate entre um líder abolicionista e um cético é narrado por Dickens. O cerne do texto reside em transmitir a ideia, para o leitor, de que o comportamento dos antiescravistas era demagogo. Quando esses cavalheiros ingleses resumiam sua atuação política a uma questão de oratória pública, para Dickens (op. cit. :

267) eram eles os próprios responsáveis "*(...) por um imenso dano a própria causa, não importa quão boa ela seja*".

Esse posicionamento até certo ponto reticente de Dickens converge sim para uma ótica de mundo na qual a dimensão catastrófica do imperialismo acaba sendo relativizada. George Orwell escreveu um famoso ensaio sobre Dickens publicado em 1940, sob o título *Inside the whale and other essays*. No citado texto, Orwell rebate as leituras marxistas que foram realizadas em torno da obra do seu compatriota. Certamente, o texto de Orwell, assim como o de Peter Gay, considera a literatura de Dickens um artefato carregado de teor subversivo e não conservador. Porém, Orwell é muito categórico ao afirmar que Dickens não foi um intelectual "revolucionário" e sim um fino moralista.

Segundo o autor de 1984, Dickens dotou sua escrita de ressonâncias autobiográficas e seu universo literário partilha da mentalidade da baixa burguesia urbana londrina, para a qual o mundo dos poderosos é regido por condutas perversas e a realidade dos trabalhadores de baixa renda é pitoresca. Nesse sentido, Orwell privilegia o Dickens das novelas e preocupado em compreender a relação humana com o poder, mas esquece de que o Dickens cronista da vida urbana é igualmente importante.

Voltando ao questionamento suscitado no começo desse artigo, buscamos elaborar até aqui um mapeamento da presença do conhecimento indiciário na literatura do autor de *Retratos londrinos*. E no tocante ao campo da historiografia? Quais as reverberações contemporâneas desse método em termos de escrita da história? Recentemente, o filósofo francês Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*, realizou um deslocamento em direção aos debates entre pensadores antigos, como Platão e Aristóteles, em torno do conceito de lembrança, esquecimento e das patologias

provocadas pelo excesso da memória. A historiografia contemporânea é herdeira desses dilemas na medida em que a memória é constantemente acionada como um paliativo que auxilie a cicatrizar os ferimentos abertos pela violência física e simbólica exercida contra o outro ao longo da saga dos imperialismos, escravismos, guerras, totalitarismos e genocídios que margeiam a história ocidental.

Na medida em que o trabalho dos estudiosos das artes se baseia no uso dos rastros e dos testemunhos do passado, na confrontação entre diversas fontes – como a pintura, a literatura, entrevistas e outras fontes – no levantamento de hipóteses, bem como em toda uma bateria de suspeitas que são dirigidos para a fala da testemunha e dos documentos encontrados nos arquivos entra em cena a questão da confiabilidade – um ato ético – que irá auxiliar historiadores, críticos e filósofos a compreender as narrativas do outro em suas singularidades, mas também em suas multiplicidades. O documento, interpretado como rastro a ser decifrado induz o pesquisador a uma forma de conhecimento indireto do passado. De acordo com Ricoeur, a maior contribuição fornecida pelo historiador Carlo Ginzburg para esse complexo debate, que dilui as fronteiras entre teoria e metodologia da história, consistiu em aproximar as noções de indício e testemunho:

O benefício da contribuição de C. Ginzburg é então o de estabelecer uma dialética do indício e do testemunho no interior da noção de rastro e de, assim, dar ao conceito de documento toda sua envergadura. Ao mesmo tempo, a relação de complementaridade entre testemunho

e indício vem inscrever-se no círculo da coerência externa que estrutura a prova documental.

De um lado, com efeito, a noção de rastro pode ser lida como a raiz comum ao testemunho e ao indício. (RICOEUR, 2007 : 185)

Essa outra menção às reflexões de Carlo Ginzburg sobre o paradigma indiciário são necessárias na medida em que esse historiador é um dos principais interlocutores contemporâneos dessa postura que aproxima o trabalho do historiador com a postura detetivesca, tão intrínseca aos protagonistas das narrativas policiais do século XIX. Seja com Charles Dickens ou, de forma mais elaborada empiricamente, Ginzburg aprendemos que a literatura e a fotografia podem ser interrogadas como fontes colocadas em constante diálogo, pelo pesquisador, ao invés de dissociadas e hierarquizadas. Ainda mais se tratando da compreensão de obras de escritores que almejaram desenvolver uma forma de criar narrativas fotográficas.

Embora Dickens tenha respirado da atmosfera intoxicada pelo etnocentrismo inglês – por isso não escapou das análises criteriosas de Edward Said – os estudiosos do passado podem ser auxiliados de inúmeras formas, em seu ofício, se estiverem dispostos a compreender melhor como as artes configuram esse método que embaralha as noções de técnica e magia e dele se apropriarem, deixando de lado o ranço iluminista: esse caquético legado das tentativas frustradas que visaram equiparar a interpretação do humano com os esquemas lógicos das ciências naturais.

Referências:

DOYLE, Arthur Conan. *A life in letters*. Edited by Jon Lellenberg, Daniel Stashower & Charles Foley. New York: The Penguin Press, 2008.

DICKENS, Charles. *Retratos londrinos*. Tradução de Marcelo Rollemberg. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

GAY, Peter. *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. Tradução Federico Corotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ORWELL, George. Charles Dickens. In: *Inside the whale and other essays*. London: Print-run, 1940.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François {et. al.}. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. *Além do visível: o olhar da literatura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 2ª. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DE REPRESENTAÇÃO E ENTRELACEMENTOS POLÍTICOS: RELIGIOSIDADE E JOGOS DE PODER DO VIGÁRIO ANTÔNIO SOARES BARBOSA NA CAPITANIA REAL DA PARAHYBA (1766-1785)¹

Muriel Oliveira Diniz²

Resumo

Destarte, da necessidade de elencar previamente algumas informações a respeito das tramas políticas do vigário Antônio Soares Barbosa, o presente artigo versa sobre a relação entre Igreja e Estado, sobre a possibilidade de simbiose entre os poderes religioso e político na Capitania Real da Parahyba nos setecentos. Assim sendo, problematizar a respeito de como na prática, efetivavam-se as imbricações entre tais poderes, de como esses amálgamas podiam ocasionar conflitos políticos, constitui-se o objeto de estudo. De tal reflexão, enredada pelos jogos de influência de Soares Barbosa, (que se faz importante uma compreensão, num primeiro momento, da categoria analítica de *representação*), é criteriosa uma análise da administração colonial, a qual é referenciada nas discussões metodológicas da Micro-história e teóricas da Nova História Política.

Abstract

Destarte, da necessidade de elencar previamente algumas informações a respeito das tramas políticas do vigário Antônio Soares Barbosa, o presente artigo versa sobre a relação entre Igreja e Estado, sobre a possibilidade de simbiose entre os poderes religioso e político na Capitania Real da Parahyba nos setecentos. Assim sendo, problematizar a respeito de como na prática, efetivavam-se as imbricações entre tais poderes, de como esses amálgamas podiam ocasionar conflitos políticos, constitui-se o objeto de estudo.

De tal reflexão, enredada pelos jogos de influência de Soares Barbosa, (que se faz importante uma compreensão, num primeiro momento, da categoria analítica de *representação*), é criteriosa uma análise da administração colonial, a qual é referenciada nas discussões metodológicas da Micro-história e teóricas da Nova História Política.

Introdução:

Na tessitura de um enredo introdutório: as tramas políticas de Antônio Soares Barbosa

Logo no princípio que tomei posse deste governo que Sua Majestade se dignou em confiar-me, pretendeu o dito vigário desta cidade destronar-me, pois concedendo-me o uso da cadeira no arco da capela mor da Matriz praticado com meus antecessores, como comprova a sua própria atestação junta depois o negou, e persuardiu com paixão notória a todos os Prelados das Religiões, me não permitissem.

Jerônimo José de Melo e Castro
Governador da capitania da Paraíba,
1766.³

Era o ano de 1766 de Nosso Senhor Jesus Cristo. O então governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro, enviou ao Conselho Ultramarino ofício em denúncia contra o vigário da cidade da Paraíba, Antônio Soares Barbosa. Da proibição a Melo e Castro em se sentar na cadeira do arco da capela mor da matriz da Igreja de Nossa Senhora das Neves, o referido padre secular confrontou a autoridade civil a quem que devia obediência e respeito, conforme regia o sistema do Padroado⁴. Ora, enquanto dois gestores do projeto luso, Igreja e Estado amalgamados por vezes e em diversas ocasiões, deviam primar pela efetivação das prerrogativas de El Rei: colonização dos corpos e das almas. Entretanto, nesse caso, tal relação na Capitania Real da Parahyba foi

¹ O recorte temporal, é condicionado pelas informações encontradas nos processos jurídico-administrativos do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), avulsos tanto ascendentes quanto descendentes, referentes tanto à capitania da Paraíba quanto de Pernambuco, digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, disponíveis no Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR) da Unidade de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande.

² Mestranda pelo Programa de Pós Graduação de História da UFCG

³ OFÍCIO do governador da Paraíba Jerônimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1766, julho, 16, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1798.

⁴ Idem, ibidem.

conflituosa, ocasionando desestabilidades em seu ordenamento.

Antônio Soares Barbosa, vigário de Igarassú, Pernambuco, desde 1741, fora transferido para a Paraíba em 1750. No entanto, anterior a isso já mantinha relações com outros governadores paraibanos, como é o caso de Antonio Borges da Fonseca – que administrou a capitania de 1745 a 1748–, e nutriu uma amizade⁵ e, de Luiz Antonio de Lemos de Brito, gestor de 1753 a 1757, que ao contrário deste, entrou por inúmeras ocasiões, em desavenças (Pinto, 1977: 148). De acordo com Melo e Castro, as diferenciações de tratamento se processavam conforme a possibilidade ou a restrição de aumento de poder político. Pois bem, ao invés de pregar pelo desapego aos interesses no campo político dos homens “comuns”, as tramas e jogos de influência de Soares Barbosa fizeram com que ele fosse removido para Olinda a 2 de junho de 1767, afastado assim de seu vicariato⁶.

Todavia, apesar do afastamento, as transgressões religiosas⁷ e os comportamentos/intrigas do vigário continuaram a afrontar a autoridade governamental até o ano de 1785, quando de seu retorno à Paraíba e disposição a obedecer (segundo os escritos documentais) a seus superiores. Intrigas fomentadas por um rol de “sócios” de Soares Barbosa, ensejavam a promoção de discórdias entre Melo e Castro e o governo de Pernambuco, que devido ao período de anexação – 1755 a 1799 –, detinha o controle das instâncias política, econômica e religiosa paraibana. A fim de “ridicularizar” a administração desta (capitania) perante membros daquela, o vigário incentivou o padre Antonio Bandeira de Melo que:

(...) que chegando logo aessa Praça tomasse vossamerce algo vomitorio para alimpar o estomago, porem como menão não falta nesta materia entendo que o remedio tem feito pouca obra: estimarey que daqui por diante tenha mais efficacia, eque vossamerce mediado todas as

circunstancias alcance perfeita melhora (Grifo meu).⁸

A partir do trecho dessa carta escrita por Soares Barbosa, datada de 2 de junho de 1766, o referido padre Bandeira de Melo foi designado por Melo e Castro de “vomitário” das tiranias, heresias, insultos para depreciá-lo em público. Endossa a trama política entre o secular portador de um “*luciferino espírito*” e o governador paraibano, a acusação deste, da maquinação do seu assassinato e o de seu secretário José Pinto Coelho, pelos ditos cúmplices do vigário, a seu mando.

Segundo Melo e Castro, o religioso cooperou para o atentado que sofrera, no qual “*Prendendose casualmente o cabra Constantino escravo doreferido Padre Antonio Bandeira confesiou geminadamente quesua senhora moça Dona Quitéria Bandeira de Mello irmã do dito Padre, lheordenara mematasse, eaomeu secretario (...)*”⁹. No referido documento, é posto em evidência a participação de Dona Quitéria, amiga e posteriormente tida por amante do vigário, na medida em que quando da época da remoção do vigário, havia jurado publicamente que o restituíria a sua residência e, no momento que tomou conhecimento da prisão do cativo de sua família, fugiu para Pernambuco em busca de amparo do mesmo, não o conseguindo, foi considerada culpada e presa. Apenas após quase uma década é que Quitéria Bandeira de Melo foi solta¹⁰.

De religiosos, autoridades civis, mulher e escravo envolvidos na trama de Soares Barbosa, seus acordos políticos com o governo pernambucano fizeram com que sua relação com Melo e Castro fosse conturbada. Autorizado pelo gabinete de Pernambuco a atuar no campo político da Paraíba, confrontou assim, a autoridade de seu governador. Das ações desse teor, as dissensões já existentes entre os governos foram

⁵ OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1768, julho, 25, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1842.

⁶ OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 1785, maio, 6, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 29, D. 2144.

⁷ Segundo o bispo Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima, Antônio Soares quando da ocasião em que mandado, pelo bispo frei Luis de Santa Teresa, retirar-se em Alagoas ou Penedo (Rio Grande) visto que em Recife continuava a perturbar o governo parahybano, desacatou e transgrediu as ordens de seu superior.

⁸ OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1768, julho, 25, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1842.

⁹ CARTA do governador da Paraíba, o brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao rei D. José I. 1770, fevereiro, 10. Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1873.

¹⁰ REQUERIMENTO de Quitéria Bandeira de Melo, à rainha [D. Maria I]. [ant. 1778, maio, 22, Paraíba]. AHU_ACL_CU_014, Cx. 26, D. 2008.

endossadas¹¹, haja vista que em busca de ascensão sócio-política, o padre secular teceu uma rede de influências que desencadeou uma série de desordens, conflitos que iam de encontro à intencionalidade do projeto colonizador pautado da interpenetração do religioso ao secular, de forma harmoniosa.

I. Sobre representação e/ou religião enquanto guia das ações de Soares Barbosa

A religião está inscrita no sistema de representação do mundo que constrói a sociedade, humana. Enquanto a produção do homem, a sociedade em contrapartida, o produz. Num processo dialético, conforme alude o sociólogo austro-americano Peter Berger (1985), a edificação da sociedade se procede em três momentos: a exteriorização (produção do mundo humano/ cultural, material e simbólica, pelo homem), a objetivação (os produtos dessa atividade do homem, são dotados de uma realidade, exterior e distinta dele, compartilhados com as outras pessoas e, existentes fora de sua consciência) e interiorização (reapropriação desses produtos objetivados pela consciência subjetiva). O homem como participante, apropria-se ativamente do mundo social. Este, por sua vez é ordenado, organizado, dotado de sentidos, significados: é cultural (GEERTZ, 2008).

A religião é entendida, assim, enquanto manifestação cultural. Qualifica o mundo como sagrado, transcendente e inclusivo do homem. Uma expressão de legitimidade, explicação, justificação da realidade, manutenção do mundo. No período histórico desse estudo, esse caráter da religião é significativo, haja vista que na Cristandade colonial, os valores culturais eram permeados pela religião, católica¹². Como atenta Berger, "A religião legítima as instituições infundido-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e

cósmico" (BERGER, 1985, p. 46)(grifo meu). Aqui, a Igreja e o Estado luso, unidos que estavam pela instituição do Padroado (questão abordada mais adiante), validavam suas ações numa simbologia religiosa: a colonização dos corpos e almas.

Antônio Soares Barbosa, vigário colado da igreja matriz Nossa Senhora das Neves desde 1750, localizada na capitania da Paraíba, é oriundo de um lugar institucional bem definido: a Igreja Católica. De caráter religioso, a Igreja também é dotada de força ideológica. Nessa perspectiva, apesar de não ser uma instituição eminentemente política, é portadora de uma doutrina, de uma mensagem política, haja vista que contribui ideologicamente em termos de inspiração, estimulação, animação (BOFF, 1978). Ora, de acordo com Louis Althusser, relido por Stuart Hall, a ideologia é uma prática, surgida em práticas sociais dentro dos rituais dos aparelhos, instituições sociais ou organizações específicas. Elas, pois existem inúmeras, "(...) constituem estruturas de pensamento e avaliação do mundo – as "idéias" que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que devem fazer (HALL, 2003, p. 163).

É dentro dos sistemas de representação da cultura e através deles que o homem "experimenta o mundo": a experiência é o produto de seus códigos de inteligibilidade, de seus esquemas de interpretação. A compreensão do lugar social do referido vigário, faz-se importante para o entendimento de suas práticas políticas. Pois bem, Soares Barbosa ocupava um lugar na sociedade da América Portuguesa, em espaços do nordeste colonial. Parte de uma elite, a da "cura das almas", a citar a expressão citada por Antônio Manuel Hespanha (2005, p. 42), suas práticas foram condicionadas pela instituição a qual pertencia. Seu pertencimento, os sistemas simbólicos eram apropriados

¹¹ Conforme elucida Kalene Alves Souza, Melo e Castro enviou inúmeras queixas ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ressaltando que fora impedido de sua jurisdição: do provimento das tropas de ordenanças e de auxiliares, ou seja, das nomeações dos oficiais inferiores como elucidava a ordem régia (2008: 08).

¹² Nessa linha interpretativa, não se desconsidera a existência de outras crenças, formações culturais, etnias dos inúmeros grupos humanos que estiveram em contato na América Portuguesa.

para ele interpretar, experimentar, dar sentido as condições de sua existência.

As teorias da representação social (de caráter interdisciplinar), principalmente as contribuições do psicólogo social Serge Moscovici, focam o estudo das teorias do senso comum, de "(...) origem nas práticas sociais e diversidades grupais cujas funções é dar sentido à realidade social, produzir identidades, organizar as comunicações e orientar condutas" (SANTOS, 2005, p. 22). Numa mediação entre percepções individuais e coletivas (processos cognitivos e simbólicos), as representações sociais são visões funcionais de mundo, que permite ao indivíduo ou grupo dar sentido a suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referência. Processo de imaginação, ou seja, capacidade de concretizar o que é ausente. Conforme afirma Geraldo José de Almeida:

O imaginário simbólico está ligado a uma atribuição de sentidos, na medida em que é através do símbolo que se processa tal atribuição. Os símbolos não são evidentes por si mesmos. Toda manifestação que vem a ser apreendida pelos sentidos e manifestada através da linguagem, gera, por sua vez, conhecimento. Todo símbolo adquire significado quando ele se relaciona com outros símbolos e, também, quando está inserido em uma rede de símbolos. Os sentidos e os significados são expressos através de conceitos, uma vez que eles não são evidentes por eles mesmos. A atribuição de sentidos é de natureza coletiva, na medida em que ela é compartilhada por um grupo, ou mais, de pessoas (ALMEIDA, 2005, p. 62).

A interiorização da religião¹³, ainda em diálogo com Berger, fazia-se em conversação com os demais indivíduos que compartilhavam os códigos da cristandade colonial e, ao mesmo tempo, de forma subjetiva. Sua apropriação era também particular.

Acerca da problematização da categoria analítica, *apropriação*, fundante é a contribuição de Roger Chartier. Referência para os estudos da dimensão da Nova História Cultural, afirma que tal teoria tem por objeto "(...) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1989, pp. 16, 17). Nessa perspectiva, defende a ideia que ao considerar o simbolismo que influi nas diferentes modalidades da apreensão do real, pensa na variedade e pluralidade de compreensões, nas práticas que são condicionadas pelas visões de mundo e, na importância da reflexão sobre a apropriação desses códigos pelos indivíduos.

Soares Barbosa respirava esses sistemas de representação. Como sujeito ativo, ele não produziu códigos simbólicos haja vista essa atividade é de cunho coletivo, mas lia a realidade de forma própria. Assim, diluí-lo na sociedade brasileira do Setecentos, simplifica a complexidade de suas ações, generaliza um entendimento a seu respeito. A trama política que o envolve, é um caso destoante, atípico. O desvio, já dizia o historiador italiano Giovanni Levi, é a preocupação dos estudiosos que se munem da metodologia da micro-história. Para ele cada indivíduo constrói significados simbólicos particulares. Assim:

Neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólico e também dos recursos materiais (LEVI, 1992, p. 136).

Ora, é importante ressaltar que o contexto, fator criterioso para a micro-história, particular que influenciou a especificidade desse caso e que foi, por conseguinte, remodelado por ele,

¹³ É importante ressaltar que religião e religiosidade diferem de sentido, na medida em que enquanto a primeira refere-se à crença institucional, ortodoxa, a segunda diz respeito as suas mais variadas expressões, nuances, intensidades (DEL PRIORE, 2004: 05).

corroborar o posicionamento de Levi, quando afirma que:

(...) toda ação social é vista como o resultado de uma constante *negociação*, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam (Idem, *Ibidem*: 135) (Grifo meu).

O período da gestão do marquês de Pombal, Sebastião de Carvalho e Melo, foi marcado por um controle mais expressivo da Igreja pelo Estado. Para legitimar as suas ações, o então ministro do rei José I, de 1750 a 1777, formulou uma combinação de Regalismo-Jansenismo¹⁴ que serviu de justificativa para os seus ataques contra a Igreja. Acresceu o controle do Estado sobre a Igreja e em contrapartida, diminuiu-se o poder de Roma não somente em Portugal como em suas colônias. Tal postura política de Pombal, fez com que os religiosos atuantes na América Portuguesa, negociassem seus lugares sociais. No caso da capitania da Paraíba, o governador Jerônimo José de Melo e Castro, nomeado pelo rei D. José I, enquanto representante na América Portuguesa, do monarca luso, deveria efetivar as ordens vindas da metrópole no tocante à restrição do poder dos religiosos. Contrariando a média usual da época de 3 a 6 anos que um gestor passava no cargo, Melo e Castro dirige a capitania por 33 anos (1764-1797). Administrador de confiança e importância para os preceitos pombalinos da relação entre Estado e Igreja, ele lia a realidade, a conjuntura social por esse prisma. Sua

linguagem em forma de denúncias para com as ações do religioso, codificava, produzia sentido de acordo com a sua percepção dos acontecimentos (POCOCK, 2003).

Soares Barbosa, todavia, que atuou em terras brasílicas antes da administração de Pombal, compreendia tal contexto de forma diferenciada. Insatisfeito, ficou com a distribuição dos papéis sociais conforme ordenados por Pombal. Dessa reformulação da interação entre Igreja e Estado, a diminuição de sua área de interferência, influência, fez com que o referido vigário, articulasse acordos políticos, com o intuito de aumentar ao seu poder religioso, o eminentemente político. As transformações intencionadas pelo marquês, foram percebidas, sentidas por Soares Barbosa, gradativamente (se assim foram). A influência política da Igreja de outrora, fez-se notória nos atos do religioso. Entretanto, para que analisemos suas tramas, é necessário tecermos algumas considerações a respeito da administração colonial.

II. Entrelaçamentos políticos: micro-poderes e poder estatal

A reflexão acerca da relação entre religião entendida enquanto manifestação cultural e política, não se faz em desconsideração aos demais aspectos conjunturais, até mesmo porque nesse período estudado, tais idiomas (religioso, político, social, cultural, econômico) não se dissociavam uns dos outros. Apenas, a ênfase é dada a reflexão da política e religião. É o vigário Soares Barbosa enquanto ator político, impulsionado por sua representação de mundo, foco de atenção. Entendendo *política* enquanto o sistema de relações entre os sujeitos, que configura a organização da sociedade, regula a existência coletiva, ou para citar Carl Schmitt, “determina a normatização dos agrupamentos humano” (distinção entre amigo e inimigo), há a valoração nessa pesquisa do entendimento da administração colonial no Setecentos.

¹⁴ Regalismo é a teoria que dá ao Estado todo o poder sobre a Igreja e, conseqüentemente, coloca os interesses daquele acima dos desta. Já o Jansenismo se apresenta de várias formas, mas sua importância aqui reside no fato de que a teoria difundida em Portugal atacava a primazia do Papa. Pombal favoreceu a publicação de folhetos jansenistas, dando assim larga divulgação à teoria (BRUNEAU, 1979).

¹⁴ Apesar de seus insistentes pedidos em deixar o cargo (devido o desrespeito dos governadores pernambucanos causados pela situação de subordinação da capitania), sua gestão apenas termina quando de sua morte.

A análise das ações políticas de Soares Barbosa, sem o intento de engrandecer seus feitos, de enaltecer suas atitudes em separação aos aspectos conjunturais que as condicionaram e que dão certo sentido de entendimento, é fundamentada pelas problematizações acerca do *poder*, do pensar a respeito da faculdade para mandar, dominar, da relação de regulamentações dos papéis sociais na América Portuguesa. No tocante ao estudo dessa categoria, as contribuições de Michel Foucault, por exemplo, são importantes no sentido de que ao enfatizar que o poder é entendido como uma prática social, constituída historicamente, integrada em toda a sociedade, não localizável em um ponto da estrutura social, e inexistente enquanto objeto natural, colaboram com as discussões sobre o alargamento do que se concebe por campo político, ou seja, a politização de uma série de ações e introdução de novos atores como participantes da política (RÉMOND, 2003).

Assim sendo, os trabalhos costurados pela teoria da Nova História Política, a exemplo desse, interessam-se pelo poder em suas outras modalidades, por massas anônimas ou indivíduos que exerceram certa autoridade em meio à sociedade, como é o caso do vigário em questão. Dessa perspectiva foucaultiana, o que nos interessa é justamente essa forma como ele percebe o poder: imiscuído na sociedade, nas relações cotidianas, nas redes interpessoais, entretanto, sem negligenciar a relevância do poder estatal/ religioso. Mas, conforme atentou Max Weber, se "(...) toda dominação [entendida aqui, como os mecanismos de legitimação do poder] manifesta-se e funciona como administração (...)" (grifo meu) e, "(...) toda administração, de alguma forma, precisa da dominação, pois, para dirigi-la, é mister que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém" (WEBER, 1999, p. 193), afinal como se

processavam as naturezas de mando na América Portuguesa?

Ora, Soares Barbosa, legitimado pelo poder religioso, angariou o engrandecimento de sua influência política. O relato do frei Bento da Conceição, procurador do mosteiro de São Bento, é elucidativo quanto a isto. Segundo o regular, a 26 de julho de 1760 – no mosteiro de sua Ordem – em comemoração a festividade de Santa Ana, o referido vigário, por permissão do Abade Frei Manoel da Graça, encontrava-se sentado no arco da capela-mor em uma cadeira com todos os preparos destinados aos governadores da capitania. As relações com o abade beneditino se fizeram proveitosas, assim como aquelas com o ex-governador paraibano António Borges da Fonseca. Neste caso, o religioso e o secular se harmonizaram de forma tal que, o vigário tanto fez uso de militares no auxílio dos serviços eucarísticos, quanto interferiu na política da capitania, conforme seus interesses pessoais¹⁵.

No entanto, das interações interpessoais entre Soares Barbosa e religiosos, autoridades civis, da percepção aos micro-poderes não se desconsidera os poderes institucionais, do Estado e da Igreja, por exemplo. Atenção ao macro e ao(s) micro-poder(es), à sobreposição de poderes existentes nas relações políticas na América Portuguesa. Poderes divergentes, coexistente. É relevante frisar que da mesma forma que, a existência de um poder central não implicava na impossibilidade de constituição de outras esferas de poder, a composição desses outros nichos não se fez em autonomia absoluta daquele.

As relações interpessoais envolvendo Soares Barbosa e o abade frei Manoel da Graça, afrontaram a autoridade de Melo e Castro. De sua atitude em se sentar na cadeira mor, localização de destaque, que simbolizava tanto a imponência de autoridade política do administrador da capitania, o seu fervor religioso, quanto a sua figuração

¹⁵ OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1768, julho, 25, Paraíba. AHU_ACL_CU_ 014, Cx. 24, D. 1842.

¹⁵ OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1768, julho, 25, Paraíba. AHU_ACL_CU_ 014, Cx. 24, D. 1842.

enquanto representante da monarquia lusa, dos reis católicos, Melo e Castro comunicou o ocorrido ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que por sua vez, repassou a informação a metrópole. Desses conflitos ocasionados pelas ações do dito vigário, uma instância de hierarquia superior, interligada ao poder central de El Rei, foi acionada. Aqui, não se defende a exacerbação do poder estatal, sua centralidade na administração colonial e minimização ao mando local, à ruralização e papel dos grandes proprietários rurais, como assim o fez Raymundo Faoro no primeiro volume de *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, no qual a imagem de um Império centralizado era a única que fazia jus ao gênio colonizador da metrópole.

A natureza do mando na América Portuguesa não era simplista como afirmou o referido autor: "Vinho novo lançado em odres velhos, mas vinho sem capacidade para fermentar e romper os vasilhames tecidos por muitos séculos" (FAORO, 1979, p. 177). O sistema administrativo português (odres) não foi transposto para colônia sem alteração alguma, imaculado. As elites locais (vinho novo), deram tonalidades específicas a administração metropolitana. As redes complexas de relações sociais que o religioso fez parte, dinamizaram as normatizações lusas. O funcionário enquanto outro eu do rei, por vezes destoava à pretensa rigidez administrativa:

(...) o mundo das colônias – e aqui, lembrem-se as ressalvas feitas por Caio Prado Jr. – não pode ser visto predominantemente pela ótica da norma, da teoria ou da lei, que muitas vezes permanecia letra morta e outras tantas se inviabilizava ante a complexidade e a dinâmica das situações específicas (SOUZA, 2006: 56).

Os jogos de poder de Soares Barbosa e de alguns membros da família

Bandeira de Melo (o já citado padre Antonio Bandeira de Melo, os seus irmãos, o sargento pago José Bandeira de Melo e Quitéria Bandeira de Melo e, seu sobrinho Bento Bandeira de Melo), com os governadores de Pernambuco Antônio de Sousa Manuel de Meneses, conde de Vila Flor (gestão de 1763 a 1768), José da Cunha Grã Ataíde e Melo (administração de 1768 a 1769) e, Manuel Inácio da Cunha e Meneses (governo de 1769 a 1774) desestabilizaram o ordenamento paraibano, modelaram a administração dos espaços a nordeste colonial conforme tais dinâmicas sociais particulares e os atores envolvidos nas tramas políticas. Da tentativa de assassinato de Melo e Castro pelo escravo da família Bandeira de Melo, a referida Quitéria Bandeira de Melo foi acusada de ter sido a mandante principal do crime e presa, como já foi dito. Ocorreu que, seu irmão José Bandeira de Melo, quando soube da confissão do cativo Constantino, dirigiu-se ao gabinete do governador e, confrontou sua autoridade por meio de ultrajes e violência física (um chute). Desse episódio, esse Bandeira de Melo foi preso. No entanto, por intercessão de seu irmão religioso ao governador Cunha e Meneses, ele foi solto um ano após seu encarceramento em 1770¹⁶.

As elites locais, entretanto, não detinham um poder inteiramente deliberado, como assim pensou Gilberto Freyre em *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, principalmente no que diz respeito aos senhores de engenho, "(...) donos de terras e de escravos que dos senados de Câmara falaram sempre grosso aos representantes del-Rei e pela voz liberada dos filhos padres ou doutores clamaram contra toda espécie de abusos da metrópole e da própria Madre Igreja" (FREIRE, 2006, p. 66). Na interpretação freyriana, a exacerbação ao mando dos agentes locais, fez-se em conseqüência do enfraquecimento excessivo do papel

¹⁶ OFÍCIO do governador da Paraíba, brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 1770, julho, 6, Paraíba.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1889.

OFÍCIO do governador da Paraíba, brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 1771, março, 14, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1905.

do Estado (e da Igreja, que aqui é salutar), o que leva de um extremo ao outro. Essa elite local, ou para citar a expressão problematizada por Evaldo Cabral de Mello, por exemplo, em *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana, essa nobreza da terra*¹⁷, detentora de influência política, não estava imune às ordens da coroa lusa. A aplicabilidade das normatizações da metrópole se dava de acordo com a configuração contextual específica e, seus tons eram condicionados pelos homens envolvidos, como os senhores de terra de Pernambuco. Contudo, suas redes de poder estavam entrelaçadas ao poder central. Este, imprimia interferência.

Os estudos de António Manuel Hespanha sobre poderes locais e fragilidade estatal, merecem atenção e ponderação, crítica e discordância. Pautado na idéia de que o Estado perdeu sua centralidade no exercício do poder, percebe as sociedades de Antigo Regime¹⁸, como assim as concebe, aparelhadas em um modelo de organização polisinodal, corporativo. Embasado nos textos jurídicos, afirmou que "(...) os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real" (HESPANHA, 2001, p. 167). Conforme aludiu Laura de Melo e Souza, essa supervalorização a tais tipos documentais, o apreço excessivo à microfísica do poder, ao enfraquecimento do papel do Estado, pela doutrina jurídica (*jurisdictio*), o descuido quanto à especificidade do império português na América, são alguns aspectos de fragilizam sua interpretação e merece cuidado, problematização.

Ora, para o jurista português, a falta de homogeneidade, centralidade e hierarquias rígidas, implicava uma estrutura administrativa descerebrada, a qual os oficiais (vice-reis, governadores, ouvidores, desembargadores, oficiais das câmaras, dentre outros)¹⁹ componentes

da hierarquia política imperial e as elites locais gozavam de poderes autônomos. No entanto, é importante divergir, pelo fato de que, quando das nomeações aos cargos administrativos, os oficiais públicos e El Rei enredavam alianças, laços de reciprocidade que, constituíam-se pela fluidez das relações políticas. Desses entrelaçamentos de poderes variados, as elites coloniais e a coroa lusa se interdependiam, interligavam-se de maneira diferenciada sim, haja vista o monarca encontrava-se no topo da hierarquia, estendendo sua malha de influência (variada, de diversas formas, extensão, intenção) nos espaços brasílicos, mas cada qual interferindo na composição das normatizações metropolitanas.

Pois bem, o fato de o monarca ser a figura central do poder não significava que tivesse o controle absoluto daquela sociedade. A essa interface do poder, no deslocamento do centro gravitacional do poder, eram tecidos laços infundáveis, de diversas formas, composições, tons. As instituições, grupos, indivíduos envolvidos nessas tramas políticas se enredavam nas malhas reais, por vezes destoando expressivamente delas, outras nem tanto. As relações de poder ora convergiam, ora divergiam, seja em alguns aspectos ou em muitos. No caso específico das tramas políticas do vigário António Soares Barbosa na capitania da Paraíba nos setecentos, é seminal uma problematização acerca dos contatos entre Igreja e Estado, contatos esses que se fizeram de forma dinâmica, inovadores à administração colonial.

III. Entre a cruz e a espada: uma especificidade administrativa

O sistema do padroado era representava possibilidade de amálgama entre Igreja e Estado, de forma a contribuir para com o ordenamento social, para a colonização dos corpos e catequização das almas. Imbricação dos poderes religioso e político, de tal

17 Termo reivindicado pelos descendentes dos restauradores de Pernambuco a El-Rei, com o intuito de serem agraciados com o título de nobreza.

18 Acerca do uso desse conceito, é salutar a problematização feita pela historiadora Laura de Melo e Souza, no primeiro capítulo da parte I de seu livro *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. De acordo com a autora, sua utilização deve ser feita com cuidado, clareza quanto as suas implicações, atenção para com as especificidades, por vezes contraditórias aos interesses europeus, do mundo que se construiu nos trópicos.

19 Sobre a composição da hierarquia dos oficiais da política administrativa concernente à América Portuguesa, ver **Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro** de Raymundo Faoro, especificamente o capítulo VI, *Traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da colônia*, do volume I.

maneira, que em muitas circunstâncias, tanto religiosos se portavam enquanto funcionários públicos, quanto autoridades civis atuavam como missionários/evangelizadores (MARQUES & SERRÃO, 1986, p. 178). Entretanto, dessa possibilidade de interpenetração de papéis (quando de harmonia entre as partes), ao secular devia-se obediência, haja vista que de acordo com o sistema de Padroado, fora sancionado pela Santa Sé o direito de administração pela Coroa dos negócios eclesiásticos²⁰. Desse compromisso firmado entre religiosos e seculares, o rei português sobressaiu-se e se tornou o chefe efetivo da Igreja no Brasil (AZZI, 1987, p. 26). Sob benção divina, solidificou-se gradativamente, o controle e subserviência do religioso nas colônias de domínio português.

Ao Estado tinha sido impresso o selo sagrado, ao monarca a representação do Deus terreno. Nessa linha de raciocínio é válido ressaltar que aos governadores das capitanias, fora figurada a representação real, na medida em que a ausência da Coroa em terras brasílicas, houve a necessidade de delegar funções, sob o respaldo metropolitano (FAORO, 1979, p. 186). Referente ao campo do político – afinal de contas, no tocante a matéria eclesiástica, ao governo espiritual, a Mesa de Consciência e Ordens era acionada –, aos representantes de El Rei devia-se respeito. No entanto, dessa normatização, as ações políticas perpetradas por Soares Barbosa, fizeram-se incomodativas ao governador paraibano, ameaçadoras ao ordenamento colonial lusitano, flexíveis aos regimentos régios.

Da especificidade dos acordos políticos efetuados pelo vigário, discute-se a interação entre Igreja e Estado pelo viés da percepção das particularidades, da maleabilidade das ordens régias conforme as conjunturas, situações peculiares. Se o sistema do Padroado normatizava *controle e subserviência do religioso* pelo temporal, a praticidade de

tais regulamentações, os interesses pessoais, contextos sociais, político, religioso condicionavam sua aplicabilidade. A metáfora do sol e da sombra, usada por Laura de Mello e Souza – em apropriação de um escrito de padre Antônio Vieira –, possibilita a análise da administração colonial pelo prisma das peculiaridades, no sentido de elucidar as variedades das sombras (autoridades civis de representatividade real) projetadas em solos brasílicos visto que o sol (monarcas lusos) que lança sua luminosidade sobre a colônia não se encontrava no zênite. “Assim, se em princípio as diretrizes metropolitanas deviam ser seguidas, a distância distendia-lhes as malhas, as situações específicas coloriam-nas com tons locais” (2006: 11).

Ora, imbuído da autorização do governo pernambucano, ao vigário Soares Barbosa fora permitida a atuação em alguns âmbitos do campo político paraibano. Da permissão a ele concedida, Melo e Castro queixou-se ao secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, afirmando que “Deu o mesmo Governo de Pernambuco faculdade ao vigário desta cidade denomear capellao para a Fortaleza de Cabedelo, como nomeou, usurpando a jurisdição Reyal, que sempre pertenceu aos governadores desta capitania (...).”

²¹ Disso, o que está em análise não é a habilitação de Pernambuco para com o exercício das atividades do vigário, e sim o fato de que enquanto ele fazia acordos políticos com as autoridades pernambucanas, (o que era compreensível) suas desavenças com Melo e Castro se agravaram. Além dessa intriga entre os gestores das duas capitanias, pesa o episódio de 22 de fevereiro de 1766, ocorrido na dita Fortaleza do Cabedelo, em que o governador paraibano fora insultado pelo capelão indicado, o padre Bartolomeu de Brito Baracho, em presença dos militares, por tê-lo mando oficializar a ladainha e liturgia religiosa. De acordo com aquele,

²⁰ Para leitura mais aprofundada ver AZZI, Riolando; BROD, Benno; GRIJP, Klaus Van Der; HOORNAERT, Eduardo. Capítulo II: O padroado português. IN: **História Geral da Igreja na América Latina. História da Igreja no Brasil: Primeira Época.**

²¹ OFÍCIO do governador da Paraíba Jerônimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1768, julho, 23, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1840.

o mesmo fora influenciado por Soares Barbosa.

Dessa conjuntura específica, período da gestão do marquês de Pombal, de anexação da Paraíba à Pernambuco, permeado pelas desavenças entre os governos envolvidos, a efetivação da jurisdição a respeito da atuação de religiosos e autoridades civis, deu-se de forma particular, peculiar. Formulação lusa, modelada em solos coloniais. O que também não significa dizer que, transpassado o Atlântico, as distâncias entre metrópole e colônia fizessem com que as jurisdições daquela fossem completamente deixadas para trás. Nesse ínterim, o estudo de caso dos jogos de poder do vigário António Soares Barbosa, contribui para que se pense a América portuguesa à luz das dissonâncias, da fluidez dos contatos e, não do engessamento das relações, das instituições das leis conforme formuladas em Portugal. As suas tramas políticas, condicionadas pela maneira como ele percebia a conjuntura social que estava inserido, analisadas por meio da redução de escala (metodologia da micro-história), é o fio condutor para a problematização da tessitura das relações entre Igreja e Estado, todavia, sem as considerar como o espelho do contexto geral.

É válido salientar que a Igreja é uma instituição heterogênea. Nessa perspectiva, em determinados contextos ou conjunturas, há a possibilidade de divergências de posicionamento entre seus membros. Soares Barbosa foi um religioso que aderiu aos votos de pobreza, castidade, simplicidade. No entanto, destoou dos preceitos católicos e, usando de astúcia, tratou em fazer acordos políticos, o que era compreensível numa busca pela sobrevivência – seja de natureza física ou política. Assim, à influência enquanto membro da Igreja, acresceu sua busca por prestígio político.

Autoridade religiosa, atuante no campo do político. Na busca pelo seu

engrandecimento, por influência política, o religioso enquanto representante da Igreja Católica, imbricou a esse poder que já possuía, o político. Nesse entrelaçar de poderes micro e macro, religioso e político, os interesses pessoais de Soares Barbosa, deram um tom diferenciado à administração paraibana. Sobre vontades particulares interferindo na política colonial, Sérgio Buarque de Holanda já dizia que: "*No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses*" (HOLANDA, 1976, p. 106). Traço do então *homem cordial*, a percepção individual, do referido vigário a respeito da relação entre representantes da Igreja e do Estado – isto, no momento em que Pombal mandou que os religiosos se subjugassem às autoridades civis –, foi condicionada por um conjunto de valores, orientações – crenças, sentimentos –, opiniões compartilhadas ou não, pelas autoridades civis e religiosas que com ele mantiveram contato.

Ora, a estrutura administrativa e organizacional era modelada de acordo com conjunturas históricas específicas. As tramas políticas de Soares Barbosa, deram um tom específico as relações de poder entre Estado e Igreja na Paraíba colonial. Em meados de 1770, a referida capitania tinha "(...) vigário encomendado, e da vara, por se achar removido em Pernambuco o vigário collado (...)". Suas intrigas tinham ocasionado sua retirada à Pernambuco, como já foi aludido. Dos trinta e três anos da administração na Paraíba de Jerónimo José de Melo e Castro, dezenove anos foram conturbados, dada as intrigas fomentadas pelo religioso. Mesmo removido, suas tramas, articulações não cessaram, como é elucidativo o trecho de uma carta escrita a 20 de setembro de 1770, ao visitador Manoel Bernardes Valente, em alusão a "perseguição que foi

vitimizado” e por isso removido de seu ministério religioso. Assim ele pede que:

(...) investigue os escândalos, note os insultos, observe os costumes, inquiria as maldades, ouça as mentiras, pondere as calumnias, e finalmente veja os mexericos, miserias, estúrdias, intrigas, injustiças e violências que perduram nessa cidade digo terra, elogio conhecera, que do aumento da malícia he que nasceo aquela diferença (...)²².

Com a intenção de persuadir o visitador que iria analisar seu caso, em apuração de mais informações nas localidades em que as intrigas se efetivaram, o vigário articulou que diante de todos os fatos, ele era o mais capacitado para inquirir. Enfatizou ainda que tinha pleno conhecimento que seria uma tarefa árdua, haja vista das duas uma ou ele portava-se a favor dele e ficava embaraçado com o governador, ou apoiava este, deixando-o perdido. Entretanto, explicitou a sua confiança, para com o discorrer da investigação, no sentido de que a prudência de Manoel Bernardes Valente em utilizar as “armas da indiferença”, ou seja, da imparcialidade, de sua postura imaculada conduziria a uma conclusão digna de aceitação e insuspeita.

Acresce a essa artimanha política, o ofício de 1º de maio de 1777, enviado por Soares Barbosa ao secretário da Marinha e Ultramar, o qual afirma que:

(...) sendo tal o meo infortúnio, que sendo axioma certo em todo o direito, que ninguém seja condenado, sem primeiro ser ouvido, e convencido, contra mim se praticou tanto pelo contrario, que sem ser ouvido, nem o meo Prelado, nem o Excelentissimo conde de VilaFlor, que então governava Pernambuco, se fulminou a sentença mais rigorosa, sem que nunca a minha innocencia fosse ouvida.²³

Desse pedido, Martinho de Melo e Castro remeteu ao atual Bispo de Pernambuco Dom Tomás da Encarnação

Costa e Lima a gama de documentos que o dito secular arrolou e, ordenou o exame de tais papéis, seu parecer sobre eles para que assim, deferisse seu retorno a sua freguesia na Paraíba. Na malha documental, inventariada, havia inúmeros depoimentos de algumas autoridades civis e religiosos que teceram relações com ele. Relações estas pessoais, políticas, jogos de influência que se fizeram positivas ao ensejo do religioso, na medida em que possibilitou seu retorno à Paraíba em 1785, através do parecer do bispo Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima.

Destarte, diante de todos os fatos mencionados, ao pautar a análise da relação entre Igreja e Estado pelo prisma das tramas políticas do vigário Antônio Soares Barbosa, problematizamos acerca da administração colonial, especificamente da capitania da Paraíba, sob o governo de Jerônimo José de Melo e Castro (quando da anexação desta à Pernambuco), pela percepção das especificidades. Nessa perspectiva, a investigação desse caso em particular é instigante, haja vista que contribuindo para as discussões a respeito das relações de poder na América Portuguesa, atenta para a fluidez das interações, para os contextos sociais, políticos e religiosos, para os interesses pessoais que condicionaram as tramas que envolveram esses dois gestores da efetivação do projeto metropolitano português, que geraram conflitos e desestabilidades em espaços a nordeste do Brasil colonial. Pois, no estudo desses fragmentos da história política das referidas capitanias, em sua interligação a El Rei, as relações de poder entre Soares Barbosa e Melo e Castro, deram um tom específico a possibilidade de imbricação entre os poderes religiosos e político/ secular.

Considerações finais

Igreja e Estado eram os dois pilares do projeto colonial português. Interação que possibilitou o amálgama

²² OFÍCIO do governador da Paraíba Jerônimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1772, fevereiro, 25, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1919.

²³ OFÍCIO do padre Antonio Soares de Barbosa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1777, maio, 1, Olinda. AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9593.

das duas instituições. No tocante ao caso específico estudado, das interações entre António Soares Barbosa e Jerónimo José de Melo e Castro, tal imbricação se fez através de conflito. Motivado por seus interesses, condicionado pela forma como compreendia o contexto social vigente, o vigário articulou tramas políticas que suscitou desordens em espaços a nordeste da América Portuguesa. Das normatizações metropolitanas a respeito da administração colonial, das transformações instituídas por Pombal, a fluidez das relações, os contextos sociais, os fatores políticos, econômicos, religiosos, os ensejos pessoais condicionavam sua praticidade. Através da análise dos jogos de poder do referido vigário, são problematizadas as relações entre Igreja e Estado na perspectiva da percepção das particularidades, da flexibilização das ordens régias conforme as conjunturas, situações específicas.

Pensando a respeito dessa relação entre poder religioso e secular, Luis Palacin afirma que "*O serviço de Deus [estava] em primeiro lugar, mas por feliz coincidência o serviço de Deus e o serviço do Rei, seu representante temporal, apresentam-se indissoluvelmente unidos*" (PALACIN, 1981, p. 269) (Grifo meu). Há que se considerar que esse estudo refere-se aos anos de 1500. Entretanto, é importante para pensarmos as mudanças da interação entre Igreja e Estado, iniciadas por Pombal. Pois, antes de sua gestão e postura quanto a esse quesito, não necessariamente, os assuntos religiosos

eram prioritários em relação aos eminentemente políticos da Coroa e, os interesses de ambos encontravam em harmonia a todo custo, em todas as situações, assuntos. Pela instituição do Padroado, os assuntos de Estado diziam respeito à Igreja, e vice-versa, não havendo mais rígida sua separação. Isso, não implicava na impossibilidade de divergência de opinião, no trato de questões. Os jogos de influência de Soares Barbosa são interessantes para contrariarmos essa enganosa uniformidade. E, mais ainda se considerarmos o período em questão, o qual as ordens da metrópole afirmavam que o Estado tinha total controle para com a Igreja. O dito vigário, contestou essa pretensa normatização, subjugação.

Ora, do caso atípico do religioso, destoante, o cuidado com a análise dos manuscritos (criticidade das informações contidas) é fundante. Nesse sentido, a redução de escala possibilita que com um olhar acurado, atentemo-nos como um detetive, às pistas contidas nas fontes e, façamos filtros dos filtros já feitos pelos seus produtores (GINZBURG, 1987). Nessa viagem a um tempo que não o nosso, a atenção para com o distanciamento se faz importante. Todavia, uma aproximação em justa medida também. Exercício complexo de moderação, criterioso ao historiador, que o aguçar da imaginação torna realizável. Ao pesquisador, comedimento e ousadia, diálogo com seus pares e embasamento documental.

FONTES

- **Manuscritas**

OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1766, julho, 16, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1798.

OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1768, julho, 23, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1840.

OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1768, julho, 25, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1842.

CARTA do governador da Paraíba, o brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao rei D. José I. 1770, fevereiro, 10. Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1873.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 1770, julho, 6, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1889.

OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1770, outubro, 26, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1896.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 1771, março, 14, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1905.

OFÍCIO do governador da Paraíba Jerónimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1772, fevereiro, 25, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1919.

REQUERIMENTO de Quitéria Bandeira de Melo, à rainha [D. Maria I]. [ant. 1778, maio, 22, Paraíba]. AHU_ACL_CU_014, Cx. 26, D. 2008.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 1785, maio, 6, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 29, D. 2144.

OFÍCIO do padre Antonio Soares de Barbosa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1777, maio, 1, Olinda. AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9593.

AVISO do secretário de estado da Marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro ao bispo de Pernambuco D. Tomás da Encarnação Costa e Lima. 1777, julho, 11, Queluz. AHU_ACL_CU_015, Cx. 127, D. 9636.

• Impressa

Idéia da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos, e regimentos reaes, augmento que estes tem tido desde o anno de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o governador e capitam general Jozé Cezar de Meneses. **Anais da Biblioteca Nacional**. Vol. XL, 1918. Rio de Janeiro: Officinas

Graphics da Biblioteca Nacional, 1923. (Publicados sob a administração do diretor geral interino Doutor Aurelio Lopes de Souza).

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. *A Crisandade colonial: um projeto autoritário. História do pensamento católico no Brasil – I*. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. BROD, Benno; GRIJP, Klaus Van Der; HOORNAERT, Eduardo. (Orgs.) *História Geral da Igreja na América Latina. História da Igreja no Brasil: Primeira Época*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BERGER, Peter Luwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Org. Luiz Roberto Benedetti. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOFF, Clodovis. *Comunidade Eclesial Comunidade Política: Ensaio de Eclesiologia Política*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo Brasileiro em época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1979.

CARDIM, Pedro. "Administração" e "governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. IN.: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.) *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005. Págs. 45-68.

DEL PRIORE, Mary. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série História em Movimento)

FALCON, Francisco. História e poder. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª Ed. Rev. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1ª Ed. 13ª Reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. IN.: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima. (Orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Págs. 165-188.

_____. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. IN.: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.)

Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005. Págs. 39-44.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais.* Liv Sovik (org.). Tradução de Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 10ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. IN.: BURKE, Peter. *A escrita da história.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 1992. p. 133-161.

MARQUES, A. H. Oliveira de; SERRÃO, Joel (Dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro (1620-1750).* Tradução de Franco de Sousa. Lisboa: Estampa, 1986.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PALACIN, Luis. *Sociedade colonial – 1549 a 1599.* Goiânia: UFG, 1981

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano.* Porto Alegre: Editora Universidade, 2000.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba.* V. 01. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1977.

POCOCK, J. G. A., *Linguagens do Ideário Político.* Sergio Miceli (Org.). Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política.* Tradução de Dora Rocha 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. (Orgs.) *Diálogos com a teoria da representação social.* Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político/ Teoria do Partisan.* Coordenação e supervisão de Luiz Moreira. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SOUSA, Kalene Alves. A jurisdição do exílio: o governo de Jerônimo José de Melo e Castro (1764-1797). *MNEME – revista de humanidades.* UFRN. Caicó (RN), v. 9. Nº. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAVARES, Eurivaldo Caldas. *Itinerário da Paraíba Católica: do batismo do Cacique à chegada do 1º Bispo (1585-1894).* João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

WEBER, Marx. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1999.

OS PADRES PARLAMENTARES DO IMPÉRIO: UM FENÔMENO ENTRE DOIS MUNDOS

Françoise Jean de Oliveira Souza¹

Resumo

O presente artigo dedica-se a conhecer as origens do alto desempenho eleitoral do clero nos pleitos transcorridos durante o Primeiro Reinado e os anos regenciais. Analisando a maneira pela qual foi estruturada a cristandade colonial brasileira e os diversos papéis assumidos pelos sacerdotes nesta sociedade, procuramos perceber em que medida a posse do hábito sacerdotal contribuiu para o êxito eleitoral do clero quando surgiram os novos espaços de representação política no Brasil, após a independência. Finalmente, investigamos o contexto a partir do qual foi se desestruturando o arcabouço que, por algumas décadas, garantiu a presença do clero no parlamento brasileiro.

Palavras-chave: clero, eleições parlamentares, período monárquico

Abstract

This article is dedicated to know the origins of the high electoral performance of the clergy in the elections passed during the First Empire and the Regency years. Looking at the way it was structured Brazilian colonial Christianity and the various roles assumed by the priests in this society, we realize to what extent the possession of the sacerdotal habit contributed to the electoral

success of the clergy when they began the news paces of political representation in

Brazil after independence. Finally, we investigated the context from which it is disrupting the scaffolding that for some decades, ensured the presence of clergy in the parliament.

Keywords: clergy, parliamentary elections, monarchical period

Ao longo da primeira metade do século XIX, o clero brasileiro ajudou a conformar a elite dirigente do Império. A emergência do clero no cenário político nacional, via espaços oficiais de representação política, ocorreu, exatamente, no período inicial de organização do Estado imperial, primeira forma do Estado brasileiro. A força político-eleitoral do clero manifestou-se justamente na ocasião em que a problemática da acumulação de poder do Estado, da elaboração de suas novas estruturas e da construção da unidade nacional mais desafiou os dirigentes do país.

Na primeira Câmara dos Deputados, formada em 1826, os padres representaram 22% dos membros eleitos. Este número se repetiu na segunda legislatura do Império, transcorrida entre 1830 e 1833. Já para a terceira legislatura, referente aos anos de 1834 a 1837, o número de sacerdotes eleitos deputados atingiu a marca de 24% do total das cadeiras disponíveis na Câmara, conformando, portanto, o

¹ Doutora em História pela UERJ

período de maior participação política dos presbíteros no Parlamento brasileiro. Ressalta-se que durante o governo das regências, no qual se desenrolaram a segunda e a terceira legislatura do Império, a representação eclesiástica no legislativo nacional, em termos numéricos, só perdeu para outro setor burocrático do Estado, o dos magistrados (CARVALHO, 1981).

Este cenário político começou a se transformar a partir da quarta legislatura do Império (1838-1841), quando a porcentagem de padres eleitos deputados caiu para 16% do total de membros da Câmara, conservando, no entanto, uma força numérica ainda relevante. No entanto, da quinta legislatura em diante (1843-1844), a presença de padres na Câmara dos Deputados foi tornando-se cada vez menos significativa numérica e qualitativamente (BRASIL, 1979). Fato similar pôde ser constatado no Senado para onde 13 padres foram eleitos, entre 1826 e 1841, ao passo que durante todas as demais legislaturas do Segundo Reinado, somente 4 conseguiram ascender a tão alto cargo político.

As explicações para o grande desempenho eleitoral do clero brasileiro não podem se limitar às análises que levam em conta tão somente os anos nos quais se realizaram os primeiros pleitos do Império. Ao contrário, este fenômeno possui raízes mais antigas que devem ser buscadas naquele *Mundo que nós perdemos*, como Peter Laslett denominou o Antigo Regime (LASLETT, 1975).

Bem diferente dos dias atuais, aquele era um mundo inteiramente estruturado pela religião, como heteronomia (FERRY & GAUCHET, 2008). A sua organização social e política era vista como resultante de um princípio exterior e anterior aos homens, isto é, um princípio transcendente. Por conseguinte, a concepção religiosa impregnava todos os setores da vida pública e privada, confundindo-se com o que hoje entendemos por esfera política, cultural, ética e social (NEVES, 2008). Além disto, ou, justamente por isto, de todos os poderes que existiram nesse mundo do Antigo Regime, a Igreja foi o único que se afirmou com bastante eficácia desde os âmbitos mais humildes, cotidianos e imediatos, como as famílias e as comunidades, até ao âmbito internacional, em que convivia com os poderes dos reis e imperadores (HESPANHA, 2001).

O Brasil colonial organizou-se em meio a este mundo ordenado e regido por Deus. Deste universo mental adveio a cristandade colonial brasileira, caracterizada pela interpenetração estreita da religião com a sociedade, da Igreja com o Estado. Nessa comunidade cristã, Igreja e sociedade se identificavam, não havendo "autocompreensão da Igreja enquanto Igreja, mas, sim, como uma sociedade global" (WERNET, 1987:19).

Em função desta relação de simbiose entre o campo terreno e o espiritual, entre a atuação do Estado e da Igreja, o padre, assim que tomava o

hábito de Cristo, era lançado necessariamente ao campo da política. Mais do que uma opção, o envolvimento do padre com a política, com as atividades públicas de natureza temporal, foi uma consequência natural do lugar ocupado pela Igreja na cristandade colonial.

A atrofia da estrutura burocrático-administrativa do Estado português na sua colônia americana acabou fazendo com que, por vezes, a autoridade religiosa se fizesse mais presente junto à população local, comparativamente à presença da autoridade civil laica. Quando a cruz não chegava junto com o poder civil, antecipava-se ao mesmo na tarefa da colonização. Onde houvesse um ajuntamento de pessoas, erigia-se uma capela. Sergio da Mata, ao se debruçar sobre a história das formas mais elementares dos espaços urbanos no Brasil, concedeu destaque ao papel da religião neste processo. Segundo ele, inúmeras foram as cidades que nasceram e se desenvolveram como expressão espacializada do universo religioso, visto que “para os nossos antepassados, o urbano e a religião são expressões de uma mesma e indissociável realidade” (MATA, 2002:19). Consequentemente, muitos sacerdotes viram-se diretamente envolvidos no processo de ocupação do espaço brasileiro, na conformação do chão de suas vilas e arraiais. E ao assumirem funções que extrapolavam as tarefas de natureza religiosa, ocupando o vazio de autoridade deixado pelo Estado, os padres tornavam-se uma ambígua

autoridade que transitava entre o poder temporal e o espiritual.

Some-se a isto o fato de que a vida associativa pública e legal, durante os anos de dominação colonial, existiu quase que unicamente sob o manto da religião. Seja dentro dos templos, durante as missas e sermões, seja na rua, em realizações de festejos religiosos, ou ainda por intermédio das confrarias e irmandades, os eventos religiosos eram um dos raros momentos em que as pessoas convivam com outras de fora de suas famílias, tornado-se alvo de diferentes apropriações e formas de sociabilidade. Nas palavras de Dênis Bernardes, era no interior da religião que muitos conflitos tinham lugar, “sob o manto das questões religiosas, mas encobrindo outras motivações e interesses que, de alguma maneira, somente assim podiam expressar-se” (BERNARDES, 2006:126).

As missas, por exemplo, tinham um significado que em muito ultrapassavam o campo espiritual. Em uma sociedade cuja aptidão para ler e escrever era limitada a muito poucos e a comunicação oral predominava, o pároco pregador constituía o grande elo entre a massa iletrada e os mundos político, técnico e culto (LASLETT, 1975:32). E não raras foram as vezes em que os sacerdotes apropriaram-se das homilias adequando-as às suas conveniências e aspirações. Neste gênero de pregação, permeado por temáticas políticas, “era comum procurarem os ouvintes sentidos ocultos nas palavras do orador” (HAUCK,

2008:102). Ademais, é importante considerar que as palavras do sacerdote vinham revestidas de uma enorme autoridade. Como nos lembra Pierre Bourdieu, o poder de influência de um orador encontra-se proporcionalmente associado ao capital simbólico que este ostenta, ou seja, ao reconhecimento, institucionalizado ou não, de que ele é um porta-voz autorizado (BOURDIEU,1996:59). No caso dos padres, suas palavras conseguiam agir sobre os ouvintes na medida em que sua fala concentrava o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele era o procurador, isto é, a Igreja.

Cabe ainda destacar que, em função da maneira precária com que foi conduzida a reforma tridentina no Brasil, o catolicismo brasileiro assumiu algumas feições muito particulares, afastando-se da ortodoxia religiosa. Por conseguinte, grande parte dos padres descuidou-se da orientação tridentina, segundo a qual o clero deveria destacar-se em meio aos leigos, assumindo uma áurea de pureza e santidade. Sustentando uma postura contrária, os padres do Brasil colonial pouco se distinguiram de seus fiéis, no dia a dia. Além do seu envolvimento com as questões de natureza temporal, não raro podiam-se ver padres sem o hábito sacerdotal, participando de festas profanas, amasiando-se e criando filhos (AZZI, 1992). Esta proximidade dos padres com a vida cotidiana da população fez com que eles acabassem compartilhando dos mesmos problemas,

demandas e sentimentos que seus fiéis. Consequentemente, os padres tornavam-se mais aptos a assumirem o papel de porta-vozes do povo, transformando-se em líderes populares em potencial (CARVALHO, 1981).

Concluí se, portanto, que o fenômeno do padre parlamentar, verificado na primeira metade do século XIX, foi, em boa medida, um resquício da cristandade colonial organizada sob o manto do Antigo Regime. Neste, a carreira sacerdotal fundia-se e confundia-se com a carreira política, tornando os representantes da Igreja potenciais candidatos aos cargos formais de representatividade. Acrescente-se a isto o fato de que um dos grandes efeitos da política pombalina no Brasil foi a formação de religiosos para os quais a atuação pública se fizera natural, uma parte da vida eclesiástica (KIEMEN, 1975). De maneira que instaurada a novidade do sistema representativo no Brasil, após 1821, a vitória eleitoral obtida pelos padres aparece como um natural desdobramento da sua longa tradição de inserção na vida pública e civil. Esta inserção, que por muitos séculos realizou-se em várias frentes, com a independência, ganhou um novo *locus*: o Parlamento brasileiro.

A condição do sacerdote como um funcionário público também foi um fator que favoreceu, ou melhor, impeliu a sua entrada para os espaços de poder do Estado. Como bem mostrou José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1982), o emprego público foi a ocupação que mais

favoreceu e treinou para a tarefa de construção do Estado brasileiro na sua fase inicial. O Estado foi o maior empregador do tipo de gente que foi levada ao poder público, aos cargos eletivos do legislativo ou aos cargos do executivo. Além disto, por ocasião da independência brasileira e da constituição das nossas primeiras instituições nacionais, os homens da Igreja conformavam o restrito círculo dos que possuíam algum tipo de formação intelectual no país.

O grande desempenho eleitoral do clero também encontra explicação no fato de o Estado brasileiro independente não ter podido abrir mão da estrutura administrativa-burocrática, há muito organizada pela Igreja. Ao contrário, no momento da implantação deste Estado, houve uma dependência em relação à Igreja, no tocante ao seu sistema de documentação e controle de informação sobre a população local, bem como de sua infra-estrutura de pessoal e edifícios. O melhor exemplo desse fenômeno pode ser verificado na dependência em que o Estado, no período inicial de sua formação, manteve dos padres para a realização dos pleitos. Com isto, ele promoveu o envolvimento dos sacerdotes com o processo eleitoral, naturalizando ainda mais a associação entre prática religiosa e prática política, bem como fornecendo aos homens da Igreja os instrumentos de controle e manipulação das eleições.

Segundo Bastos, a escolha da igreja matriz como o local de realização

das eleições no Brasil, para além da questão da falta de infra-estrutura do Estado, era uma opção que levava em conta a força moral e espiritual que os valores e ritos religiosos exerciam sobre a sociedade católica (BASTOS,1997). Uma vez que as paróquias já eram o centro de mobilização religiosa da população, nada mais natural do que utilizá-las como instrumento eficaz de mobilização daqueles que participariam do processo eleitoral. No entender daquela autora, essa "utilização" do poder da Igreja no processo eleitoral não caracterizou uma novidade política advinda da independência. Ao contrário, ela demonstrava o reconhecimento, pelo novo Estado, daquilo que o velho Estado colonial e metropolitano sempre reconhecera: "a força organizadora da Igreja junto ao povo" (BASTOS, 1997:19).

Antes do início propriamente dito da eleição, cabia ao pároco afixar os editais de convocação dos votantes nas portas das suas igrejas. No dia marcado para as eleições paroquiais, os cidadãos votantes e eleitores eram reunidos na matriz onde o pároco celebrava uma missa e fazia uma pregação, contemplando os objetivos daquela assembleia, isto é, o processo eleitoral. Era, portanto, pelas mãos de um sacerdote e a partir de uma celebração religiosa que se iniciava, oficialmente, o pleito para a escolha dos membros do legislativo brasileiro. Desta forma, estabeleceu-se no nosso sistema eleitoral uma espécie de "simbiose entre o

político-administrativo e o religioso, entre o temporal e o clerical, o profano e o sagrado" (BASTOS, 1997:19).

A participação do clero não se limitou à abertura das eleições, tendo se mostrado também importante na aplicação das exigências legais de qualificação dos cidadãos votantes e eleitores. Como o recém formado Estado brasileiro não criara uma estrutura de pessoal e repartições necessárias à verificação da situação dos eleitores e votantes, ele teve que lançar mão da documentação e das informações controladas pela Igreja, sobre a população local. Somente os registros religiosos que estavam sob a posse do clero possibilitavam ao Estado obter as informações que interessavam para a realização das eleições, ficando a cargo dos párocos elaborar as listas dos eleitores qualificados para votar. Consequentemente, os párocos eram designados a participar das mesas eleitorais, esclarecendo as dúvidas de inclusão ou exclusão dos votantes, atuando como árbitro nas contendas das apurações e, conseqüentemente, assumindo um papel definidor dos resultados eleitorais.

Ao presidir a junta de qualificação dos votantes, os padres tornavam-se a chave da eleição. Como a lei não especificava quais documentos comprovariam se um eleitor tinha ou não as qualificações requisitadas, em caso de contestações, a junta recorria às declarações juramentadas de testemunhas. Mantendo-se a dúvida, a

junta ficava livre para decidir conforme sua própria preferência política (GRAHAM, 1997). Em função disto, a mesa eleitoral, da qual o clero fazia parte, acabou por tornar-se o núcleo que "determinará o reduto das manipulações, da fraude e da violência eleitoreiras" (FAORO, 1996:367).

Por conseguinte, é possível inferir que alguns sacerdotes tenham aproveitado de sua posição privilegiada, no processo eleitoral, para fraudar alguns resultados em seu favor ou em favor de algum amigo de profissão. Afinal, a despeito dos valores éticos e morais que, teoricamente, deveriam ser guardados pelos portadores do sacerdócio, foram freqüentes as denúncias de práticas abusivas por parte destes. Em outras palavras, muitos sacerdotes compuseram o conjunto daqueles que, "com o auxílio das autoridades, do dinheiro, da fraude (...)." (SOUSA, 1979:19), ajudaram a construir o que Richard Graham chamou de "teatro das eleições" (GRAHAM, 1997). A passagem do ofício de um ministro do Império ao presidente da província da Paraíba, em 6 de março de 1837, ilustra bem esse fenômeno:

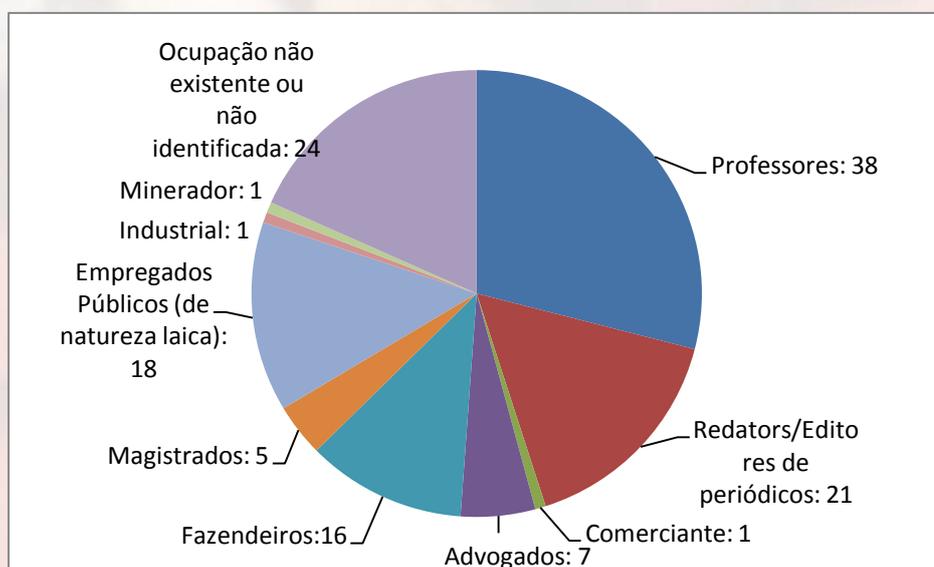
Tendo chegado ao conhecimento do regente que (...) miseráveis ambiciosos de um partido (...) induziram os párocos a apresentarem listas falsas de seus paroquianos, introduzindo nelas nomes de indivíduos supostos, com a promessa de serem os mesmos párocos atendidos e contemplados nas votações (...), e sendo constante a falsidade com que os ditos

párocos na apresentação de suas listas atestaram indignamente o aumento da população em suas respectivas paróquias no curto espaço de um ano (Citado por BASTOS, 1997:48).

Outro importante aspecto a ser considerado a fim de se compreender o somatório de fatores que deram aos padres as condições necessárias para serem amplamente eleitos, diz respeito à múltipla atuação profissional acumulada por estes. Afinal, além de se ocuparem do múnus sacerdotal, 61 batinas

políticas, o correspondente a 72% do seu total, desempenharam outras atividades de caráter econômico e intelectual, mantendo, muitas vezes, uma tripla ou, até mesmo, quádrupla ocupação, algumas de maneira intermitente. Estes dados são reveladores na medida em que ajudam a entender as razões pelas quais o clero permaneceu politicamente influente, e ajudam a explicar como muitos padres conseguiram se enquadrar dentro dos critérios censitários estabelecidos em lei para a definição dos votantes e dos eleitores.

Gráfico 3 – Outras atividades desempenhadas pelos padres parlamentares.



Segundo a legislação eleitoral do Império, vigente durante a primeira metade do século XIX, poderiam votar nas assembleias paroquiais aqueles que possuísem renda líquida anual superior a 100 mil-réis. Para ser eleitor e poder votar nas eleições dos deputados,

senadores e membros dos Conselhos das Províncias era preciso a renda anual de 200 mil réis. Já para poder ser eleito deputado a renda necessária subia para 400 mil réis. Por fim, para ser senador, exigia-se a renda de 800 mil réis anuais.

Quanto ao valor das cômguas

recebidas pelo clero sabe-se que estas oscilaram muito, conforme a região onde paróquia se encontrava, como explicou o arcebispo da Bahia, d. Romualdo Antônio de Seixas, em um discurso no Parlamento:

(.....) enquanto os [padres] do Pará, Minas, São Paulo e não sei mais algum bispado, percebem a cônica de duzentos mil réis, os da Bahia, apesar de ser a Igreja metropolitana e a segunda província do Brasil, conservam ainda as antigas cônica de cinquenta, oitenta e cem mil réis (...)².

Quanto aos componentes do corpo capitular, as prebendas variavam muito. Um tesoureiro na província eclesiástica da Bahia, por exemplo, ganhava cerca 224 mil réis. Já o Deão, primeira dignidade do cabido, poderia ganhar 600 mil réis anuais. O Arcebispo primaz do Brasil, por sua vez, recebeu 2 contos e 680 mil réis em 1835. Os religiosos completavam suas rendas cobrando taxas no exercício do ministério, como as conhecenças e pé-de-altar. Em muitos casos, a cônica medíocre poderia ser compensada pela posse de uma boa paróquia, conformada por uma mais abastada e numerosa população cuja frequência na realização de casamentos, missas e batizados fosse grande (MATTOSO, 1992).

Os valores acima apresentados permitem concluir que muitos sacerdotes, sobretudo os que pastoreavam nas regiões mais distantes, não se tornariam elegíveis caso vivessem, exclusivamente, das cônica pagas pelo Estado. Um caso exemplar da controversa aptidão financeira do clero pode ser analisado

através de uma discussão instaurada, na Câmara dos Deputados, durante uma sessão preparatória do ano de 1830. Naquela ocasião, os deputados mostraram-se em dúvida quanto a validade da eleição do padre Venâncio Henrique de Resende, visto que este não havia comprovado a posse da renda de 400\$ anuais, como exigia a lei. Durante os debates, o padre Francisco de Paula Barros alegou ser fácil comprovar que o padre Henrique de Resende estava de posse daquela renda, lembrando que o mesmo a completava através de inúmeras outras funções que lhe rendiam emolumentos. E concluiu dizendo que, no tempo em que ele próprio exercia aquelas funções do sacerdócio, sempre ganhou 600\$, "e por consequência não pode haver dúvida, que qualquer sacerdote ganhe 400\$"³. Em igual sentido falou o deputado Martim Francisco, em defesa de Henrique de Resende: "Pergunto: em Pernambuco teria 400\$ de renda esse sacerdote? É inegável que sim. Em uma cidade populosa como aquela não há homem decente que possa viver por menos."⁴

Todavia, a realidade de Henrique de Resende, que tal como lembrado pelos deputados, tinha uma paróquia na capital da província pernambucana, o que aumentava a sua chance de ganhar mais com emolumentos, não foi compartilhada por todos os padres parlamentares. A prova disto encontra-se na grande quantidade de pedidos de aumento de cônica por parte dos sacerdotes. Solicitações desta natureza avultam nos

² BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 15 de junho de 1827. Brasília: Câmara dos Deputados. p. 65-66. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>.

³ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 27 de abril de 1830. p. 22

⁴ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 27 de abril de 1830. p. 22

arquivos da Mesa da Consciência e Ordens, o que nos permite deduzir que a posse de outra ocupação paralela, ou de propriedades herdadas da família foram importante para a qualificação dos padres como eleitores. Todavia, para além da questão financeira, o envolvimento do clero com outras atividades favoreceu a sua eleição na medida em que muitas delas reforçaram o capital simbólico do sacerdote, garantindo-lhe mais influência e autoridade junto à sociedade.

Refletindo a permanência de alguns valores típicos do Antigo Regime, onde a educação era vista sob a ótica da transcendência, como uma atividade de padres e, não, de intelectuais foi no magistério que 29% dos sacerdotes do Império vislumbraram uma maneira de sobreviver em condições mais dignas.

Entre os padres parlamentares encontraram-se toda a sorte de situações relacionadas à educação: professores régios e particulares (em geral, lentes de retórica, de gramática latina, de filosofia racional e moral e de teologia), diretores da instrução pública, visitantes do ensino primário, diretores de liceus, reitores de seminário e até proprietários de escolas particulares, o que bem demonstra como a educação brasileira permanecia sob a influência do catolicismo e na dependência dos homens da Igreja. Bem ilustrativo do papel do clero na educação foi o discurso proferido pelo deputado Cunha Matos quando se discutiu na Câmara se os eclesiásticos poderiam acumular o múnus sacerdotal com outros cargos públicos nas

municipalidades. Aquele deputado saiu em defesa da dupla ocupação do clero, lembrando o quão dependente estava a educação das “luzes” sacerdotais:

Os senhores eclesiásticos são as pessoas mais dignas, de mais respeito e de mais instrução que existem em quase todas as províncias do Brasil, e por isso, não havemos de querer que os povos sejam privados de transcendentales luzes dos senhores eclesiásticos; eles são aqueles que dirigem a maior parte dos negócios no interior do Império, eles formam o maior número das pessoas letradas e em conclusão, todos aqueles que não pertencem à classe da magistratura são quase sempre dirigidos pelos votos dos senhores eclesiásticos; podem dizer que eles são o depósito das ciências na maior parte do império e o seu voto é ordinariamente decisivo. Esta reflexão é de muita importância.⁵

A atuação de alguns religiosos na educação foi tão destacada que merece aqui, uma análise mais pormenorizada. Este destaque se deu em função da dedicação demonstrada por alguns presbíteros em introduzir o ensino nos mais distantes rincões do país, colocando-os entre os pioneiros da causa da educação no Brasil.

O zelo do padre deputado Marcos de Araújo Costa pela difusão do ensino no Piauí valeu-lhe, por exemplo, um lugar no Dicionário de Educadores do Brasil (FERRO, 2002). Nesta obra, o sacerdote é apresentado como um presbítero virtuoso e caracterizado por uma grande disposição de ajudar os mais necessitados, já que assumia “como próprias”, as necessidades e solicitações tanto do governo civil, eclesiástico ou das demandas da população (FERRO, 2002). Diante da inexistência da instrução

⁵ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão 18 de junho de 1828. p. 50.

pública na província piauiense, ele fundou e manteve por 30 anos, em sua fazenda Boa Esperança, situada em Jaicó, uma escola em regime de internato para garotos – sobretudo os filhos dos colonos – que, mantidos às próprias expensas do padre, recebiam todos os serviços educacionais e até alimentação.

Outro padre-mestre de destaque foi João de Santa Bárbara, um dos primeiros professores públicos do Rio Grande do Sul. Nesta província, a instrução pública teve início em 1820, com a nomeação de seus primeiros professores régios, dentre os quais João de Santa Bárbara, que recebia como proventos 300 réis anuais (BASTOS, 2006). Foi este sacerdote quem se responsabilizou por estabelecer a primeira aula pública de matemática, geometria e rudimentos gerais de engenharia, em Porto Alegre. Não por acaso, quando d. Pedro II esteve naquela cidade pela primeira vez, “ouviu, em sua própria casa, uma aula de Santa Bárbara que, dias antes, do púlpito saudara. Impressionou-se o imperante ilustre pela elevação do mestre, insigne em várias gerações riograndenses e por decreto (...) conferiu-lhe as insígnias de cavaleiro da Ordem de Cristo” (CAVALCANTI, 1935:532).

Já a destacada atuação do padre e senador Brito Guerra, fundador de uma escola de latim em Caicó, Ceará, que permaneceu ativa por cerca de 50 anos, mereceu de Câmara Cascudo o seguinte relato:

A escola do padre Guerra foi o núcleo irradiante de sabedoria sertaneja, em

toda a região do Seridó. De longe vinham rapazes em procura do padre, que ensinava gratuitamente e hospedava os alunos pobres. A pequenez do instituto não diminui a projeção fantástica, com elemento precípua da formação mental de muitas gerações. (MELQUÍADES, 1987:46).

Nem mesmo a educação na capital do Império deixou de se colocar sob o campo de influência de padres políticos, como José Antônio Marinho. Após ter sido professor do Seminário do Caraça e lecionado filosofia em Congonhas, Ouro Preto e São João Del Rei, este sacerdote mineiro fundou, no Rio de Janeiro, o Colégio Marinho, instituição de ensino que gozou de grande prestígio na Corte. Voltado para a formação secundária de jovens do sexo masculino, este colégio, embora de natureza privada, reservava uma quarta parte de suas vagas aos meninos pobres “a quem gratuitamente ministrava ensino, casa e alimento, no pé da mais perfeita igualdade com os filhos das famílias opulentas” (VALADÃO, 1951:199). Com efeito, na ocasião do falecimento de padre Marinho, em 1853, a imprensa carioca não deixou de louvar o pároco como sendo o “instituidor do mais vasto e afamado dos estabelecimentos de ensino existentes” (VALADÃO, 1951:201).

Casos como os citados são inúmeros entre os padres políticos, sendo impossível resgatá-los todos aqui. De qualquer modo, é possível inferir que o ofício de professor foi um dos fatores responsáveis pela alta elegibilidade do clero. Primeiro, porque a atuação no

magistério acabava por assumir uma dimensão filantrópica na medida em que muitos padres atendiam, em maior ou menor grau, a estudantes carentes. E, como bem mostrou Marco Morel, a filantropia foi uma maneira eficaz de criar redes de poder e laços de clientela (MOREL, 2005). Aliás, a pedagogia em si já compartilhava de um terreno comum com a beneficência: "levar as luzes do saber para os que não possuísem, retomando, pela instrução, a incorporação de setores da população aos costumes, ideias e ao progresso civilizatório, bem como formação de mão de obra" (MOREL, 2005:222). Assim, os padres educadores que se encontravam bem mais próximos da população local, acabavam ganhando a admiração e a gratidão pela dedicação à causa da educação dos excluídos, o que, conseqüentemente, garantia-lhes mais votos. Por fim, não se pode omitir o fato de que o papel de mestre, detentor e difusor do saber, conferia poderes aos padres educadores. Afinal, como bem lembra Foucault, o saber e o poder possuem implicações mútuas. Não existe relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder (FOUCAULT, 1979).

Se, por um lado, a expressiva eleição dos padres foi favorecida pela permanência de valores típicos do Antigo Regime, como a vinculação da educação com o sacerdócio, por outro lado, o envolvimento dos sacerdotes com

práticas modernas de atuação política também lhes ajudou na obtenção de cargos eletivos. Muitos foram os padres que, por exemplo, ganharam notoriedade em função de sua atuação à frente de periódicos e publicações impressas, seja como editores, redatores ou colaboradores eventuais. Isabel Lustosa, em estudo acerca da imprensa brasileira no início do XIX, percebeu a presença constante de padres na redação de jornais. Analisando, por exemplo, a redação do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada por funcionários públicos e sacerdotes, a autora afirma que esta era "uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro" (LUSTOSA, 2000:71). A publicação periódica, aliás, acabou por configurar-se como uma extensão das atividades parlamentares dos padres na medida em que a imprensa tornou-se um foro alternativo para a tribuna, onde se diziam coisas que não se ousavam dizer na Câmara ou no Senado (CARVALHO, 1981:44), além de traduzir para um público leitor mais amplo o que ocorria em ambientes restritos, como o da Assembleia Geral. Como bem destacou Morel, os homens de letras eram, com frequência, homens públicos, isto é, seguiram carreira política. Tal imbricação de atividades, caracterizada pelo binômio, homens de letras, homens públicos, fez-se também presente entre os 16% dos padres políticos que se dedicaram à imprensa (MOREL, 2005).

Com efeito, muitos sacerdotes foram atores importantes no processo

inicial de conformação e divulgação da imprensa, no Brasil, fazendo parte da primeira geração de jornalistas brasileiros, surgida a partir de 1820, com a promulgação das leis de liberdade de imprensa. Consequentemente, estes padres contribuíram para a emergência de espaços públicos de crítica, típicos das sociedades modernas. Nestes espaços consolidaram-se debates por meio da imprensa e ganharam importância as leituras privadas e individuais que, num somatório de opiniões fundadas sobre o julgamento crítico de cada leitor, instauraram a chamada opinião pública (MOREL, 2005).

Não foram poucos os padres responsáveis por levar a imprensa – e tudo o mais que ela representava e trazia consigo – às regiões mais distantes das províncias brasileiras. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o padre Antônio Fernandes da Silveira. Proprietário da Tipografia Silveira – a primeira da Província do Sergipe – este sacerdote foi considerado o fundador da imprensa sergipana, tendo publicado o *Recompilador Sergipano*, em 1832, na vila de Estância (QUINTAS, 2004). Em seguida, publicou uma série de outros jornais, tendo colaborado, intimamente, para a implantação da imprensa, no Piauí. Em 1832, por iniciativa do poder público, surgiu naquela província, o periódico *O Piauiense*, que se encontrava sob a direção de Manoel de Sousa Martins. Este, após saber que o Padre Antônio Fernandes da Silveira era tipógrafo e possuía uma máquina de

tipografia, procurou-o pedindo ajuda. Segundo alguns relatos da época, padre Antônio treinou dois seminaristas que mais tarde foram ordenados padres e também se tornaram os primeiros redatores oficiais da província do Piauí (CHAVES, 1998).

No Rio Grande do Norte, a chegada da imprensa foi creditada ao padre Francisco de Brito Guerra, responsável pela publicação de *O Natalense* (1832-1837), primeiro jornal da província. Este jornal foi publicado, inicialmente, no Maranhão, em seguida no Ceará e, por fim, em Pernambuco, em vista da inexistência de tipografia em Natal (QUINTAS, 2004). Já o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleuri destacou-se no cenário de Goiás como o redator chefe do primeiro jornal da província o *A Matutina Meiapontense* (1830-1834), publicada no arraial de Meia Ponte, atual Pirenópolis (BORGES, 1984).

Alguns sacerdotes conseguiram, graças à palavra impressa, extrapolar o campo de influência provincial, assumindo em âmbito nacional importante espaço na arena dos “gladiadores peridioqueiros” (FELDMAN, 2006). Foi o caso, por exemplo, de Miguel do Sacramento Lopes Gama, responsável pela publicação de *O Carapuço*, periódico que circulou em Pernambuco, entre 1832 e 1842, e tido como um “sucesso de público durante o período regencial” (FELDMAN, 2006:1). Graças à sua “fábrica de carapuças”, na qual se utilizava largamente do humor e da sátira, o jornal de Lopes Gama

exerceu grande influência nos espaços públicos de discussão política de Pernambuco, influência esta que, segundo Evaldo Cabral de Melo, até então só Frei Caneca gozara naquelas terras (MELO, 1996). Com efeito, *O Carapuçeiro* foi alvo de comentários em inúmeros jornais brasileiros, e Lopes Gama gozou de notoriedade no Rio de Janeiro, onde foi saudado como “o nosso la Bruyère”⁶, tendo sido lido e reconhecido até em Portugal.

Tal como o padre Carapuçeiro, Januário da Cunha Barbosa foi um dos padres que mais contribuíram para a criação do jornalismo político no Brasil. Sua atuação no campo da imprensa é por demais conhecida e dispensa maiores apresentações. Juntamente com Joaquim Gonçalves Ledo, editou o *Revérbero Constitucional Fluminense* (15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822), o primeiro jornal politicamente independente que se publicou na Corte e que teve papel decisivo no processo de oficialização da independência brasileira (LUSTOSA, 2000). Após retornar do exílio a ele imposto por d. Pedro I, Cunha Barbosa colaborou, ainda, com escritos em jornais de naturezas diversas, tais como os oficiais *Diário do Governo* e *Correio Oficial*, a satírica *A Mutuca Picante* (1834) e o científico e literário *Minerva Brasiliense* (1843-1845), além dos institucionais *Auxiliador da Indústria Nacional* e a *Revista do IHGB*.

Assim como Padre Januário, a maior parte dos padres políticos que se dedicou à imprensa publicou dois ou mais

periódicos que tratavam dos assuntos os mais diversos. A maioria dos jornais era de caráter político, ou seja, destinava-se primordialmente à discussão e à defesa das propostas políticas de seus editores. No entanto, filiavam-se às mais diferentes identidades políticas. Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, por exemplo, defendia os interesses vinculados ao grupo dos Liberais Exaltados, através do periódico *O Exaltado* (1831-1835) (BASILE, 2000). Em outro campo político encontrava-se o padre de tendência conservadora, Francisco Ferreira Barreto, que expunha suas ideias de centralismo monárquico por meio dos jornais *O Cruzeiro* (1829-1831) e *Amigo do Povo* (1829-1830) (MELQUIADES, 1987). Representando a ideia do “justo meio”, tão bem quista pelos Liberais moderados, esteve, por exemplo, o *Recompilador Mineiro* (1833-1836), escrito pelos padres mineiros João Dias de Quadros Aranha e José Bento Leite Ferreira de Melo (SOUZA, 2007). Além dos periódicos de natureza notadamente política, os padres dedicaram-se, ainda que em menor grau, a publicações de outro caráter, tais como o científico *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia* (1833-1836), redigido por Francisco Agostinho Gomes e, como não poderia deixar de constar, os religiosos, como o *Noticiador Católico* (1848-1863), publicado sob a batuta de Romualdo Antônio de Seixas, desejoso de que “o evangelho fosse pregado sobre os telhados” (CASTRO, 2001:51).

⁶ Ensaísta e moralista francês, vivido entre 1645 e 1696.

O envolvimento dos padres com a imprensa periódica não se limitou à publicação da mesma. Alguns sacerdotes também se mostraram implicados com a divulgação e promoção deste tipo de leitura, bem como com a facilitação do acesso ao conteúdo dos jornais, visto que no Brasil oitocentista ainda persistia a prática das leituras coletivas, em função do pouco letramento da sociedade. Cuidando para que a pouca instrução ou falta de verbas para comprar jornais não inviabilizasse o surgimento de uma verdadeira opinião pública, o padre e deputado Antônio José Ribeiro Bhering, que também era redator, não se fez de rogado e mandou publicar no jornal *O Universal* o seguinte aviso: "Aviso. Em um gabinete de leitura estabelecido na Casa do R. Padre Antônio José Ribeiro Bhering, se acham francos os periódicos de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas para quem os quiser ler gratuitamente" (SILVA, 2002:122).

O significativo envolvimento com atividade da imprensa colocou os padres em lugar de evidência e visibilidade em suas localidades. Primeiro, porque, como homens de imprensa, eles assumiram a função de levar a modernidade às regiões mais distantes do Império, colocando-os em contato com as notícias e debates ocorridos na Corte, nos principais centros urbanos do país e até do mundo. Segundo, porque, através dos discursos impressos, os padres reforçavam sua participação política por meios outros que não somente os espaços oficiais de poder, ampliando o modo pelo qual

interagiam com o mundo secular. Ademais, é preciso lembrar que todas as relações de comunicação são, por excelência, relações de poder simbólico, onde se atualizam, constantemente, as relações de força entre os diversos locutores (BORDIEU, 1996). Portanto, parece-nos clara a inter-relação estabelecida entre a atuação jornalística do clero e a sua expressividade eleitoral. Confirmam esta hipótese as palavras de Morel, para quem a redação de um jornal foi uma das maneiras de ascensão a um cargo eletivo, já que a atividade da imprensa aparecia como estreitamente ligada à vida parlamentar, "revelando cruzamento expressivo entre parlamentares e agentes culturais" (MOREL, 2005:190).

Uma vez que a elite intelectual brasileira em grande parte se confundiu com os professores e jornalistas do Império e tendo em vista que um bom número de batinas atuou na educação e na imprensa, ou, mesmo nas duas atividades, simultaneamente, não seria equivocado afirmar que muitos padres compuseram uma parte desta elite de ilustrados. Reforça esta constatação, a identificação de 36 padres políticos, 42% do total, como possuidores de diferentes formas de publicação não periódica (livros, brochuras etc) o que reflete a proximidade e o apego das batinas políticas para com a cultural letrada. Estas publicações, por sua vez, tratavam dos mais diferentes temas, como: poesias, filosofia, história, relatos de viagem, peças teatrais, traduções,

discursos, direito eclesiástico, compêndios de teologia, de história natural, de gramática portuguesa, havendo, naturalmente, um predomínio dos textos religiosos, quais sejam, orações, sermões e pastorais.

Ao longo dos anos coloniais - período no qual muitos padres políticos iniciaram sua produção bibliográfica - as obras religiosas figuraram com destaque nas bibliotecas particulares (ALGRANTI, 2004). É fato que com o crescimento das ideias modernas e de uma cultura mais secularizada, em meados do século XIX, as leituras foram, de certa forma, laicizadas, diminuindo a importância e a frequência com que se recorria a textos religiosos. Estes, contudo, estiveram longe de desaparecer. As obras religiosas, de modo geral, destinavam-se a todos os católicos desejosos de "exercitar a alma no caminho da perfeição" (ALGRANTI, 2004:209). Escritos de maneira mais ou menos elaborada, elas visavam a um público amplo e menos erudito, o que permite inferir que a influência intelectual dos padres não se restringia a uma elite culta, até porque é sabido que as leituras não se limitavam aos letrados, mas atingia as camadas populares por meio de leituras orais e coletivas.

Além da produção religiosa, os padres ora estudados destacaram-se intelectualmente em outros ramos do saber. No campo das artes, Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, autor de diversas peças teatrais e de inúmeras poesias, foi considerado "o primeiro e mais notável

poeta espírito-santense" (CLAUDIO, 2007). No tocante aos textos de história, a Igreja forneceu importantes estudiosos como, por exemplo, o padre José Antônio Marinho que, em 1844, publicou a "História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais" (MARINHO, 1997), obra fundamental para os que estudam os movimentos sediciosos do Império. Também destacada foram as publicações de Francisco Muniz Tavares, autor de "História da Revolução de Pernambuco em 1817" (TAVARES, 1917), originalmente publicada em 1840 e tida como uma das principais fontes para o estudo das raízes do pensamento liberal brasileiro" e do monsenhor Pizarro, autor de "Memórias Históricas do Rio de Janeiro" (ARAÚJO, 1945), publicadas pela Imprensa Régia, em 1820. No campo da filosofia, Feijó aparece como o primeiro brasileiro a aceitar e divulgar, através de seus "Cadernos de Filosofia", as inovações do pensamento kantiano (REALE, 1967). Para a teoria política, foram muitas as contribuições dos religiosos com suas traduções de textos europeus como o fez, por exemplo, Lopes Gama com "Refutação completa da pestilencial doutrina do interesse, propalada por Hobbes, Hobac, Helvécio, Diderot, J. Bentham e outros filósofos sensualistas e materialistas, ou introdução aos princípios do Direito Político de Honório Torombert" (BLAKE, 1898). Do mesmo modo, os padres contribuíram para a divulgação de obras estrangeiras, realizando várias traduções,

tal como as "Memórias sobre o Brazil para servir de guia àqueles que nele se desejam estabelecer, por o cavalleiro G. de Langsdorff", traduzida por Antônio Marques Sampaio, em 1822 (BLAKE, 1883). Incomparável, porém, foi o papel das batinas na elaboração de compêndios escolares de gramática, latim e, sobretudo, de teologia moral, como, por exemplo, o "Compêndio de Teologia Moral para o Uso dos Seminários de Olinda, em Pernambuco" (BLAKE, 1900), de 1837, do bispo Manoel do Monte Rodrigues de Araújo.

Alguns sacerdotes conseguiram associar tão intimamente sua imagem à da ilustração que obtiveram uma fama capaz de transpor os limites provinciais, correndo ao longe. Foi o caso, por exemplo, do baiano Francisco Agostinho Gomes. Rico comerciante, proprietário de terras e possuidor da maior biblioteca particular do Brasil, ele era tido como "o espírito mais iluminado da cidade pelo saber, cientista de renome, conhecedor profundo do inglês e do francês, e que, possuidor de vasta biblioteca, era um leitor infatigável e a par de todo movimento científico do mundo" (RUY, 1970:55). A verdadeira dimensão de sua fama de homem culto pode ser medida, por exemplo, pelo discurso pronunciado pelo orador da Sociedade Filosófica, por ocasião de seu falecimento:

Se nascido fora este grande homem na Europa excitaria um entusiasmo como no principio do 16º século produziu Erasmo; um fanatismo como o que a Alemanha estudiosa nutriu para com Goethe; mas quantos bons, e raros engenhos, quantas naturezas sublimes por entre nos não tem decepado o desfavor, ou indiferença...!

A vida deste famigerado Baiano foi consumida no ler e estudar; desde a aurora até o inverno de seus dias não conheceu, não ateou outra paixão, que não fosse a de s'Instruir, a d'aprender e a de propagar por entre seus compatriotas as luzes, que hauria ele em todas as Províncias do conhecimentos humanos⁷.

⁷ Biblioteca NacionaI, Obras Raras, Loc. - 39, 2, 28.

O envolvimento dos padres com o mundo das letras, em meio ao ainda acanhado panorama intelectual brasileiro, embora não tenha promovido o aumento de suas rendas, permitiu-lhes acumular um capital simbólico que os favorecia nas disputas eleitorais.

Letras, imprensa e magistério, eis a tríade que fez do clero um componente marcante da intelectualidade oitocentista e que lhe garantiu prestígio e influência política junto ao eleitorado brasileiro. Em meio a um mar de analfabetos, o conhecimento ostentado pelo clero e manifestado na sala de aula, na imprensa e nas publicações em geral, foi um importantíssimo aliado na busca pela construção de suas carreiras políticas, assim como de divulgação de suas propostas para o Estado e a Igreja brasileira.

Além das atividades de natureza intelectual, é fundamental considerar também o papel determinante da posse de terras na trajetória político-eleitoral de 16 sacerdotes fazendeiros que conformavam 18% das batinas políticas. Nestes casos, os padres tornaram-se chefes políticos por também deterem os meios necessários às trocas de favores e às barganhas eleitorais. O caso mais conhecido de uma batina que ganhou ascendência política, graças à estrutura

patriarcal criada em torno de si, e responsável pela manipulação das engrenagens eleitorais, foi o do Senador José Martiniano de Alencar. Este foi Filho de uma das mais tradicionais famílias cearenses, proprietária de grandes extensões de terras, e em torno da qual gravitaram, por muito tempo, as principais lideranças políticas daquela província (PAIVA, 1979).

Importante demarcar que a atividade agrícola, desempenhada pelos padres, realizava-se numa relação de complementaridade com suas atividades políticas. A relação entre as duas era de circularidade: a posse da terra ajudava na vitória eleitoral e esta, por sua vez, favorecia os interesses da agricultura na medida em que estes eram representados no Parlamento pelos padres. É imprescindível, portanto, considerar as redes sociais às quais os padres agricultores estiveram envolvidos, para que se possa compreender tanto a sua capacidade de elegibilidade, quanto os rumos políticos que tomaram. Alcir Lenharo, por exemplo, ao analisar o grupo de fazendeiros do sul de Minas, liderado pelos padres Senadores José Custódio Dias e José Bento Leite Ferreira de Melo, concluiu que os mesmos eram "políticos porque proprietários", sendo que "somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidades à atividade política" (LENHARO, 1979:100). Por trás da projeção política desses dois padres, Lenharo identificou toda uma estrutura de poder ligada ao modo como as terras

eram ocupadas e concentradas nas mãos de famílias extensas. Assim, para os padres políticos fazendeiros, política e negócios agrícolas constituíam duas faces da mesma moeda, já que os interesses financeiros ajudaram a conformar suas identidades políticas.

Quanto aos muitos padres que ocuparam outros cargos no serviço público que não o específico do sacerdócio (professores públicos, diretores de instrução pública, bibliotecários, secretários de governos provinciais, diretores gerais dos índios, inspetor de fazenda, escrivães etc), cabe uma breve observação. Mais do que a garantia de rendas maiores, necessárias àqueles que pleiteavam cargos eletivos, a posse de cargos públicos demonstra como os padres encontravam-se envolvidos com a política de reciprocidades de favores, estabelecida pelo Estado e, conseqüentemente, adaptados à lógica patrimonialista das estruturas políticas, posto que os empregos eram conseguidos por meio do prestígio e do apadrinhamento. Para obtê-los era preciso, além do mérito intelectual do qual os padres políticos gozavam, integrar uma ampla rede de relacionamentos capaz de influir junto às autoridades regionais e nacionais. Não se pode esquecer também que, estando dentro da máquina pública, os padres conseguiam utilizá-la em seu favor nos processos eleitorais, reforçando sua capacidade de elegibilidade.

Finalmente, é importante considerar que a "palavra autorizada" do

sacerdote ganhava proeminência não só sobre os fiéis menos providos de letramento e carentes de liderança, como também sobre a própria classe política. Isso se dava principalmente quando esta palavra vinha revestida da autoridade episcopal, não poupando nem mesmo um dos mais cultos e liberais deputados, como Evaristo da Veiga. Sabedor desta influência e tomando-a por negativa para a política brasileira, o deputado Alves Machado defendeu no Parlamento o fim da presença de funcionários públicos em cargos do legislativo. Dirigindo-se a Evaristo da Veiga, de quem discordava naquele assunto, Alves Machado procurou demonstrar as razões pelas quais aquele deputado deveria concordar com sua proposta:

O nobre orador tinha mais uma razão prática para isto: era membro do conselho geral de sua província, o seu bispo também o era, e sempre que tinha de votar contra as opiniões ou interesses do seu bispo sentia algum vexame, não sabia que força o impedia a votar, era como algum pejo que o fazia, e inclinava-se a dar-lhe satisfações, e se isto acontecia-lhe para com o seu bispo, o que não acontecerá aos padres aos quais sempre abundam nos conselhos gerais? (...) propôs-se no conselho geral de São Paulo que tomasse conta aos bens dos frades, logo o bispo, como era de esperar, opôs-se a isto (...) na ocasião da votação, quase todos os padres puseram-se para o lado do bispos (...) é mister dizer que nas províncias um bispo, um desembargador faz mais figura, tem mais categoria que um membro da regência aqui no Rio de Janeiro, e bem será que fossem afastados das assembleias provinciais.⁸

O revelador discurso de Alves Machado foi proferido em 1834. Talvez ele não imaginasse naquela ocasião que, muito antes do esperado, seu desejo

começaria a se realizar. Isto porque a força eleitoral do clero estava fadada a enfraquecer na segunda metade do século XIX. Uma vez que boa parte daquele fenômeno lançava raízes na sociedade do Antigo Regime, à medida que o Estado brasileiro foi buscando se estruturar e racionalizar o poder civil, superando os resquícios do regime passado, desmontava-se também o arcabouço que sustentava a elegibilidade do clero. Ou seja, superada a fase inicial de acumulação do poder do Estado, a figura do padre, como um elemento de ligação entre *O mundo que nós perdemos* e o novo mundo que se queria forjar, fundado em bases mais modernas, já não era mais imprescindível. Os próprios padres parlamentares (mas, não todos) colaboraram de alguma forma para isto, uma vez que, no poder legislativo, defenderam uma maior definição das jurisdições temporais e espirituais no Brasil. Aliás, a necessidade premente de desenredar o Estado brasileiro das antigas estruturas da Igreja, tornando-o mais laico e moderno, foi uma questão muito debatida no Parlamento ao longo das primeiras legislaturas do Império⁹. Assim, quanto mais o Estado afirmava a sua autonomia política e jurídica, quanto mais ele elaborava estruturas administrativas próprias, mais ele impelia o clero a se afastar dos espaços formais de atuação política.

Em meio a este processo, e mesmo em função dele, foi ocorrendo uma transformação no perfil da elite dirigente brasileira, ao longo da segunda

⁸ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão 9 de julho de 1834.. p. 54.

metade do século XIX. O aumento das pressões no sentido de ampliar a participação política, o crescimento do “estoque” de elementos elegíveis e a crescente diversificação das tarefas políticas e administrativas fizeram com que, gradualmente, os burocratas fossem perdendo espaço para os profissionais liberais na conformação da elite política brasileira (CARVALHO, 1980). Consequentemente, os padres, como funcionários do Estado, com quem já mantinham uma relação de dubiedade, foram profundamente afetados por este processo. Acrescente-se a isto o fato de que, cada vez mais, a Igreja foi perdendo o monopólio sobre a educação e a cultura, favorecendo a ampliação dos círculos intelectuais brasileiros. Não por acaso, nas regiões onde foram criados os primeiros cursos jurídicos, a influência política do clero já mostrava, há mais tempo, uma tendência à diminuição (CASTRO, 2004).

Outras explicações plausíveis para a crise da elegibilidade do clero brasileiro devem ser buscadas em alguns importantes acontecimentos políticos que marcaram os últimos anos do período regencial. O primeiro foi a crise estabelecida entre Igreja e Estado, encabeçada pelo padre Diogo Antônio Feijó, e que ficou conhecida por Questão Moura. A possibilidade de serem rompidas as relações entre o Brasil e a Santa Sé gerou grande indisposição no Parlamento e alimentou a rejeição política à Feijó e ao grupo de padres liberais moderados que em torno dele

gravitaram. Por conseguinte, a tendência política conservadora saiu fortalecida daquela crise, o que colaborou para o segundo acontecimento anteriormente citado: o regresso conservador. Tendo em vista que a maior parte do clero alinhava-se às orientações liberais, como se verá mais adiante, estes foram perdendo postos de comando no interior do Estado, o que inviabilizava a manipulação das engrenagens eleitorais por parte daqueles sacerdotes. Todavia, o grande marco simbólico da derrocada político-eleitoral do clero no Império foi frustrada Revolução liberal de 1842 feita em reação ao regresso conservador. Embora esta tenha contado somente com uma pequena parcela dos padres parlamentares, estes últimos corresponderam aos mais participativos, influentes e destacados religiosos do Império. Foi o suficiente para “manchar” o nome de toda uma categoria. Não por acaso, após a contenção daquela revolta, surgiram novas propostas na Câmara no sentido de se proibir a eleição de padres para os cargos de representatividade política.

No entanto, não seria necessária a proibição da eleição de sacerdotes para afastá-los da política oficial. No início do Segundo Reinado, aquela geração de padres que participara ativamente da política brasileira, via espaços oficiais de poder, nos anos que se seguiram à independência, já se encontrava envelhecida e não encontraria substitutos no interior da Igreja. Não porque os novos padres que se ordenavam fossem

proibidos pela legislação de se fazerem candidatos, mas porque eles mesmos não se mostraram dispostos a isto.

Este desinteresse do clero pela vida político-eleitoral e a sua dedicação maior a o múnus sacerdotal foi um dos grandes reflexos, no Brasil, do fenômeno internacional de romanização da Igreja Católica, liderado pelo papa Pio IX. Ao longo do século XIX, mas, principalmente, a partir da sua segunda metade, foi ocorrendo uma progressiva inversão dos valores político-religiosos predominantes entre os membros da Igreja no Brasil. Estes últimos começaram a tomar consciência da identidade específica da Igreja em relação ao Estado, percebendo a necessidade de reforçar a sua institucionalização, tornando-a cada vez mais católica e menos nacional. Progressivamente, o clero buscou se colocar embaixo da imediata orientação da Santa Sé, romanizando a Igreja e dirimindo a influência do Estado sobre ela.

Para este processo foi fundamental a atuação dos padres regulares e do modelo de ensino que ofereceram nos seminários, onde realizaram uma verdadeira reforma clerical, propugnando o afastamento dos padres da política formal e sua dedicação às missões religiosas pelo país. Com efeito, os novos sacerdotes, saídos dos seminários reformados sob a orientação tridentina, centraram forças na resolução dos problemas atinentes à institucionalização da Igreja, muitos dos quais existentes em função de séculos de padroado. Isto os levou, ainda que temporariamente, ao afastamento da arena política formal (SERBIN, 2008), embora, indubitavelmente, tenham se mantido envolvidos com os problemas políticos do Brasil através de canais extra-oficiais e mais discretos e, talvez, por isto mesmo, tão ou mais eficazes, como o púlpito e a catequese.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 10 v. (Série Biblioteca Popular Brasileira).

AZZI, Riolando. **O Clero no Brasil**. Uma trajetória de crises e reformas. Brasília: Rumos, 1992.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Anarquistas, Rusguentos e Demagogos.** Os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BASTOS, Ana Maria Rodrigues. **Católicos e Cidadãos.** A Igreja e a Legislação Eleitoral no Império. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 1997.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Reminiscências de um tempo escolar. Memórias do professor Coruja. **Revista Educação em Questão**, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 25, n. 11, jan./abr. 2006.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O Patriotismo Constitucional.** Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV, 1898; v. I, 1883; v. VI, 1900.

BORGES, Humberto Crispim. **O Pacificador do Norte.** Luiz Gonzaga de Camargo Fleuri. Goiás: Gráfica de Goiás CERNE, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas.** O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **O Clero no parlamento brasileiro.** Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, v. II. 1979.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados.* Sessão de 15 de junho de 1827. Brasília: **Câmara dos Deputados.** p. **65-66.** Disponível em: **<<http://www.camara.gov.br>>.**

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem.** A Elite Política Imperial. Brasília: Editora Campus, 1981.

CASTRO, Dinorah D`Araújo Berbet de Castro. Romualdo Antonio de Seixas, cidadão prestante de defensor da fé (1787-1860). **Paradigmas: Revista de Filosofia Brasileira,** Londrina/PR, v. 5, n. 1, dez. 2001.

CASTRO, Paulo Pereira de. A Experiência Republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. T. II: O Brasil Monárquico, v. 4: Dispersão e Unidade.

CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. **Publicações do Archivo Nacional**. Rio de Janeiro: Archivo Nacional, 1935.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura espírito-santense**. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2007.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, 1996.

FELDMAN, Ariel. **O Império das Carapuças**. Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FERRO, Maria do Amparo Borges. Marcos de Araújo Costa. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs). **Dicionário de Educadores no Brasil**. Da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Mec-INEP – Comped, 2002.

FERRY, Luc; GAUCHET, Marcel. **Depois da Religião**. O que será do homem depois que a religião deixar de ditar a lei? Rio de Janeiro: Difel, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Editora da UFRJ, 1997

HAUCK, João Fagundes et al. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo / Segunda época – A Igreja no Brasil no século XIX. Petrópolis: Vozes, 2008. T. II.

HESPANHA, António Manuel. As estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.) **História de Portugal**. São Paulo: UNESP/EDUSC, 2001.

LASLETT, Peter. **O Mundo Que Nós Perdemos**. Lisboa: Cosmos, 1975.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARINHO, José Antônio. **História do Movimento Político de 1842**. Apresentação de Francisco Iglesias. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1977.

MATA, Sergio da. **Chão de Deus**. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wiss.Verl, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia**: Século XIX. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral (Org.). **O Carapuçeiro**. Crônicas de Costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MELQUÍADES, José. **Francisco de Brito Guerra**: um Senador do Império. Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**. Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades na cidade Imperial. (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Guilherme Pereira das. Igreja. In: VAIFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. (Org.) **Dicionário do Brasil Joanino**. 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva. 2008. p. 200-204.

PAIVA, Maria Arais Pinto. **A Elite Política do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

QUINTAS, Amaro. O Nordeste. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. T. II: O Brasil Monárquico, v. 4: Dispersão e Unidade.

REALE, Miguel. Introdução e notas. In: FEIJÓ, Diogo Antônio. **Cadernos de Filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1967.

RUY, Affonso. **A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)**. Rio de Janeiro: Laemert, 1970

SERBIN, Kenneth. P. **Padres, Celibato e Conflito Social**. Uma História da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Wlamir. **"Liberais e Povo"**: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SOUSA, Francisco Belisário de. **O Sistema Eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Discursos Impressos de um Padre Político. Análise da breve trajetória d`O Pregoeiro Constitucional. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 5, p. 86-100, maio 2007. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br>.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Recife: Imprensa Oficial, 1917.

VALADÃO, Alfredo. José Antônio Marinho – Dos Sertões do São Francisco ao Alto Cenário Nacional. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 213, Out./Dez. 1951

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX**. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.